Anti-Money Laundering and Combatting the Financing of Terrorism and Proliferation (AMLCFTP) Framework

Last Updated: April 2026

Política AMLCFTP

Última atualização: abril de 2026

Table of Contents

1. Glossary of terms and acronyms....4
2. AMLCFTP....27
   - 2.1 Introduction....27
   - 2.2 Business Activity....29
   - 2.3 Organisational Chart....30
   - 2.4 Objectives and scope....31
   - 2.5 Legislation in Mauritius....32
3. Customer acceptance requirements....51
   - 3.1 CDD Measures....51
   - 3.2 Inability to conduct CDD....71
   - 3.3 EDD....72
   - 3.4 Third Party Reliance....80
   - 3.5 Introduced Business....83
   - 3.6 Screening....86
4. Sanctions Screening....91
   - 4.1 Why does Mauritius need to implement Targeted Sanctions?....91
   - 4.2 Steps to Sanctions Screening....92
   - 4.3 Rights of bona fide third parties....97
   - 4.4 Lapse of Freezing Orders and Prohibitions....98
5. Politically Exposed Persons (PEP)....98
   - A. PEP....98
   - B. Implementation of normal CDD measures 14[16]....100
   - C. Enhanced measures....100
   - D. Risk Mitigation Measures....101
   - E. Ongoing Monitoring of PEP....102
   - F. Factors to consider in establishing/maintaining/terminating a customer relationship with a PEP....103
   - G. Connected persons that are PEPs....104
6. Adverse Media - Determining the level of significance of information....105
7. Documentation of adverse media....106

Índice

1. Glossário de termos e siglas....4
2. AML CFTP....27
   - 2.1 Introdução....27
   - 2.2 Atividade comercial....29
   - 2.3 Organograma....30
   - 2.4 Objetivos e âmbito de aplicação....31
   - 2.5 Legislação em Maurício....32
3. Requisitos de aceitação do cliente....51
   - 3.1 Medidas CDD -....51
   - 3.2 Incapacidade de realizar CDD....71
   - 3.3 EDD....72
   - 3.4 Dependência de terceiros....80
   - 3.5 Negócios Introduzidos....83
   - 3.6 Triagem....86
4. Triagem de sanções....91
   - 4.1 Por que Maurício precisa implementar sanções direcionadas?....91
   - 4.2 Etapas para a Triagem de Sanções....92
   - 4.3 Direitos de terceiros de boa-fé....97
   - 4.4 Caducidade das ordens de congelamento e proibições....98
5. Pessoas Politicamente Expostas (PEP)....98
   - A. INTRODUÇÃO....98
   - B. Implementação de medidas normais de CDD....100
   - C. Medidas reforçadas....100
   - D. Medidas de mitigação de riscos....101
   - E. Monitoramento contínuo da PEP....102
   - F. Fatores a considerar ao estabelecer/manter/encerrar um relacionamento com um PEP (Pessoa Politicamente Exposta)....103
   - G. Pessoas conectadas que são PEPs....104

Table of Contents

8. Verification of source of funds and source of wealth 107
9. Customer Risk Profiling 107
10. Ongoing customer maintenance 109
11. Transaction Monitoring 110
12. Enterprise Level AML/CFT Risk Assessment 111
13. Suspicious Transaction Reporting 114
    a. Recognition of Suspicious Transactions 114
    b. Internal Reporting of Suspicious Transactions 115
    c. Reporting of Suspicious Transactions to the FIU 118
    d. Reporting Obligations and Offences 119
    e. Registers of Internal and External Disclosures 120
    f. Reporting under the FCC Act 2023 120
14. Training 121
15. Record Keeping 123
16. Independent Audit 126
    a. Introduction 126
    b. Scope of independent audit 127
    c. Choosing the Audit Professional 128
    d. Assessing the "independence" of the audit professional 129
    e. Frequency of the Independent Audit 130
    f. Key components of the AML/CFT programme 131
    g. Audit outcome, report and recommendations 134
    h. Filing to the FSC 135
17. Inspections 136
18. Summary of offences 138
19. DUTIES AND OBLIGATIONS SUMMARY 143
    A. Director Duties 143
    B. Dealing Team 153

Índice

6. Mídia Negativa - Determinando o nível de importância da informação 105
7. Documentação de notícias negativas 106
8. Verificação da origem dos fundos e da origem da riqueza 107
9. Perfil de risco do cliente 107
10. Manutenção contínua do cliente 109
11. Monitoramento de transações 110
12. Avaliação de risco de AML/CFT em nível empresarial 111
13. Relatório de Transação Suspeita 114
    a. Reconhecimento de transações suspeitas 114
    b. Denúncia interna de transações suspeitas 115
    c. Comunicação de transações suspeitas à UIF (Unidade de Inteligência Financeira). 118
    d. Obrigações de comunicação e infrações 119
    e. Registros de divulgações internas e externas 120
    f. Relatórios de acordo com a Lei da FCC de 2023 120
14. Treinamento 121
15. Registro de informações 123
16. Auditoria Independente 126
    a. Introdução 126
    b. Âmbito da auditoria independente 127
    c. Como escolher o profissional de auditoria 128
    d. Avaliando a "independência" do profissional de auditoria 129
    e. Frequência da Auditoria Independente 130
    f. Componentes-chave do programa de AML/CFT 131

Table of Contents

C. Shareholder Duties/Obligations..... 154
D. Duties of the shareholders of the Company 155
E. Duties and Responsibilities of the Compliance Officer..... 158
F. Duties and Responsibilities of the MLRO and DMLRO 161
20. Adverse Media Reports..... 164
21. Risk Classification Guide..... 164
22. Due Diligence Documents Guide.....167

Índice

g. Resultado da auditoria, relatório e recomendações..... 134
h. Documentação enviada à FSC..... 135
17. Inspeções 136
18. Resumo das infrações..... 138
19. RESUMO DAS FUNÇÕES E OBRIGAÇÕES 143
A. Deveres do Diretor..... 143
B. Equipe de Negociação..... 153
C. Deveres/Obrigações dos Acionistas 154
D. Deveres dos acionistas da empresa..... 155
E. Deveres e responsabilidades do responsável pela conformidade 158
F. Deveres e responsabilidades do MLRO e do DMLRO..... 161
20. Reportagens negativas na mídia.....164
21. Guia de Classificação de Riscos.....164
22. Guia de Documentos de Due Diligence..... 167

1. Glossary of terms and acronyms

In this document the following terms and acronyms are referred to:

Terms/Acronyms	Meaning/Description
AMLCFTP	The Anti-Money Laundering and Combatting the Financing of Terrorism and Proliferation
AML	Anti-Money Laundering
AMLA 2024	The Anti-Money Laundering and Combatting the Financing of Terrorism and Proliferation (Miscellaneous Provisions) Act 2024, of Mauritius, as amended from time to time.
Associated Party	Refers to individuals/entities linked to the customer as follows: •the beneficial owner(s) of the serviced entity; •the controller(s) of the serviced entity; •person(s) on whom power of attorney has been vested to; •bank account signatory(ies); •persons on whose instructions we must or are authorised to act; •persons who can make a request to trustees, for e.g, beneficiaries; •providers of initial and ongoing wealth or funds into the serviced entity where different from the settlor.

1. Glossário de termos e siglas

Neste documento, são utilizados os seguintes termos e siglas:

Termos/Acrônimos	Significado/Descrição
AMLCFTP	O combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação
AML	Combate à Lavagem de Dinheiro
AMLA 2024	A Lei de 2024 das Ilhas Maurícias sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação (Disposições Diversas), conforme alterada periodicamente.
Partido Associado	Refere-se a indivíduos/entidades vinculados ao cliente da seguinte forma: ● o(s) beneficiário(s) final(is) da entidade atendida; ● o(s) controlador(es) da entidade atendida; ● pessoa(s) a quem foi conferida a procuração; ● signatário(s) da conta bancária; ● Pessoas sob cujas instruções devemos ou estamos autorizados a agir; ● Pessoas que podem fazer uma solicitação aos administradores fiduciários, por exemplo, beneficiários; ● provedores de riqueza ou fundos iniciais e contínuos para a entidade

Beneficial Owner / Ultimate Beneficial Owners ("BO")[1]	BO is defined as: (a) the natural person who: (i)ultimately owns or controls a customer; or (ii) the person on whose behalf a transaction is being conducted; and (b) Where the customer is a legal person or legal arrangement, includes: (i) the natural person(s) who exercise ultimate control over a legal person or arrangement; (ii) natural person(s) who exercise control of the legal person or legal arrangement through other means as may be specified by the relevant regulatory body or supervisory authority; (iii)where no natural person is identified under (i) and (ii), the natural person who holds the position of senior managing official There could be more than one BO for a customer.
CFT	Combatting the financing of terrorism

	administrada, quando diferentes do instituidor.
Proprietário Beneficiário / Proprietários Beneficiários Finais [1]("BO")	A BO é definida como: (a) a pessoa física que: (i) detém ou controla, em última instância, um cliente; ou (ii) a pessoa em nome de quem a transação está sendo realizada; e (b) Quando o cliente for uma pessoa jurídica ou uma entidade jurídica, inclui: (i) a(s) pessoa(s) física(s) que exerce(m) o controle final sobre uma pessoa jurídica ou arranjo; (ii) pessoa(s) física(s) que exercem controle da pessoa jurídica ou estrutura jurídica por outros meios que possam ser especificados pelo órgão regulador ou autoridade supervisora competente; (iii) Quando nenhuma pessoa física for identificada nos termos de (i) e (ii), a pessoa física que ocupa o cargo de diretor-geral sênior será considerada a pessoa física que ocupa o cargo. Pode haver mais de um BO para um cliente.
CFT	Combater o financiamento do terrorismo

[1] Trecho: Guia do GAFI sobre titularidade efetiva, seção 4 - *"...Titular efetivo refere-se à(s) pessoa(s) física(s) que, em última instância, detém(êm) ou controla(m) um cliente e/ou a pessoa física em nome de quem uma transação está sendo realizada. Inclui também as pessoas físicas que exercem o controle efetivo final sobre uma pessoa jurídica ou estrutura jurídica. Somente uma pessoa física pode ser o titular efetivo final, e mais de uma pessoa física pode ser o titular efetivo final de uma determinada pessoa jurídica ou estrutura jurídica."*

Extract: FATF Guide for beneficial ownership, section 4 - '...Beneficial owner refers to the natural person(s) who ultimately owns or controls a customer and/or the natural person on whose behalf a transaction is being conducted. It also includes those persons who exercise ultimate effective control over a legal person or arrangement. Only a natural person can be an ultimate beneficial owner, and more than one natural person can be the ultimate beneficial owner of a given legal person or arrangement'

CDD	Customer Due Diligence
Certifier	Where reliance is placed upon verification of identity documentation that is not in an original form, the documentation must be appropriately certified as true copies of the original documentation. Documents certified by any one of the following is acceptable: ➢A lawyer, notary and actuary; ➢An accountant or any other person holding a recognized professional qualification; ➢A member of the judiciary, a senior civil servant, or a serving police or customs officer; ➢A director or secretary of a regulated financial institution in Mauritius; ➢An officer of an embassy, consulate or high commission of the country of issue of documentary evidence of identity. The above describes the Certifier. The certifier should sign the copy document and clearly indicate his name, address and position or capacity on it together with contact details to aid tracing the certifier. Self-certification is not to be considered an appropriate certification even though the person meets one of the above criteria. Where a senior employee of the Company meets a Client face-to-face and has access to original documents confirming identity and/or permanent residential address (for example, during client visit), he/she can make copies of such documents and certify them as true copies of the

CDD	Due diligence do cliente
Certificador	Nos casos em que a verificação de documentos de identidade não originais for necessária, esses documentos deverão ser devidamente autenticados como cópias fiéis dos originais. Documentos autenticados por qualquer uma das seguintes entidades são aceitáveis: • Um advogado, notário e atuário; • Um contabilista ou qualquer outra pessoa que possua uma qualificação profissional reconhecida; • Um membro do judiciário, um alto funcionário público ou um policial ou agente alfandegário em serviço; • Um diretor ou secretário de uma instituição financeira regulamentada nas Ilhas Maurícias; • Um funcionário de uma embaixada, consulado ou alto comissariado do país emissor do documento de identidade. O texto acima descreve o Certificador. O certificador deve assinar a cópia do documento e indicar claramente seu nome, endereço e cargo ou função, juntamente com informações de contato para facilitar sua localização. A autodeclaração não deve ser considerada uma certificação apropriada, mesmo que a pessoa atenda a um dos critérios acima. Quando

	originals. Where any of the documents is in a language other than English, it should be translated in English and certified by a qualified translator before submission to the Company Administrator. Documents should be submitted both in original and in translated version and both should be certified.		um funcionário sênior da Empresa se encontrar pessoalmente com um Cliente e tiver acesso a documentos originais que confirmem a identidade e/ou o endereço residencial permanente (por exemplo, durante uma visita ao cliente), ele/ela poderá fazer cópias desses documentos e certificá-las como cópias fiéis dos originais. Caso algum dos documentos esteja em um idioma diferente do inglês, ele deverá ser traduzido para o inglês e certificado por um tradutor juramentado antes de ser enviado ao Administrador da Empresa. Os documentos devem ser enviados tanto na versão original quanto na traduzida, e ambas as versões devem ser certificadas.
Client /Customer / Investor (herein referred to as 'Customer')	'customer' means a natural person or a legal person or a legal arrangement for whom a transaction or account is arranged, opened or undertaken and includes – (a) an applicant for business; (b) a signatory to a transaction or account any person to whom an account or rights or obligations under a transaction have been assigned or transferred; (c) any person who is authorised to conduct a transaction or control an account;	Cliente / Consumidor / Investidor (doravante denominado 'Cliente')	'Cliente' significa uma pessoa física ou jurídica, ou uma entidade jurídica, para a qual uma transação ou conta é organizada, aberta ou contratada, e inclui: (a) um candidato a negócio; (b) um signatário de uma transação ou conta qualquer pessoa a quem uma conta ou direitos ou obrigações ao abrigo de uma transação tenham sido atribuídos ou transferidos; (c) qualquer pessoa que esteja autorizada a realizar uma transação ou controlar uma conta;
Contact particulars	Includes (both domestic and foreign, where applicable) postal address, fax numbers, telephone numbers (home, work, mobile) and e-mail	Informações de contato	Inclui endereço postal (nacional e estrangeiro, quando aplicável), números de fax, números de telefone (residencial, comercial e

	address of the investor/associated party. A minimum of one contact particular must be obtained.
Company	Xxxx Limited
Company Administrator	AllServ Management Ltd, a company incorporated under the laws of Mauritius with company number 194118 and having its registered office at Office 306, 3rd Floor, Ebene Junction, Rue de la Democratie, Ebene 72201, Mauritius.
Enforcer of a trust	Applicable to a purpose trust governed by the Mauritius Trusts Act 2001 (the "TA 2001") and whose duty is to enforce the trust in accordance with its objects.

EDD	Enhanced Due Diligence
FCC Act 2023	The Financial Crimes Commission Act 2023, of Mauritius, as amended from time to time.
FIAMLA 2002	The Financial Intelligence and Anti Money Laundering Act 2002, of Mauritius, as amended from time to time.

FIAMLR 2018	The Financial Intelligence and Anti-Money Laundering Regulations 2018 of Mauritius, as amended from time to time.

FIAMLR 2019	The Financial Intelligence and Anti-Money Laundering Regulations 2019 of Mauritius made by the Minister on 5th November 2019, as amended from time to time.

	celular) e endereço de e-mail do investidor/parte associada. É necessário obter pelo menos um dado de contato.
Empresa	UNI Fin Invest

Administrador da Empresa	AllServ Management Ltd, uma empresa constituída sob as leis da Maurícia com o número de empresa 194118 e com sede social em Office 306, 3rd Floor, Ebene Junction, Rue de la Democratie, Ebene 72201, Maurícia.
Executor de um fideicomisso	Aplicável a um fundo fiduciário de propósito específico regido pela Lei de Fundos Fiduciários de Maurício de 2001 (a "TA 2001") e cuja obrigação é fazer cumprir o fundo de acordo com seus objetivos.

EDD	Due Diligence Reforçada
Lei da FCC de 2023	A Lei da Comissão de Crimes Financeiros de 2023, das Ilhas Maurícias, conforme alterada periodicamente.
FIAMLA 2002	A Lei de Inteligência Financeira e Combate à Lavagem de Dinheiro de 2002, das Ilhas Maurício, conforme alterada periodicamente.

FIAMLR 2018	Regulamentos de Inteligência Financeira e Combate à Lavagem de Dinheiro de 2018 das Ilhas Maurício, conforme alterados periodicamente.

FIAMLR 2019	Regulamento de Inteligência Financeira e Combate à Lavagem de Dinheiro de 2019 das Ilhas Maurício, promulgado pelo Ministro em 5 de novembro de 2019, com as alterações que lhe forem sendo feitas periodicamente.

Financial Action Task Force ("FATF")	Financial Action Task Force is an inter-governmental body whose purpose is the development and promotion of policies, both at national and international levels, to combat money laundering, terrorist financing and the financing of the proliferation of weapons of mass destruction.
Financial Intelligence Unit ("FIU")	The FIU is the central agency in Mauritius responsible for receiving, requesting, analysing and disseminating to the investigatory and supervisory authorities' disclosures of information – (a) concerning suspected proceeds of crime and alleged money laundering offences; (b) required by or under any enactment in order to combat money laundering; or (c) concerning the financing of any activities or transactions related to terrorism.
Financing of Terrorist and related activities	The financing of terrorist and related activities includes any activity that utilises Financial Institutional infrastructure which, has or is likely to have the effect of concealing or disguising the nature, source, location, disposition or movement of funds for the purposes of financing any act of terrorist and related activities as defined in legislation.
Framework	The Anti-Money Laundering and Combatting the Financing of Terrorism and Proliferation Framework

Grupo de Ação Financeira Internacional ("GAFI")	O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) é um organismo intergovernamental cuja finalidade é o desenvolvimento e a promoção de políticas, tanto a nível nacional como internacional, para combater o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação de armas de destruição maciça.
Unidade de Inteligência Financeira ("UIF")	A UIF é a agência central nas Maurícias responsável por receber, solicitar, analisar e divulgar às autoridades de investigação e supervisão as informações relativas a: (a) suspeitas de proventos de crimes e alegados crimes de branqueamento de capitais; (b) exigidas por lei ou legislação aplicável ao combate ao branqueamento de capitais; ou (c) financiamento de quaisquer atividades ou transações relacionadas com o terrorismo.
Financiamento de atividades terroristas e afins	O financiamento de atividades terroristas e afins inclui qualquer atividade que utilize infraestrutura de instituições financeiras que tenha, ou possa ter, o efeito de ocultar ou disfarçar a natureza, a origem, a localização, a destinação ou a movimentação de fundos para fins de financiamento de qualquer ato terrorista e atividades afins, conforme definido na legislação.
Estrutura	O Quadro de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação

FSC or Regulator or Commission	The Financial Services Commission of Mauritius.

FSC Handbook	The FSC Anti-Money Laundering and Combatting the Financing of Terrorism Handbook issued in 2020, and updated on 21 September 2022, as amended from time to time.

Company	xxxx Limited
Company Administrator	AllServ Management Ltd, a company incorporated under the laws of Mauritius with company number 194118 and having its registered office at Office 306, 3rd Floor, Ebene Junction, Rue de la Democratie, Ebene 72201, Mauritius.
Introducer(s)	Refers to a third party on whom reliance can be placed to introduce business to the Company. They may also be referred as Introducing Brokers ('IB'). This is catered under Regulation 21 (1) od the FIAMLR. The Regulation cited also authorises the Company to place the reliance on Introducers to perform the CDD measures under Regulation 3(a), (c) and (d) (FIAMLR). The Company's policy shall be to perform CDD independently and not to place any reliance on Introducers.

Immediate owner	An "immediate owner" is the natural person, legal person or trust that holds a direct interest in the customer.

FSC ou Órgão Regulador ou Comissão	A Comissão de Serviços Financeiros das Ilhas Maurícias.
Manual FSC	O Manual do FSC sobre o Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, publicado em 2020 e atualizado em 21 de setembro de 2022, com as alterações que se seguem.
Empresa	Zero Financial Ltd

Administrador da Empresa	AllServ Management Ltd, uma empresa constituída sob as leis da Maurícia com o número de empresa 194118 e com sede social em Office 306, 3rd Floor, Ebene Junction, Rue de la Democratie, Ebene 72201, Maurícia.
Apresentador(es)	Refere-se a um terceiro em quem se pode confiar para apresentar negócios à Empresa. Eles também podem ser chamados de Corretores Introdutores ('IB'). Isso é tratado pela Regulamentação 21 (1) do FIAMLR. O Regulamento citado também autoriza a Empresa a confiar em Apresentadores para realizar as medidas de CDD (Due Diligence do Cliente) nos termos do Regulamento 3(a), (c) e (d) (FIAMLR). A política da Empresa será realizar a CDD de forma independente e não confiar em Apresentadores.

Proprietário imediato	O "proprietário imediato" é a pessoa física, pessoa jurídica ou fundo fiduciário que detém um interesse direto no cliente.

Intermediate owner	An "intermediate owner" is the legal person that holds an indirect interest in the customer.

Money Laundering or Money Laundering activity ("ML")	An activity that has, or is likely to have, the effect of concealing or disguising the nature, source, location, disposition or movement of the proceeds of unlawful activities or any interest that anyone has in such proceeds, so that the proceeds appear to be derived from a legitimate source. There are three stages in the process of money laundering: · •Placement - the physical disposal of cash proceeds derived from illegal activities. •Layering - separation of illicit proceeds from their sources by creating complex layers of financial transactions designed to disguise the financial sources where the money came from, subvert the audit trail and provide anonymity. •Integration - creating the impression of apparent legitimacy of criminally derived wealth. In the event where the layering process is successful, integration schemes effectively return the laundered proceeds back in to the financial system as if the proceeds are from legitimate business actions.

Proprietário intermediário	Um "proprietário intermediário" é a pessoa jurídica que detém um interesse indireto no cliente.
Lavagem de dinheiro ou atividade de lavagem de dinheiro ("LD")	Uma atividade que tem, ou provavelmente terá, o efeito de ocultar ou disfarçar a natureza, a origem, a localização, a destinação ou a movimentação dos proventos de atividades ilícitas ou qualquer interesse que alguém tenha nesses proventos, de modo que os proventos pareçam ser derivados de uma fonte legítima. O processo de lavagem de dinheiro compreende três etapas:· ● Colocação - a destinação física de recursos financeiros provenientes de atividades ilegais. ● Ocultação – separação dos rendimentos ilícitos das suas fontes, através da criação de camadas complexas de transações financeiras, concebidas para disfarçar a origem dos fundos, subverter o rastro de auditoria e garantir o anonimato. ● Integração – criar a impressão de aparente legitimidade para riquezas obtidas de forma criminosa. Caso o processo de ocultação seja bem-sucedido, os esquemas de integração efetivamente reinserem os recursos lavados no sistema financeiro como se fossem provenientes de atividades comerciais legítimas.

Nature of business	Nature of business undertaken by the investor. Generic terms such as sales, imports and exports must be avoided.
Non-face-to-face	The inability to have personal contact between the Company and/or Administrator or Agent and a prospective investor.
Third Party Reliance	Reliance by the Company on third parties to complete certain CDD measures, provided that there is a contractual arrangement in place with the third party, in accordance with Section 2.5.6 of this Framework.
Politically Exposed Person (PEP)	As per Section 2 of FIAMLR 2018, "politically exposed person" or "PEP" – (a) means a foreign PEP, a domestic PEP and an international organisation PEP; and (b) for the purposes of this definition – "domestic PEP" means a natural person who is or has been entrusted domestically with prominent public functions in Mauritius and includes the Head of State and of government, senior politicians, senior government, judicial or military officials, senior executives of state owned corporations, important political party officials and such other person or category of persons as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee; "foreign PEPs" means a natural person who is or has been entrusted with prominent public functions by a

Natureza do negócio	Natureza da atividade empresarial exercida pelo investidor. Termos genéricos como vendas, importações e exportações devem ser evitados.
Não presencial	A impossibilidade de contato pessoal entre a Empresa e/ou o Administrador ou Agente e um potencial investidor.
Dependência de terceiros	A dependência da Empresa em terceiros para concluir determinadas medidas de CDD (Due Diligence do Cliente), desde que exista um acordo contratual em vigor com o terceiro, em conformidade com a Seção 2.5.6 desta Estrutura.
Pessoa Politicamente Exposta (PEP)	Conforme a Seção 2 do FIAMLR 2018, "Pessoa politicamente exposta" ou "PEP" – (a) significa uma PEP estrangeira, uma PEP nacional e uma PEP de organização internacional; e (b) para efeitos da presente definição – *"PEP nacional" significa uma pessoa física que ocupa ou ocupou cargos públicos de destaque em Maurício, incluindo o Chefe de Estado e de governo, políticos de alto escalão, altos funcionários governamentais, judiciais ou militares, altos executivos de empresas estatais, importantes dirigentes de partidos políticos e qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas que possa ser especificada por*

	foreign country, including Heads of State or of government, senior politicians, senior government, judicial or military officials, senior executives of state owned corporations, important political party officials and such other person or category of persons as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee; "international organisation PEP" means a person who is or has been entrusted with a prominent function by an international organisation and includes members of senior management or individuals who have been entrusted with equivalent functions, including directors, deputy directors and members of the board or equivalent functions and such other person or category of persons as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee". A PEP is an individual who is or has been entrusted with a prominent public function such as: •heads of state; industries and government •heads of government; •ministers and deputy or assistance ministers; •members of parliament; •influential functionaries in nationalised administration; •judges and senior magistrates; •senior political party functionaries; •senior and/or influential officials, functionaries		*uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional;* *"Pessoas Politicamente Expostas estrangeiras" significa uma pessoa física que ocupa ou ocupou cargos públicos de destaque em um país estrangeiro, incluindo chefes de Estado ou de governo, políticos de alto escalão, altos funcionários governamentais, judiciais ou militares, altos executivos de empresas estatais, importantes dirigentes de partidos políticos e outras pessoas ou categorias de pessoas que possam ser especificadas por uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional;* *"Pessoa Politicamente Exposta (PEP) de organização internacional" significa uma pessoa que ocupa ou ocupou uma função de destaque em uma organização internacional e inclui membros da alta administração ou indivíduos que ocuparam funções equivalentes, incluindo diretores, vice-diretores e membros do conselho ou funções equivalentes, bem como qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas que possa ser especificada por uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional".*

	and military leaders and people with similar functions in international or super national organisations; •members of ruling royal families; The definition of PEP also includes: •'Close associates', i.e.: (a)individuals who are closely connected to a PEP, either socially or professionally; and (b)includes any other person as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee. •'Family members'; i.e.: (a)individuals who are related to a PEP either directly through consanguinity, or through marriage or similar civil forms of partnership: and (b)includes any other person as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee.

	Uma PEP é uma pessoa que ocupa ou ocupou um cargo público de destaque, como: ● chefes de estado; ● chefes de governo; ● ministros e vice-ministros ou ministros assistentes; ● membros do parlamento; ● funcionários influentes em indústrias nacionalizadas e na administração governamental; ● juízes e magistrados superiores; ● altos funcionários de partidos políticos; ● Altos e/ou influentes funcionários, dirigentes e líderes militares, bem como pessoas com funções semelhantes em organizações internacionais ou supranacionais; ● membros de famílias reais governantes; A definição de PEP também inclui: ● 'Associados próximos', ou seja: (a) indivíduos que estejam intimamente ligados a um PEP, seja social ou profissionalmente; e (b) Inclui qualquer outra pessoa que possa ser especificada por uma

	autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional. ● 'Membros da família'; ou seja: (a) indivíduos que sejam parentes de uma PEP, seja diretamente por consanguinidade, seja por casamento ou formas semelhantes de união civil: e (b) Inclui qualquer outra pessoa que possa ser especificada por uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional.

Power of Attorney	A written document in terms of which the customer (the principal) or officer of the Company appoints another person to act as an Agent on their behalf.
Protector of a Trust	Applicable to a trust governed by the Trust Act 2001 and whose functions are: •to advise the trustee of the trust as per such powers as may be conferred under the trust deed; •to ensure that the exercise by the trustees of any of their powers and discretions shall be subject to the prior consent of the protector where warranted under the trust deed.

Procuração	Um documento escrito por meio do qual o cliente (o mandante) ou um funcionário da empresa nomeia outra pessoa para agir como agente em seu nome.
Protetor de um Fundo Fiduciário	Aplicável a um fundo fiduciário regido pela Lei de Fundos Fiduciários de 2001 e cujas funções são: ● Aconselhar o administrador fiduciário do fundo, de acordo com os poderes que lhe forem conferidos pela escritura de constituição do fundo; ● Garantir que o exercício, pelos administradores fiduciários, de quaisquer de seus poderes e discricionariedades

	esteja sujeito ao consentimento prévio do protetor, quando justificado pelo contrato de fideicomisso.

Purpose of the account	Is the intended nature of the business relationship with the customer? The purpose of the account may be apparent from the product and/or services required and it is therefore not necessary, in all circumstances to request this from the customer separately.

Finalidade da conta	Qual é a natureza pretendida da relação comercial com o cliente? A finalidade da conta pode ser evidente a partir do produto e/ou serviço solicitado e, portanto, não é necessário, em todas as circunstâncias, solicitar essa informação separadamente ao cliente.

Shell Entity	An entity that: •has no physical presence in the country in which it is incorporated; or •does not conduct business at a fixed address in a jurisdiction in which the shell entity is incorporated; or •does not employ one or more natural persons on a full time business address (the existence simply of a local agent or low level staff does not constitute physical presence); or •does not maintain operating records at this address.

Entidade Shell	Uma entidade que: ● não possui presença física no país em que está constituída; ou ● não realiza negócios em um endereço fixo em uma jurisdição na qual a entidade de fachada está constituída; ou ● não emprega uma ou mais pessoas físicas em um endereço comercial em tempo integral (a mera existência de um agente local ou de funcionários de nível inferior não constitui presença física); ou ● Não mantém registros operacionais neste endereço.

Source of Funds	The source of funds normally refers to the origin of the particular funds or assets which are the subject of the business relationship between the Company and its client and the transactions the Company is required to undertake on the client's behalf (e.g. the amounts being invested, deposited or remitted). The source of funds requirement refers to where the funds are coming from in order to fund the relationship or transaction. It includes both (a) the activity, which generates the funds for a relationship (e.g. a customer's occupation or business activities) as well as (b) the means through which the customer's funds were transferred to the Company. Source of funds can include but is not limited to the following activities or transactions: •salary earned from employment in firm [name of entity] as [position] or business proceeds from [name of entity]; •interest payments earned from [name entity]; •dividends earned from [name of institution]; •pension payments earned from [name of institution]; •disability grants earned from [name of organisation]; •Sale of shares held in [name of organisation]; •Earnings from property sales. In determining the source of funds, the following factors should be taken into consideration: •the source of daily/ monthly income/ revenue; •the customer's various revenue streams; •the business activities

Fonte de financiamento	A origem dos fundos normalmente se refere à procedência dos fundos ou ativos específicos que são objeto da relação comercial entre a empresa e seu cliente, bem como às transações que a empresa deve realizar em nome do cliente (por exemplo, os valores investidos, depositados ou remetidos). O requisito de origem dos fundos se refere à procedência dos recursos necessários para financiar a relação ou a transação. Inclui tanto (a) a atividade que gera os fundos para um relacionamento (por exemplo, a ocupação ou as atividades comerciais de um cliente), quanto (b) os meios pelos quais os fundos do cliente foram transferidos para a Empresa. A origem dos fundos pode incluir, entre outras, as seguintes atividades ou transações: ● Salário auferido pelo emprego na empresa [nome da entidade] como [cargo] ou rendimentos comerciais da [nome da entidade]; ● pagamentos de juros auferidos de [nome da entidade]; ● dividendos recebidos de [nome da instituição]; ● Pagamentos de pensão recebidos de [nome da instituição]; ● auxílios por invalidez recebidos de [nome da organização];

	undertaken to give rise to the general income.

	• Venda de ações detidas em [nome da organização]; • Receitas provenientes da venda de imóveis. Ao determinar a origem dos fundos, os seguintes fatores devem ser levados em consideração: • a fonte de renda/receita diária/mensal; • as diversas fontes de receita do cliente; • As atividades comerciais realizadas para gerar a renda geral.

Source of Wealth	The source of wealth describes the means by which a person has acquired their entire body of wealth. It indicates the activities/events that have generated the total net worth of the investor. To establish source of wealth no time frame is applied and the customers background must be understood to understand how the customer obtained the wealth. Source of wealth can include but is not limited to: •maturing investments and encashment claims in [name of organisation]; •sale of shares of [name of organisation]; •sale of property of [name of organisation]; •sale of a company or of interest in [name of organisation]; •sale of [other] assets (describe assets); •salaries or business proceeds from [name of organisation]; •inheritance; •legal settlements; •loan; •gift or donation; [Note that obtaining information

Fonte de Riqueza	A origem da riqueza descreve os meios pelos quais uma pessoa adquiriu todo o seu patrimônio. Indica as atividades/eventos que geraram o patrimônio líquido total do investidor. Para determinar a origem da riqueza, não se aplica um prazo específico, sendo necessário compreender o histórico do cliente para entender como ele a obteve. As fontes de riqueza podem incluir, mas não se limitam a: • investimentos com vencimento e direitos de resgate em [nome da organização]; • Venda de ações de [nome da organização];

	regarding client's source of wealth, is one of the enhanced CDD measures that can be applied in cases of high risk relationships. This shall be considered on a case to case basis.]		• Venda de propriedade de [nome da organização]; • Venda de uma empresa ou de participação em [nome da organização]; • Venda de [outros] ativos (descrever os ativos); • salários ou rendimentos comerciais de [nome da organização]; • herança; • acordos judiciais; • empréstimo; • presente ou doação; [Note-se que a obtenção de informações sobre a origem da riqueza do cliente é uma das medidas de Due Diligence Reforçada (EDD) que podem ser aplicadas em casos de relacionamentos de alto risco. Isso deve ser considerado caso a caso.]
Targeted Sanctions	Targeted sanctions are restrictive measures imposed on individuals and/or legal entities in an effort to maintain or restore international peace and security as an alternative to the use of armed force. These restrictive measures include, but are not limited to, financial sanctions, trade sanctions and travel restrictions. Targeted Financial Sanctions, as defined by the FATF means both asset freezing and prohibitions to make funds or other assets	Sanções direcionadas	Sanções direcionadas são medidas restritivas impostas a indivíduos e/ou entidades jurídicas com o objetivo de manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais como alternativa ao uso da força armada. Essas medidas restritivas incluem, mas não se limitam a, sanções financeiras, sanções comerciais e restrições de viagem.

	available, directly or indirectly, for the benefit of designated persons and entities.

	As sanções financeiras direcionadas, conforme definidas pelo GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional), significam tanto o congelamento de ativos quanto a proibição de disponibilizar fundos ou outros ativos, direta ou indiretamente, em benefício de pessoas e entidades designadas.

Ultimate owner	An "ultimate" owner is the last identified legal person or trust that holds an indirect interest in the customer.
UNSA 2019	United Nations (Financial Prohibitions, Arms Embargo and Travel Ban) Sanctions Act 2019
Politically Exposed Person (PEP)	As per Section 2 of FIAMLR 2018, "politically exposed person" or "PEP" – (a) means a foreign PEP, a domestic PEP and an international organisation PEP; and (b) for the purposes of this definition – "domestic PEP" means a natural person who is or has been entrusted domestically with prominent public functions in Mauritius and includes the Head of State and of government, senior politicians, senior government, judicial or military officials, senior executives of state owned corporations, important political party officials and such other person or category of persons as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee; "foreign PEPs" means a natural person who is

Proprietário supremo	O proprietário "final" é a última pessoa jurídica ou fiduciária identificada que detém um interesse indireto no cliente.
UNSA 2019	Lei de Sanções das Nações Unidas (Proibições Financeiras, Embargo de Armas e Proibição de Viagens) de 2019
Pessoa Politicamente Exposta (PEP)	Conforme a Seção 2 do FIAMLR 2018, "Pessoa politicamente exposta" ou "PEP" – (a) significa uma PEP estrangeira, uma PEP nacional e uma PEP de organização internacional; e (b) para efeitos da presente definição – *"PEP nacional" significa uma pessoa física que ocupa ou ocupou cargos públicos de destaque em Maurício, incluindo o Chefe de Estado e de governo, políticos de alto escalão, altos funcionários governamentais, judiciais ou militares, altos executivos de empresas estatais, importantes dirigentes de partidos políticos e qualquer outra pessoa ou*

	or has been entrusted with prominent public functions by a foreign country, including Heads of State or of government, senior politicians, senior government, judicial or military officials, senior executives of state owned corporations, important political party officials and such other person or category of persons as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee; "international organisation PEP" means a person who is or has been entrusted with a prominent function by an international organisation and includes members of senior management or individuals who have been entrusted with equivalent functions, including directors, deputy directors and members of the board or equivalent functions and such other person or category of persons as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee". A PEP is an individual who is or has been entrusted with a prominent public function such as: •heads of state; industries and government •heads of government; •ministers and deputy or assistance ministers; •members of parliament; •influential functionaries in nationalised administration; •judges and senior magistrates; •senior political party		*categoria de pessoas que possa ser especificada por uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional;* *"Pessoas Politicamente Expostas estrangeiras" significa uma pessoa física que ocupa ou ocupou cargos públicos de destaque em um país estrangeiro, incluindo chefes de Estado ou de governo, políticos de alto escalão, altos funcionários governamentais, judiciais ou militares, altos executivos de empresas estatais, importantes dirigentes de partidos políticos e outras pessoas ou categorias de pessoas que possam ser especificadas por uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional;* *"Pessoa Politicamente Exposta (PEP) de organização internacional" significa uma pessoa que ocupa ou ocupou uma função de destaque em uma organização internacional e inclui membros da alta administração ou indivíduos que ocuparam funções equivalentes, incluindo diretores, vice-diretores e membros do conselho ou funções equivalentes, bem como qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas que possa ser especificada por uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional".*

	functionaries; •senior and/or influential officials, functionaries and military leaders and people with similar functions in international or super national organisations; •members of ruling royal families; The definition of PEP also includes: •'Close associates', i.e.: (c)individuals who are closely connected to a PEP, either socially or professionally; and (d)includes any other person as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee. •'Family members'; i.e.: (c)individuals who are related to a PEP either directly through consanguinity, or through marriage or similar civil forms of partnership: and (d)includes any other person as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee.

	Uma PEP é uma pessoa que ocupa ou ocupou um cargo público de destaque, como: ● chefes de estado; ● chefes de governo; ● ministros e vice-ministros ou ministros assistentes; ● membros do parlamento; ● funcionários influentes em indústrias nacionalizadas e na administração governamental; ● juízes e magistrados superiores; ● altos funcionários de partidos políticos; ● Altos e/ou influentes funcionários, dirigentes e líderes militares, bem como pessoas com funções semelhantes em organizações internacionais ou supranacionais; ● membros de famílias reais governantes; A definição de PEP também inclui: ● 'Associados próximos', ou seja: (c) indivíduos que estejam intimamente ligados a um PEP, seja social ou profissionalmente; e (d) Inclui qualquer outra pessoa que possa ser especificada por uma

	autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional. ● 'Membros da família'; ou seja: (c) indivíduos que sejam parentes de uma PEP, seja diretamente por consanguinidade, seja por casamento ou formas semelhantes de união civil: e (d) Inclui qualquer outra pessoa que possa ser especificada por uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional.
Power of Attorney	A written document in terms of which the Customer (the principal) or officer of the Company appoints another person to act as an agent on their behalf.
Procuração	Um documento escrito por meio do qual o Cliente (o mandante) ou um representante da Empresa nomeia outra pessoa para agir como seu agente.
Protector of a Trust	Applicable to a trust governed by the TA2001 and whose functions are: •to advise the trustee of the trust as per such powers as may be conferred under the trust deed; •to ensure that the exercise by the trustees of any of their powers and discretions shall be subject to the prior consent of the protector where warranted under the trust deed.
Protetor de um Fundo Fiduciário	Aplicável a um fundo fiduciário regido pela TA2001 e cujas funções são: ● Aconselhar o administrador fiduciário do fundo, de acordo com os poderes que lhe forem conferidos pela escritura de constituição do fundo; ● Garantir que o exercício, pelos administradores fiduciários, de quaisquer de seus poderes e discricionariedades esteja sujeito ao

	consentimento prévio do protetor, quando justificado pelo contrato de fideicomisso.

Purpose of the account	Refers to the intended nature of the business relationship with the Customer The purpose of the account may be apparent from the product and/or services required and it is therefore not necessary, in all circumstances to request this from the Customer separately.

Finalidade da conta	Refere-se à natureza pretendida da relação comercial com o Cliente. A finalidade da conta pode ser evidente a partir do produto e/ou serviço solicitado e, portanto, não é necessário, em todas as circunstâncias, solicitar essa informação separadamente ao Cliente.

Shell Entity	An entity that: •has no physical presence in the country in which it is incorporated; or •does not conduct business at a fixed address in a jurisdiction in which the shell entity is incorporated; or •does not employ one or more natural persons on a full time business address (the existence simply of a local agent or low level staff does not constitute physical presence); or •does not maintain operating records at this address.

Entidade Shell	Uma entidade que: ● não possui presença física no país em que está constituída; ou ● não realiza negócios em um endereço fixo em uma jurisdição na qual a entidade de fachada está constituída; ou ● não emprega uma ou mais pessoas físicas em um endereço comercial em tempo integral (a mera existência de um agente local ou de funcionários de nível inferior não constitui presença física); ou ● Não mantém registros operacionais neste endereço.

Source of Funds	The origin of funds expected to be used in a business relationship or a single transaction with the Company. It includes both the activity, which generates the funds for a relationship e.g. a customer's occupation or business activities as well as the means through which the customer's funds were transferred to the Company. Source of Funds can include but is not limited to the following activities or transactions: •salary or business proceeds; •interest payments; •dividends; •pension payments; •disability grants. In determining the Source of Funds, the following factors should be taken into consideration: •the source of daily/ monthly income/ revenue; •the customer's various revenue streams; •the business activities undertaken to give rise to the general income.

Fonte de financiamento	A origem dos fundos que se espera serem utilizados em uma relação comercial ou em uma única transação com a Empresa. Inclui tanto a atividade que gera os fundos para uma relação, como a profissão ou as atividades comerciais de um cliente, quanto os meios pelos quais os fundos do cliente foram transferidos para a Empresa. A origem dos fundos pode incluir, entre outras, as seguintes atividades ou transações: ● salário ou rendimentos comerciais; ● pagamentos de juros; ● dividendos; ● pagamentos de pensão; ● auxílios para pessoas com deficiência. Ao determinar a origem dos fundos, os seguintes fatores devem ser levados em consideração: ● a fonte de renda/receita diária/mensal; ● as diversas fontes de receita do cliente; ● As atividades comerciais realizadas para gerar a renda geral.

Source of Wealth	The source of wealth describes the activities/events that have generated the total net worth of the Investor. To establish source of wealth no time frame is applied and the customers background must be understood to understand how the customer obtained the wealth i.e. the start-up capital to establish a business, or cash deposit on a house. Source of wealth can include but is not limited to: •maturing investments and encashment claims; •sale of shares; •sale of property; •sale of a company or of interest in a company; •sale of other assets; •salaries or business proceeds; •inheritance; •legal settlements; •loan; •gift or donation; [Note that obtaining information reporting Investor's source of wealth, is one of the enhanced CDD measures to be applied in cases of high risk relationships]

Fonte de Riqueza	A origem da riqueza descreve as atividades/eventos que geraram o patrimônio líquido total do investidor. Para determinar a origem da riqueza, não se aplica um prazo específico, sendo necessário compreender o histórico do cliente para entender como ele obteve a riqueza, seja o capital inicial para abrir um negócio ou o valor da entrada para a compra de uma casa. As fontes de riqueza podem incluir, mas não se limitam a: ● investimentos com vencimento e pedidos de resgate; ● venda de ações; ● Venda de imóvel; ● Venda de uma empresa ou de participação em uma empresa; ● Venda de outros ativos; ● salários ou rendimentos comerciais; ● herança; ● acordos judiciais; ● empréstimo; ● presente ou doação; [Note-se que a obtenção de informações sobre a origem dos recursos do investidor é uma das medidas de Due Diligence Reforçada (EDD) a

Targeted Sanctions	Targeted Sanctions are restrictive measures imposed on individuals and/or legal entities in an effort to maintain or restore international peace and security as an alternative to the use of armed force. These restrictive measures include, but are not limited to, financial sanctions, trade sanctions and travel restrictions. Targeted Financial Sanctions, as defined by the FATF means both asset freezing and prohibitions to make funds or other assets available, directly or indirectly, for the benefit of designated persons and entities.
Ultimate owner	An "ultimate" owner is the last identified legal person or trust that holds an indirect interest in the customer.

	serem aplicadas em casos de relações de alto risco]
Sanções direcionadas	Sanções direcionadas são medidas restritivas impostas a indivíduos e/ou entidades jurídicas com o objetivo de manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais como alternativa ao uso da força armada. Essas medidas restritivas incluem, mas não se limitam a, sanções financeiras, sanções comerciais e restrições de viagem. As sanções financeiras direcionadas, conforme definidas pelo GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional), significam tanto o congelamento de ativos quanto a proibição de disponibilizar fundos ou outros ativos, direta ou indiretamente, em benefício de pessoas e entidades designadas.
Proprietário supremo	O proprietário "final" é a última pessoa jurídica ou fiduciária identificada que detém um interesse indireto no cliente.

2. AMLCFTP

2.1 Introduction

Zero Financial Ltd is a private company incorporated under the laws of the Republic of Mauritius. The Company's trading name is ZERO Markets.

The Company holds a Global Business Licence issued under Section 72(6) of the Financial

2. AML CFTP

2.1 Introdução

A Zero Financial Ltd é uma empresa privada, constituída sob as leis da República da Maurícia. O nome comercial da empresa é ZERO Markets.

A empresa possui uma Licença de Negócios Globais emitida de acordo com a Seção 72 (6)

Services Act and an Investment Dealer (Full Service Dealer, excluding Underwriting) licence issued under Section 29 of the Securities Act 2005 and Rule 4 of the Securities (Licensing) Rules 2007.

da Lei de Serviços Financeiros e uma licença de Corretor de Investimentos (Corretor de Serviço Completo, excluindo Subscrição) emitida de acordo com a Seção 29 da Lei de Valores Mobiliários de 2005, Regra 4 das Regras de Valores Mobiliários (Licenciamento) de 2007.

With a view to combatting money laundering, the financing of terrorism and proliferation financing, among other financial crimes described in the Financial Crimes Commission Act (FCC Act), the Company must comply with the following primary legislative requirements of Mauritian law: the Financial Intelligence and Anti-Money Laundering Act 2002 (FIAMLA 2002), the Financial Intelligence and Anti-Money Laundering Regulations 2018 (FIAMLR 2018), the Financial Intelligence and Anti-Money Laundering Regulations 2019 (FIAMLR 2019), the Financial Services Commission Handbook (FSC Handbook), the United Nations (Financial Prohibitions, Arms Embargo and Travel Ban) Sanctions Act 2019, the Financial Crimes Commission Act 2023 (FCC Act 2023) and the Anti-Money Laundering and Combatting the Financing of Terrorism and Proliferation (Miscellaneous Provisions) Act 2024 (AMLA 2024), among others.

Tendo em vista o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação, entre outros crimes financeiros descritos na Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro (FCC Act), a Empresa deve cumprir os seguintes requisitos legislativos primários da legislação mauriciana: a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo de 2002 (FIAMLA 2002), o Regulamento de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo de 2018 (FIAMLR 2018), o Regulamento de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo de 2019 (FIAMLR 2019), o Manual do Conselho de Supervisão Financeira (FSC Handbook), a Lei de Sanções das Nações Unidas (Proibições Financeiras, Embargo de Armas e Proibição de Viagens) de 2019, a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo de 2023 (FCC Act 2023) e a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo de 2024 (AMLA 2024), entre outras.

The Company's Board of Directors is required to adopt internal AMLCFTP policies and establish internal procedures, and to assign responsibilities to ensure that AMLCFTP policies and procedures meeting the Company's statutory AMLCFTP obligations are implemented and maintained.

O Conselho de Administração da Empresa é obrigado a adotar políticas internas de AMLCFTP (Antilavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo) e a estabelecer procedimentos internos; a atribuir responsabilidades para garantir que as políticas e os procedimentos de AMLCFTP que atendam às obrigações legais de AMLCFTP sejam implementados e mantidos.

The Company is based in Mauritius, with its registered office located at the office of the

A empresa está sediada em Maurício, com sua sede social localizada no escritório do

Company Administrator, where its principal records are kept.

Administrador da Empresa, onde os registros principais são mantidos.

2.2 Business Activity

The Company's principal activity involves two primary functions:

- acting as a broker (executing client orders and dealing as principal); and
- offering a broad range of trading and investment services.

The Company performs the following functions when executing transactions:

- **Agent: the Company executes orders on behalf of clients.**
- **Principal: the Company also deals in securities as principal, with the intention of reselling them to the public.**

The Company acts both as agent and as principal, offering a wide range of trading and investment services to a diversified client base:

- **Client segments: retail clients, professional clients and eligible counterparties.**
- **Key Offerings:**
    - Operating an established OTC Derivatives business.
    - Expanding into exchange-traded instruments, including cash equities, ETFs, listed options and derivatives.

2.2 Atividade comercial

A atividade principal da empresa envolve duas funções primárias:

- atuando como **corretor** (executando ordens de clientes e negociando como principal) e
- Oferecemos um amplo conjunto de **serviços de negociação e investimento**.

A empresa desempenha as seguintes funções ao executar transações:

- **Intermediário:** A empresa executa ordens em nome dos clientes.
- **Principal:** A empresa também negocia títulos como principal, com a intenção de revendê-los ao público.

A empresa atua tanto como intermediária quanto como principal, oferecendo uma ampla gama de serviços de negociação e investimento a uma base de clientes diversificada:

- **Segmentos de clientes:** Clientes de varejo, profissionais e contrapartes elegíveis.
- **Principais Ofertas:**
    - Operando um negócio consolidado **de Derivativos OTC** .
    - Expandindo para **instrumentos negociados em bolsa**, incluindo ações à vista, ETFs, opções listadas e derivativos.

2.2.1Financial Instruments Traded

The Company trades the following instruments:

Category	Instruments
OTC Derivatives	Currency pairs, indices, metals, futures, commodities, shares/equity holdings
Securities	Securities (in general), Exchange-Traded Funds (ETFs), Direct Market Access (DMA) options

the Company's central multi-asset platform, which consists of both Black Arrow and the Company's proprietary application. This platform connects to regulated brokers and custodians to ensure compliant access to global markets.

2.2.1Instrumentos financeiros negociados

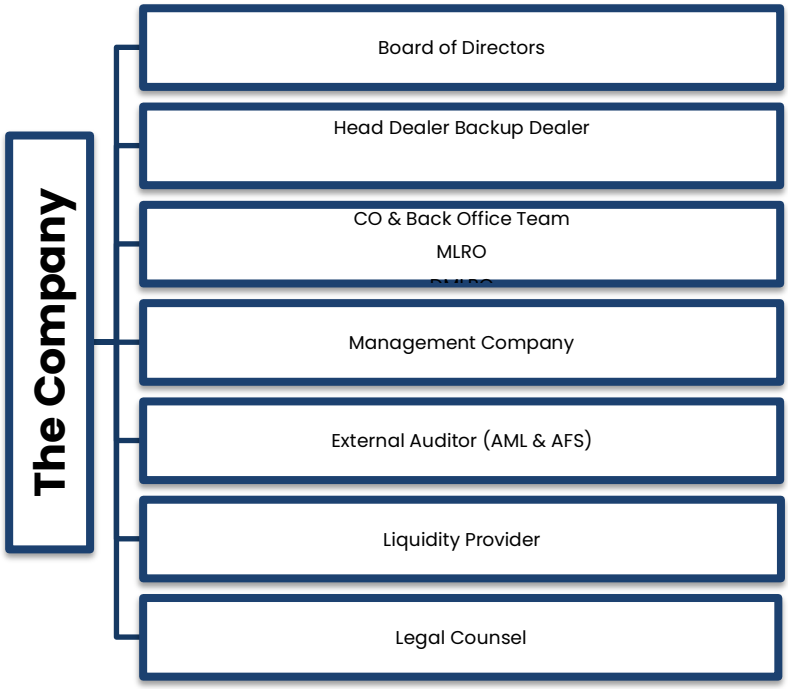
A empresa negocia os seguintes instrumentos:

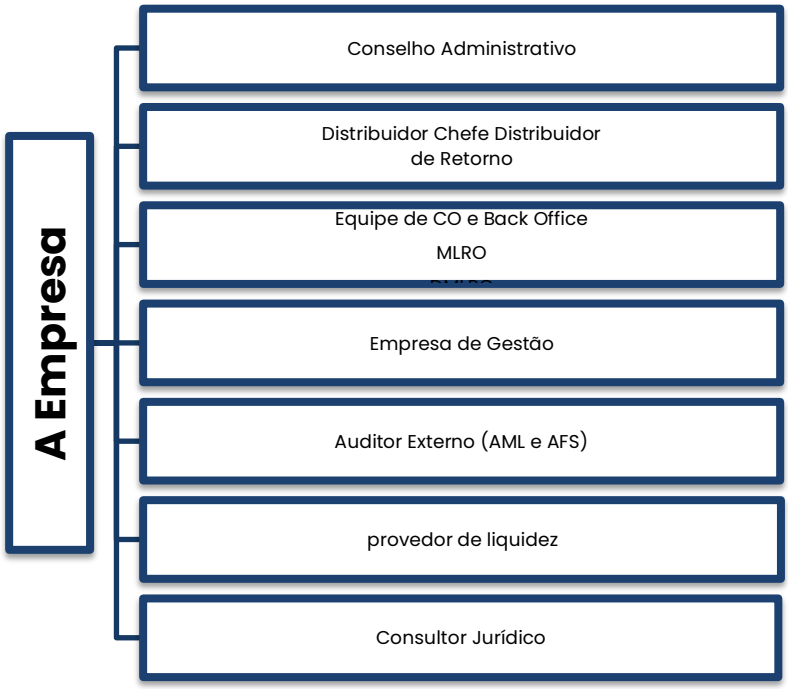
Categoria	Instrumentos
Derivativos OTC	Pares de moedas, índices, metais, futuros, commodities, ações/participações acionárias
Títulos	Títulos (em geral), Fundos negociados em bolsa (ETFs), Opções de acesso direto ao mercado (DMA)

plataforma central de múltiplos ativos da empresa, que consiste tanto na **Black Arrow quanto no aplicativo proprietário** da empresa. Essa plataforma se conecta a corretoras e custodiantes regulamentados para garantir o acesso em conformidade aos mercados globais.

2.3 Organisational Chart

2.3 Organograma





2.4 Objectives and scope

The AMLCFTP Framework (hereinafter referred as the 'Framework' or 'Manual') refers to this framework in which, money laundering, terrorism financing, proliferation, and financial crimes, are managed through adequate policies, processes, practices, procedur es and plans to discharge the Company's statutory duties, regulatory obligations, professional ethics, and agreed standards.

This manual applies to the Company and outlines its responsibility for:

- Due Diligence exercise
- Know your Customer / Know Your Business / Know Your Transactions / Know Your Employees exercise
- Detection and Prevention of money laundering, terrorism financing, proliferation and financial crimes
- Screening of existing and potential customers, service providers and employees/ officers regarding PEP classifications, enforcement actions,

2.4 Objetivos e âmbito de aplicação

O Quadro AMLCFTP (doravante denominado "Quadro" ou "Manual") refere-se a este quadro no qual a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo, a proliferação e os crimes financeiros são geridos através de políticas, processos, práticas, procedimentos e planos adequados para cumprir os deveres estatutários, as obrigações regulamentares, a ética profissional e as normas acordadas da Empresa.

Este manual aplica-se à Empresa e descreve a sua responsabilidade em relação a:

- Exercício de Due Diligence
- Conheça seu Cliente / Conheça seu Negócio / Conheça suas Transações / Conheça seus Funcionários
- Detecção e prevenção de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, proliferação e crimes financeiros.
- Triagem de clientes atuais e potenciais, prestadores de serviços e funcionários/diretores em relação à classificação de PEPs (Pessoas Politicamente Expostas), ações de

adverse media publications and sanctions among others
- Enterprise Wide Risk Assessment (Business Risk Assessment and Customer Risk Assessment)
- Third Party Risk Assessment
- Customer identification program and customer acceptance policy
- Transaction Monitoring
- Record-keeping
- Suspicious Transaction Reporting
- AMLCFTP Training
- Implementation of targeted sanctions.

This document shall be read as being part of the Company's risk management framework and may be supplemented with relevant processes which may be amended from time to time.

The Company is the owner of this Framework and the responsibility to ensure that this Framework is up to date and implemented satisfactorily shall lie with the Board of the Company in alignment with its duty to ensure that the Company is managed effectively. The Board is expected to be in the best position to understand and evaluate all potential risks to the financial institution, including those of money laundering, terrorism financing, proliferation and financial crime.

fiscalização, publicações negativas na mídia e sanções, entre outros.
- Avaliação de Riscos Empresariais (Avaliação de Riscos de Negócio e Avaliação de Riscos do Cliente)
- Avaliação de Riscos de Terceiros
- Programa de identificação de clientes e política de aceitação de clientes
- Monitoramento de transações
- Manutenção de registros
- Relatório de Transações Suspeitas
- Treinamento AMLCFTP
- Implementação de sanções direcionadas.

Este documento deve ser lido como parte integrante da estrutura de gestão de riscos da Empresa e pode ser complementado por processos relevantes, os quais podem ser alterados periodicamente.

A Empresa é proprietária deste Quadro de Referência e a responsabilidade de garantir que este Quadro esteja atualizado e implementado de forma satisfatória caberá ao Conselho de Administração da Empresa, em consonância com seu dever de assegurar a gestão eficaz da Empresa. Espera-se que o Conselho de Administração esteja em melhor posição para compreender e avaliar todos os riscos potenciais para a instituição financeira, incluindo os de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, proliferação e crimes financeiros.

2.5 Legislation in Mauritius

The Mauritian AMLCFTP legislative framework is provided for in the following Acts/Enabling Laws/Regulations/Guidelines 2 :[2]

2.5 Legislação em Maurício

O quadro legislativo mauriciano de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (AMLFTP) está previsto nas seguintes leis/legislações habilitadoras/regulamentos/diretrizes [2]:

[2]Conforme a definição fornecida na AMLA 2024, as "diretrizes" incluem códigos, notas de orientação, notas de prática e outros instrumentos similares emitidos por um órgão supervisor.
As per the definition of provided in AMLA 2024, "guidelines" include codes, guidance notes, practice notes and other similar instruments issued by a supervisory body.

a) FIAMLA 2002 (and any amendments made/issued thereafter)
b) FIAMLR 2018 (and any amendments made/issued thereafter)
c) FIAMLR 2019 (and any amendments made/issued thereafter)
d) The Financial Services Act 2007 (and any amendments made/issued thereafter)
e) FSC Handbook (and any amendments made/issued thereafter)
f) FSC's Competency Standards (and any amendments made/issued thereafter)
g) Prevention of Corruption Act 2002 (and any amendments made/issued thereafter)
h) Prevention of Terrorism Act 2002 (and any amendments made/issued thereafter)
i) UNSA 2019 (and any amendments made/issued thereafter)
j) FCC Act 2023 (and any amendments made/issued thereafter)
k) AMLA 2024 (and any amendments made/issued thereafter)

a) FIAMLA 2002 (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
b) FIAMLR 2018 (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
c) FIAMLR 2019 (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
d) A Lei de Serviços Financeiros de 2007 (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
e) Manual do FSC (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
f) Padrões de Competência do FSC (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
g) Lei de Prevenção da Corrupção de 2002 (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
h) Lei de Prevenção do Terrorismo de 2002 (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
i) Lei das Nações Unidas de 2019 (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
j) Lei da FCC de 2023 (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)
k) AMLA 2024 (e quaisquer alterações feitas/emitidas posteriormente)

a. Offence of ML

The Company is required to comply with both the provisions of the The Company is required to comply with both the provisions of the FCC Act 2023 and the FIAMLA in relation to obligation to prevent money laundering offences.

The FIAMLA and the regulations thereunder, on the other hand, has provided detailed obligations on financial institutions to prevent money laundering offences which include the Company to appoint an MLRO, a Deputy MLRO and a compliance officer and to meet

a. Crime de ML

A Empresa é obrigada a cumprir as disposições da Lei FCC de 2023 e da FIAMLA em relação à obrigação de prevenir crimes de lavagem de dinheiro.

A FIAMLA e os regulamentos subsequentes, por outro lado, estabeleceram obrigações detalhadas para as instituições financeiras na prevenção de crimes de lavagem de dinheiro, incluindo a nomeação de um responsável pela prevenção da lavagem de dinheiro (MLRO), um responsável adjunto pela prevenção da lavagem de dinheiro (MLRO) e

prescribed due customer due diligence requirements.

um responsável pela conformidade, bem como o cumprimento dos requisitos prescritos de diligência devida do cliente.

The offence of Money Laundering is described under section 36 (1) of the FCC Act 2023 as follows:

O crime de lavagem de dinheiro é descrito na seção 36 (1) da Lei FCC de 2023 da seguinte forma:

"(1) Any person who –

"(1) Qualquer pessoa que –

(a) engages in a transaction that involves property which, in whole or in part or directly or indirectly, is or represents the proceeds of a crime; or

(a) se envolver em uma transação que envolva bens que, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, sejam ou representem o produto de um crime; ou

(b) receives, is in possession of, conceals, disguises, transfers, converts, disposes of, removes from or brings into Mauritius any property which, in whole or in part or directly or indirectly is or represents the proceeds of a crime,

(b) recebe, possui, oculta, disfarça, transfere, converte, aliena, remove ou introduz em Maurício qualquer propriedade que, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, seja ou represente o produto de um crime,

where he suspects or has reasonable grounds to suspect that the property is derived or realised, in whole or in part or directly or indirectly, from any crime, shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding 20 million rupees and to penal servitude for a term not exceeding 10 years.

Quem suspeitar ou tiver motivos razoáveis para suspeitar que a propriedade é derivada ou obtida, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, de qualquer crime, cometerá um delito e, se condenado, estará sujeito a uma multa não superior a 20 milhões de rupias e a pena de prisão por um período não superior a 10 anos.

(2) A bank, financial institution, cash dealer or member of a relevant profession or occupation that fails to take such measures as are reasonably necessary to ensure that neither it nor any service offered by it is capable of being used by a person to commit, or to facilitate the commission of, a money laundering offence or the financing of terrorism shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding 20 million rupees and to penal servitude for a term not exceeding 10 years.

(2) Um banco, instituição financeira, comerciante de dinheiro ou membro de uma profissão ou ocupação relevante que não tomar as medidas razoavelmente necessárias para garantir que nem ele nem qualquer serviço por ele oferecido seja capaz de ser usado por uma pessoa para cometer ou facilitar a prática de um crime de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, cometerá um crime e, se condenado, estará sujeito a uma multa não superior a 20 milhões de rupias e a trabalhos forçados por um período não superior a 10 anos.

...

...

(4) In this Act, reference to concealing or disguising property which, or in whole or in part or directly or indirectly, is or represents the proceeds of a crime, shall include concealing or disguising its true nature, source, location, disposition, movement or ownership of or rights with respect to it.

(4) Nesta Lei, a referência a ocultar ou disfarçar bens que, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, sejam ou representem o produto de um crime, incluirá ocultar ou disfarçar a sua verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade ou direitos a eles relacionados.

b. Offence of Bribery

In alignment with sections 19 and 20 of the FCC Act 2023, a person 3 engaging in an act of bribery by a public official or of a public official shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding 20 million rupees and to penal servitude for a term not exceeding 10 years.[3]

b. Crime de suborno

Em conformidade com as seções 19 e 20 da Lei FCC de 2023, uma pessoa [3]*que praticar um ato de suborno por parte de um funcionário público ou de um funcionário público cometerá um crime e, se condenada, estará sujeita a uma multa não superior a 20 milhões de rupias e a pena de prisão por um período não superior a 10 anos.*

c. Financial Crime

The Company is a legal person for the purposes of the FCC Act 2023 and as such has the obligation to have adequate procedures in place to prevent it or any person acting on its behalf from committing an offence under Part III of the FCC Act 2023. This paragraph of this Manual constitute the framework under the FCC Act 2023 to prevent the Company and any of its staff members (a Covered Person) from the commission of any financial crime.

c. Crime financeiro

A Empresa é uma pessoa jurídica para efeitos da Lei da FCC de 2023 e, como tal, tem a obrigação de implementar procedimentos adequados para impedir que ela ou qualquer pessoa agindo em seu nome cometa uma infração nos termos da Parte III da Lei da FCC de 2023. Este parágrafo deste Manual constitui a estrutura, nos termos da Lei da FCC de 2023, para impedir que a Empresa e qualquer um de seus funcionários (uma Pessoa Abrangida) cometam qualquer crime financeiro.

Financial Crimes under the FCC Act 2023 consist of various offences related to financial misconduct under Part III of the FCC Act 2023, any crime committed under the law of any financial or competent authority which, in view of its financial implications, complexity, scope, nature or in the public interest, the Financial

Os crimes financeiros, nos termos da Lei FCC de 2023, consistem em várias infrações relacionadas à má conduta financeira, conforme a Parte III da referida lei. Isso inclui qualquer crime cometido sob a legislação de qualquer autoridade financeira ou competente que, em vista de suas

[3]Em conformidade com a Lei da FCC de 2023, o termo "Pessoa" inclui tanto pessoas físicas quanto jurídicas.
In alignment with the FCC Act 2023, a 'Person' shall include a natural person or legal person.

Crime Commission (" FCC ") decides, after consultation with that authority, that it shall investigate into the matter and includes any ancillary offence relating to the foregoing.

*implicações financeiras, complexidade, abrangência, natureza ou interesse público, a Comissão de Crimes Financeiros (" **FCC** ") decida, após consulta com a referida autoridade, investigar. Inclui também qualquer infração acessória relacionada ao exposto.*

Part III of the FCC Act 2023 is divided into six sub-parts:

A Parte III da Lei da FCC de 2023 está dividida em seis subpartes:

(a) *Corruption Offences which address various forms of bribery and corruption, including bribery of public officials, offences related to influencing public officials, bribery in contract procurement, and corruption in private entities.*

(a) *Crimes de corrupção que abordam várias formas de suborno e corrupção, incluindo suborno de funcionários públicos, crimes relacionados à influência sobre funcionários públicos, suborno em licitações e corrupção em entidades privadas.*

(b) *Money Laundering Offences*: *This section focuses on activities involving the processing of criminal proceeds to disguise their illegal origins. It also includes provisions for the limitation of cash payments to prevent money laundering.*

(b) *Crimes de Lavagem de Dinheiro*: *Esta seção concentra-se em atividades que envolvem o processamento de proventos criminosos para disfarçar sua origem ilícita. Inclui também disposições para a limitação de pagamentos em dinheiro para prevenir a lavagem de dinheiro.*

(c) *Fraud Offences*: *It covers fraudulent activities such as fraud by false representation, fraud by failing to disclose information, and electronic fraud.*

(c) *Crimes de Fraude*: *Abrange atividades fraudulentas como fraude por falsa declaração, fraude por omissão de informações e fraude eletrônica.*

(d) *Financing Drug Dealing Offences*: *This section criminalises the financing of drug trafficking activities.*

(d) *Crimes de financiamento do tráfico de drogas*: *Esta seção criminaliza o financiamento de atividades de tráfico de drogas.*

(e) *Other Offences*: *This includes offences such as conspiracy, aiding and abetting crimes, and breaches of guidelines.*

(e) *Outras infrações*: *Isso inclui infrações como conspiração, cumplicidade em crimes e violações de diretrizes.*

(f) *Obligations and Liability of Legal Persons*: *It imposes obligations on legal persons and sets out their liability for financial crimes.*

(f) *Obrigações e Responsabilidade das Pessoas Jurídicas*: *Impõe obrigações às pessoas jurídicas e define sua responsabilidade por crimes financeiros.*

The table below shows a summary of the offence classification:

	Corruption Offences Bribery by public official Bribery of public official Taking gratification to screen offender from punishment Public official using his office for gratification Bribery of, or by, public official to influence the decision of public body Influencing public official Traffic d'influence Public official taking gratification Bribery for procuring contracts Bribery for procuring withdrawal of tenders Conflict of interests Treating of public official Receiving gift for corrupt purpose Corruption in private entities Corruption to provoke serious offence Bribery by, or of, foreign public official Corruption in relation to sporting events
Money Laundering Offences	*Money laundering Limitation of payment in cash Alleged proceeds of crime*
Fraud Offences	*Fraud by false representation Fraud by failing to disclose information Making or*

A tabela abaixo apresenta um resumo da classificação das infrações:

Crimes de corrupção	*Suborno por funcionário público* *Suborno de funcionário público* *Usar a gratificação para proteger o infrator da punição* *Funcionário público que usa seu cargo para obter vantagens pessoais.* *Suborno de, ou por, funcionário público para influenciar a decisão de um órgão público.* *Influenciar funcionários públicos* *Trânsito de influência* *Funcionário público recebendo gratificação* *Suborno para obtenção de contratos* *Suborno para obter a retirada de licitações* *Conflito de interesses* *Tratamento de funcionário público* *Receber presente para fins corruptos* *Corrupção em entidades privadas* *Corrupção para provocar crime grave* *Suborno praticado por, ou de, funcionário público estrangeiro* *Corrupção relacionada a eventos esportivos*
Crimes de lavagem de dinheiro	*Lavagem de dinheiro* *Limitação de pagamento em dinheiro* *Supostos proventos de crime*
Crimes de fraude	*Fraude por falsa representação*

	supplying articles for use in fraud offence Failing to pay for goods and services Fraud by abuse of position Electronic fraud

	Fraude por omissão de informações *Fabricar ou fornecer artigos para uso em crimes de fraude.* *Não pagar por bens e serviços.* *Fraude por abuso de posição* *Fraude eletrônica*

Financing Drug Dealing Offences	*Financing of drug dealing*

Financiamento de crimes relacionados ao tráfico de drogas	*Financiamento do tráfico de drogas*

Other Offences	*Making or supplying articles Possession of articles Conspiracy Aiding, abetting or counselling Attempt Penalty for breach of guidelines*

Outros delitos	*Fabricação ou fornecimento de artigos* *Posse de artigos* *Conspiração* *Auxílio, instigação ou aconselhamento* *Tentar* *Penalidade por violação das diretrizes*

Ancillary offences	*Any crime committed under the law of any financial or competent authority which, in view of its financial implications, complexity, scope, nature or in the public interest, the Commission decides, after consultation with that authority, that it shall investigate into the matter; and includes any ancillary offence to the above listed crimes.*

infrações acessórias	*Qualquer crime cometido ao abrigo da lei de qualquer autoridade financeira ou competente que, tendo em conta as suas implicações financeiras, complexidade, âmbito, natureza ou interesse público, a Comissão decida, após consulta com essa autoridade, que deve investigar a matéria; e inclui qualquer infração acessória aos crimes acima mencionados.*

The Board shall ensure that processes and procedures are implemented to ensure that the Company or its services are not misused to camouflage instrumentality, where instrumentality is defined by the FCC Act 2023 as follows:

O Conselho deverá assegurar que sejam implementados processos e procedimentos para garantir que a Empresa ou os seus serviços não sejam utilizados indevidamente para camuflar atividades ilegais, sendo que a

definição de atividade ilegal é definida pela Lei da FCC de 2023 da seguinte forma:

"instrumentality – (a) means any property used or intended to be used in any manner in connection with a criminal offence or unlawful activity; and (b) includes a benefit…"

"instrumentalidade – (a) significa qualquer propriedade usada ou destinada a ser usada de qualquer forma em conexão com um delito criminal ou atividade ilegal; e (b) inclui um benefício…"

d. Non-Compliance

Any non-compliance with the abovementioned laws, regulations, guidelines will entail regulatory and internal sanctions, where applicable.

Any breach of the provisions under this Manual shall trigger warnings and/or disciplinary actions and/or potential sanctions which shall be determined by the Board. Should a Board Member be involved in the breach reported/observed, then the latter will not be authorised to vote on the disciplinary actions and potential sanctions.

In line with section 18 (3) of the FIAMLA, where it appears or where it is represented to the FSC that any financial institution falling under its purview has refrained from complying, or has failed to comply, with any requirement imposed under the FIAMLA 2002, any regulations made under the FIAMLA 2002 or any guidelines issued or under the FSA, and that the failure has been caused by a negligent act, an omission or by a serious defect in the implementation of any such requirement, the FSC may proceed against the Company under section 7 of the FSA.

d. Não conformidade

Qualquer descumprimento das leis, regulamentos e diretrizes acima mencionados acarretará sanções regulatórias e internas, quando aplicáveis.

Qualquer violação das disposições deste Manual acarretará advertências e/ou medidas disciplinares e/ou potenciais sanções, a serem determinadas pelo Conselho. Caso um membro do Conselho esteja envolvido na violação relatada/observada, este não estará autorizado a votar nas medidas disciplinares e potenciais sanções.

Em conformidade com a secção 18 (3) da FIAMLA, quando se verifica ou quando é representado à FSC que qualquer instituição financeira sob a sua jurisdição se absteve de cumprir, ou não cumpriu, qualquer requisito imposto ao abrigo da FIAMLA 2002, quaisquer regulamentos feitos ao abrigo da FIAMLA 2002 ou quaisquer diretrizes emitidas ao abrigo da FSA, e que a falha foi causada por um ***ato negligente, uma omissão ou por um defeito grave na implementação*** *de qualquer requisito desse tipo, a FSC pode proceder contra a Empresa ao abrigo da secção 7 da FSA.*

2.5.1 Roles and responsibilities

The Company's organisational structure is made up of the following:

2.5.1 Funções e responsabilidades

A estrutura organizacional da empresa é composta pelos seguintes elementos:

a) Board Members consisting of executive and non-executive directors;

b) Dealing Team Members;

c) Money Laundering Reporting Officer ('MLRO') and Deputy MLRO;

d) Compliance Officer;

e) Company Administrator;

f) Back Office Support Team; and

g) Employees and Officers.

a) Membros do Conselho de Administração compostos por diretores executivos e não executivos;

b) Membros da equipe de negociação;

c) Responsável pela comunicação de lavagem de dinheiro (MLRO) e MLRO adjunto;

d) Responsável pela conformidade;

e) Administrador da empresa;

f) Equipe de Suporte Administrativo; e

g) Funcionários e dirigentes.

2.5.2 Lines of Defence

The Company's AMLCFTP Risk Management Strategy is inspired by the three Lines of Defence ('LoD') framework. The three LoD strategy is a risk management framework that is used to help organisations identify, assess and mitigate risks. The framework is based on the principle of segregation of duties, which means that different people or groups of people are responsible for different aspects of risk management.

By having different people or groups of people responsible for different aspects, the organisation can reduce the risk of errors and omissions. Additionally, the framework can help to ensure that risks are identified and managed in a timely and effective manner.

2.5.2 Linhas de Defesa

A estratégia de gestão de riscos AMLCFTP da empresa é inspirada na estrutura das três Linhas de Defesa (LoD). A estratégia das três LoD é uma estrutura de gestão de riscos utilizada para ajudar as organizações a identificar, avaliar e mitigar riscos. A estrutura baseia-se no princípio da segregação de funções, o que significa que diferentes pessoas ou grupos de pessoas são responsáveis por diferentes aspectos da gestão de riscos.

Ao atribuir responsabilidades diferentes a pessoas ou grupos de pessoas específicos, a organização pode reduzir o risco de erros e omissões. Além disso, essa estrutura pode ajudar a garantir que os riscos sejam identificados e gerenciados de forma oportuna e eficaz.



First line: Business Units/Operational Management

The First LoD is made up of the firm's operational and customer-facing teams. These teams deal with risk as part of their day-to-day activities and as such it is deemed most practical for them to be responsible for owning and managing those risks. The First LoD primarily consists of operational management teams, business units, directors, dealing team members, Client acceptance/onboarding teams, transaction processing teams, HR teams, marketing teams, among others. The key role of the First LoD is to understand the risks that arise in their area of the business and make sure there are suitable controls in place to mitigate them, in line with the Company's overall risk management framework. Examples of how to managem risks at this stage involve timely trainings, timely reporting of risks, updating checklists/process sheets when conducting a task among others.

Primeira linha: Unidades de Negócio/Gestão Operacional

A Primeira Linha de Defesa (First LoD) é composta pelas equipes operacionais e de atendimento ao cliente da empresa. Essas equipes lidam com riscos como parte de suas atividades diárias e, portanto, considera-se mais prático que sejam responsáveis por gerenciar esses riscos. A Primeira Linha de Defesa é formada principalmente por equipes de gestão operacional, unidades de negócios, diretores, membros da equipe de negociação, equipes de aceitação/integração de clientes, equipes de processamento de transações, equipes de RH, equipes de marketing, entre outras. O papel fundamental da Primeira Linha de Defesa é compreender os riscos que surgem em sua área de atuação e garantir que existam controles adequados para mitigá-los, em consonância com a estrutura geral de gestão de riscos da empresa. Exemplos de como gerenciar riscos nesta etapa incluem treinamentos oportunos, comunicação oportuna de riscos, atualização de checklists/folhas de processo ao executar uma tarefa, entre outros.

Second line: Risk management & compliance

The second LoD is the risk management function of the Company. The risk management function is responsible for providing oversight, support and guidance to the first LoD in their risk management activities and challenge where necessary, and building and maintaining the frameworks that support the first LoD to manage their risks in line with the Company's overall approach and risk appetite set by the board, and in compliance with all regulatory requirements and guidelines. This includes tasks such as monitoring and reporting on risk and ensuring policies laid out are fit for purpose.

Segunda linha: Gestão de riscos e conformidade

A segunda linha de defesa é a função de gestão de riscos da empresa. A função de gestão de riscos é responsável por supervisionar, apoiar e orientar a primeira linha de defesa em suas atividades de gestão de riscos, questionando-as quando necessário, e por construir e manter as estruturas que apoiam a primeira linha de defesa na gestão de seus riscos, em consonância com a abordagem geral da empresa e o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração, e em conformidade com todos os requisitos e diretrizes regulamentares. Isso inclui tarefas como monitoramento e reporte de riscos e

garantia de que as políticas estabelecidas sejam adequadas à finalidade.

Third line: Internal/External audit

The third LoD is the audit function which can be implemented internally or externally. The audit function is responsible for providing independent assurance that the Company's risk management framework is effective. This includes testing the effectiveness of risk controls and issuing audit reports.

The intention behind implementing a 3 LoD infrastructure contributes to the following:

• improving the overall risk management maturity of the Company;
• reducing the risk of errors and omissions;
• ensuring that risks are identified and managed in a timely and effective manner; and
• improving the efficiency and effectiveness of the organisation's risk management function.
The key to making the most of the Three LoD is ensuring that roles don't start to blur into each other. The Company shall ensure that there is open communication across the three lines, but their areas of responsibility should remain distinct. In particula r, it's important for the second line to maintain independence and distance from the first lin's activities. For example, a second line team member might assist in creating a tool to help first line build and run a risk assessment process however the second line is not responsible for actually building or running the assessment themselves.

Terceira linha: Auditoria interna/externa

A terceira linha de defesa é a função de auditoria, que pode ser implementada interna ou externamente. A função de auditoria é responsável por fornecer garantia independente de que a estrutura de gestão de riscos da empresa é eficaz. Isso inclui testar a eficácia dos controles de risco e emitir relatórios de auditoria.

A intenção por trás da implementação de uma infraestrutura de 3 níveis de defesa contribui para o seguinte:
• melhorar a maturidade geral da gestão de riscos da empresa;
• reduzir o risco de erros e omissões;
• garantir que os riscos sejam identificados e gerenciados de maneira oportuna e eficaz; e

• Melhorar a eficiência e a eficácia da função de gestão de riscos da organização.
A chave para tirar o máximo proveito das três linhas de defesa é garantir que as funções não se confundam. A empresa deve assegurar que haja comunicação aberta entre as três linhas, mas suas áreas de responsabilidade devem permanecer distintas. Em particular, é importante que a segunda linha mantenha independência e distanciamento das atividades da primeira linha. Por exemplo, um membro da equipe da segunda linha pode auxiliar na criação de uma ferramenta para ajudar a primeira linha a construir e executar um processo de avaliação de riscos; no entanto, a segunda linha não é responsável por construir ou executar a avaliação em si.

2.5.3 Board

The Board of Directors and Senior Management have the responsibility to inter-alia:

a) design, implement and monitor an AMLCFTP framework for the Company;
b) undertake timely risk assessments of the business, of the customers, of third parties among others;
c) Allocate responsibilities to officers/departments/service providers to ensure that AMLCFTP policies, procedures, processes, systems are performed satisfactorily;
d) arrange for the a training programme on AMLCFTP and financial crime for the Company and its officers/employees;
e) Promote a healthy and efficient AMLCFTP compliance culture.

The Board is responsible for managing the Company effectively and is in the best position to understand and evaluate all potential risks to the Company, including those of money laundering, financing of terrorism, proliferation and financial crime. The Board must therefore take ownership of, and ultimate responsibility for, the the enterprise wide risk assessments which include the Business Risk Assessment, the Customer Risk Assessment and the Third Party Risk Assessments) and ensure that they remain up to date and relevant. In so doing, the Board shall ensure that all relevant units of the Company perform their functions regarding risk identification and management effectively. On the basis of its risk assessment outcome, the Board shall establish a formal strategy for AMLCFTP and financial crime. If needed, following this exercise, this Manual shall also undergo changes are appropriate.

2.5.3 Quadro

O Conselho de Administração e a Alta Direção têm a responsabilidade, entre outras coisas:

a) Projetar, implementar e monitorar uma estrutura AMLCFTP para a empresa;
b) Realizar avaliações de risco oportunas do negócio, dos clientes, de terceiros, entre outros;
c) Atribuir responsabilidades a funcionários/departamentos/prestadores de serviços para garantir que as políticas, procedimentos, processos e sistemas da AMLCFTP sejam executados de forma satisfatória;
d) Organizar um programa de treinamento sobre AMLCFTP (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo) e crimes financeiros para a empresa e seus diretores/funcionários;
e) Promover uma cultura de conformidade com as normas AMLCFTP saudável e eficiente.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão eficaz da Empresa e está em melhor posição para compreender e avaliar todos os riscos potenciais para a Empresa, incluindo os de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, proliferação e crimes financeiros. O Conselho deve, portanto, assumir a responsabilidade final pelas avaliações de risco em toda a empresa (incluindo a Avaliação de Risco Empresarial, a Avaliação de Risco do Cliente e a Avaliação de Risco de Terceiros) e garantir que estas se mantenham atualizadas e relevantes. Ao fazê-lo, o Conselho deve assegurar que todas as unidades relevantes da Empresa desempenhem as suas funções relativas à identificação e gestão de riscos de forma eficaz. Com base nos resultados da sua avaliação de risco, o Conselho deve estabelecer uma estratégia formal para o combate à lavagem de dinheiro,

financiamento do terrorismo, proliferação e crimes financeiros. Se necessário, após este exercício, este Manual também deverá sofrer as alterações apropriadas.

Where the Company forms part of a group operating outside Mauritius, that strategy may protect both its global reputation and its Mauritius business.

Nos casos em que a empresa faz parte de um grupo que opera fora das Ilhas Maurícias, essa estratégia pode proteger tanto a sua reputação global quanto os seus negócios nas Ilhas Maurícias.

The Board has the obligation to document its systems and controls (including policies and procedures) and clearly apportion responsibilities regarding AMLCFTP and combatting of financial crime, and, in particular, responsibilities of the Compliance Officer ("CO") and Money Laundering Reporting Officer ("MLRO") (and in his/her absence the DMLRO).

O Conselho tem a obrigação de documentar seus sistemas e controles (incluindo políticas e procedimentos) e de atribuir claramente as responsabilidades relativas à AMLCFTP e ao combate aos crimes financeiros e, em particular, as responsabilidades do Diretor de Conformidade ("CO") e do Diretor de Reporte de Lavagem de Dinheiro ("MLRO") (e, na ausência deste, do DMLRO).

In respect of the above, the Company's policy shall be to ensure:

(a) that its processes, policies, procedures, manuals are effective;

(b) that its processes, policies, procedures, manuals reviews are conducted on an adequate frequency as approved by the Board;

(c) that the extent of review of processes, policies, procedures, manuals are appropriate.

No que diz respeito ao exposto acima, a política da Empresa será assegurar:

(a) que seus processos, políticas, procedimentos e manuais sejam eficazes;
(b) que seus processos, políticas, procedimentos e manuais sejam revisados com a frequência adequada, conforme aprovado pelo Conselho;
(c) que o nível de revisão dos processos, políticas, procedimentos e manuais seja adequado.

The Board shall take a risk-based approach when defining its review policy and ensure that those areas that are deemed to pose the greatest risk to the Company are reviewed more frequently.

O Conselho de Administração deverá adotar uma abordagem baseada em riscos ao definir sua política de revisão e garantir que as áreas consideradas de maior risco para a Companhia sejam revisadas com mais frequência.

The standard frequency for a compliance review shall be on an annual basis and whenever there are material changes in the laws, unless otherwise required by the Board.

A frequência padrão para uma revisão de conformidade será anual, a menos que o Conselho determine o contrário. Nesse sentido, revisões antecipadas serão

In this respect, earlier reviews shall be scheduled upon detection of relevant trigger event(s).

agendadas mediante a detecção de eventos relevantes que justifiquem a sua realização.

Trigger events are defined as tangible or intangible barrier(s) or occurrence(s) which, once breached or met, causes another event to occur. Trigger events include negative news/adverse media about the individual or entity, a legal status or domicile change, change in the business plan of the Company, change in the screening tool of the Company, substantive change in the client target market, substantial change in the marketing tools being used for the Company, discovery of positive sanction matches in the Company's database, too many client complaints, and so on. These trigger events will initiate a CDD process or a CDD review process or a risk assessment process, and compliance reporting among others. The action shall be circumstantial and determined on a case-to-case basis after analysis of the relevant matter at hand.

Eventos desencadeadores são definidos como barreiras ou ocorrências tangíveis ou intangíveis que, uma vez ultrapassadas ou atendidas, causam a ocorrência de outro evento. Esses eventos incluem notícias negativas/mídia adversa sobre o indivíduo ou entidade, mudança de status legal ou domicílio, alteração no plano de negócios da empresa, mudança na ferramenta de triagem da empresa, mudança substancial no mercado-alvo do cliente, mudança substancial nas ferramentas de marketing utilizadas pela empresa, descoberta de correspondências positivas com sanções no banco de dados da empresa, número excessivo de reclamações de clientes, entre outros. Esses eventos desencadeadores iniciarão um processo de Due Diligence do Cliente (CDD), um processo de revisão de CDD, um processo de avaliação de risco e a elaboração de relatórios de conformidade, entre outros. A ação será circunstancial e determinada caso a caso, após análise da questão relevante.

The Board must consider the appropriateness and effectiveness of its compliance arrangements and its policy for the review of compliance at a minimum annually, or whenever material changes to the Company occur. Where, as a result of its review, changes to the compliance arrangements/processes/frameworks are required, the Board must ensure that the Company makes those changes in a timely manner.

O Conselho de Administração deve avaliar a adequação e a eficácia de seus mecanismos de conformidade e sua política de revisão de conformidade, **no mínimo anualmente**, ou sempre que ocorrerem mudanças significativas na Companhia. Quando, em decorrência de sua revisão, forem necessárias alterações nos mecanismos/processos/estruturas de conformidade, o Conselho de Administração deve assegurar que a Companhia implemente essas alterações em tempo hábil.

The Company is responsible for appointing a CO. In addition to appointing a CO, the Company shall ensure that there is an independent audit function in accordance with Regulation 22 (d) of the FIAMLR 2018 to test

A Empresa é responsável pela nomeação de um CO. Além de nomear um CO, a Empresa deve garantir que exista uma função de auditoria independente, em conformidade com o Regulamento 22 (d) do FIAMLR 2018,

the effectiveness of the money laundering and financing of terrorism policies, procedures and controls of the Company.

para testar a eficácia das políticas, procedimentos e controles da Empresa em matéria de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

The Board must ensure that the compliance review policy takes into account the size, nature and complexity of the business of the Company, including the risks identified in the business risk assessments. The policy must include a requirement for sample tes ting of the effectiveness and adequacy of the Company's policies, procedures and controls.

O Conselho de Administração deve assegurar que a política de revisão de conformidade leve em consideração o porte, a natureza e a complexidade dos negócios da Companhia, incluindo os riscos identificados nas avaliações de risco empresarial. A política deve incluir uma exigência de testes amostrais para verificar a eficácia e a adequação das políticas, procedimentos e controles da Companhia.

According to the FSC Handbook, the Board or senior management of the Company must establish documented systems and controls which:

De acordo com o Manual da FSC, o Conselho de Administração ou a alta administração da empresa devem estabelecer sistemas e controles documentados que:

a) undertake risk assessments of its business and its customers;
b) determine the true identity of customers and any beneficial owners and controllers;
c) determine the nature of the business that the customer expects to conduct and the commercial rationale for the business relationship;
d) require identification information to be accurate and relevant;
e) require business relationships and transactions to be effectively monitored on an ongoing basis with particular attention to transactions which are complex, both large and unusual, or an unusual pattern of transactions which have no apparent economic or lawful purpose;
f) compare expected activity of a customer against actual activity;
g) apply increased vigilance to transactions and relationships posing higher risks of money laundering and financing of terrorism;
h) ensure adequate resources are given to the CO to enable the standards within the

a) realizar avaliações de risco do seu negócio e dos seus clientes;
b) Determinar a verdadeira identidade dos clientes e de quaisquer beneficiários finais e controladores;
c) Determinar a natureza do negócio que o cliente espera realizar e a justificativa comercial para o relacionamento comercial;
d) Exigir que as informações de identificação sejam precisas e relevantes;
e) Exigir que as relações e transações comerciais sejam monitoradas de forma eficaz e contínua, com especial atenção às transações complexas, de grande porte e incomuns, ou a um padrão incomum de transações que não tenham propósito econômico ou legal aparente;
f) Comparar a atividade esperada de um cliente com a atividade real;
g) Aplicar maior vigilância às transações e relações que apresentem riscos mais elevados de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo;
h) garantir que sejam disponibilizados recursos adequados à organização de

FSC Handbook to be adequately implemented and periodically monitored and tested; and

i) ensure procedures are established and maintained which allow the MLRO and the Deputy MLRO to have access to all relevant information, which may be of assistance to them in considering suspicious transaction reports ("STRs").

certificação para permitir a implementação adequada das normas do Manual do FSC, bem como o seu monitoramento e teste periódicos; e

i) Garantir que sejam estabelecidos e mantidos procedimentos que permitam ao MLRO e ao MLRO Adjunto terem acesso a todas as informações relevantes que possam auxiliá-los na análise de relatórios de transações suspeitas ("RTS").

2.5.4 MLRO

In accordance with the FIAMLA 2002 and FIAMLR 2018, the Company must appoint an MLRO. Pursuant to Regulation 27 of FIAMLR 2018, the Company must establish, document, maintain and operate reporting procedures that shall –

(i) enable all its directors or, as the case may be, partners, all other persons involved in its management, and all appropriate employees to know to whom they should report any knowledge or suspicion of money laundering and terrorism financing activity;

(ii) ensure that there is a clear reporting chain under which that knowledge or suspicion will be passed to the Money Laundering Reporting Officer;

(iii) require reports of internal disclosures to be made to the Money Laundering Reporting Officer of any information or other matters that come to the attention of the person handling that business and which in that person's opinion gives rise to any knowledge or suspicion that another person is engaged in money laundering and terrorism financing activity;

2.5.4 MLRO

Em conformidade com a FIAMLA 2002 e a FIAMLR 2018, a Empresa deve nomear um Responsável pela Prevenção à Lavagem de Dinheiro (MLRO). De acordo com o Artigo 27 da FIAMLR 2018, a Empresa deve estabelecer, documentar, manter e operar procedimentos de reporte que devem:

(i) permitir que todos os seus diretores ou, conforme o caso, sócios, todas as outras pessoas envolvidas na sua gestão e todos os funcionários relevantes saibam a quem devem reportar qualquer conhecimento ou suspeita de atividades de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo;

(ii) garantir que exista uma cadeia de comunicação clara através da qual esse conhecimento ou suspeita seja transmitido ao responsável pela comunicação da lavagem de dinheiro;

Exigir que sejam feitos relatórios de divulgações internas ao Oficial de Denúncia de Lavagem de Dinheiro sobre qualquer informação ou outros assuntos que cheguem ao conhecimento da pessoa responsável por esse negócio e que, na opinião dessa pessoa, deem origem a qualquer conhecimento ou suspeita de que outra pessoa esteja envolvida em atividades de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo;

(iii) require the Money Laundering Reporting Officer to consider any report in the light of all other relevant information available to him for the purpose of determining whether or not it gives rise to any knowledge or suspicion of money laundering or terrorism financing activity;

(iv) ensure that the Money Laundering Reporting Officer has full access to any other information that may be of assistance and that is available to the reporting person; and

(v) enable the information or other matters contained in a report to be provided as soon as is practicable to the FIU where the Money Laundering Reporting Officer knows or suspects that another person is engaged in money laundering or terrorism financing activ ities."

(iii) Exigir que o Oficial de Denúncia de Lavagem de Dinheiro considere qualquer denúncia à luz de todas as outras informações relevantes disponíveis para determinar se ela gera ou não conhecimento ou suspeita de atividade de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo;

(iv) garantir que o Oficial de Denúncia de Lavagem de Dinheiro tenha acesso total a quaisquer outras informações que possam ser úteis e que estejam disponíveis para a pessoa que está fazendo a denúncia; e

(v) permitir que as informações ou outros assuntos contidos em um relatório sejam fornecidos o mais rapidamente possível à UIF (Unidade de Inteligência Financeira) quando o Oficial de Denúncia de Lavagem de Dinheiro souber ou suspeitar que outra pessoa esteja envolvida em atividades de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo."

The primary duty of the MLRO will be receiving and evaluating internal STR and where appropriate, filing the STR with the FIU.

A principal responsabilidade do MLRO será receber e avaliar os relatórios de transações suspeitas (STR) internos e, quando apropriado, encaminhá-los à Unidade de Inteligência Financeira (FIU).

In the absence of the MLRO, appointment of Deputy MLRO must be duly notified to the FSC, and he/she is expected to fulfil similar duties as that of the MLRO.

Na ausência do MLRO, a nomeação do MLRO Adjunto deve ser devidamente comunicada ao FSC, e espera-se que ele/ela desempenhe funções semelhantes às do MLRO.

2.5.5 Compliance Officer

As part of its compliance arrangements, the Company is responsible for designating a CO who shall be responsible for the implementation and ongoing compliance of the Company with internal programmes, controls and procedures in accordance with

2.5.5 Oficial de Conformidade

Como parte de suas medidas de conformidade, a Empresa é responsável por designar um CO (Responsável pela Conformidade) que será responsável pela implementação e conformidade contínua da Empresa com os programas, controles e

the requirements of the FIAMLA 2002 and FIAMLR 2018.

The CO shall have the following functions:

a) ensuring continued compliance with the requirements of the FIAMLA 2002 and FIAMLR 2018 subject to the ongoing oversight of the Board and senior management;

b) undertaking day-to-day oversight of the program for combating money laundering and terrorism financing;

c) regular reporting, including reporting of non-compliance, to the Board and senior management;

d) contributing to designing and implementing the AML/CFT framework for the Company.

procedimentos internos, de acordo com os requisitos da FIAMLA 2002 e da FIAMLR 2018.

O CO deverá ter as seguintes funções:

a) Garantir a conformidade contínua com os requisitos da FIAMLA 2002 e da FIAMLR 2018, sujeita à supervisão constante do Conselho e da alta administração;

b) Realizar a supervisão diária do programa de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;

c) Elaboração de relatórios regulares, incluindo a comunicação de casos de não conformidade, ao Conselho de Administração e à alta administração;

d) Contribuir para a concepção e implementação da estrutura de AML/CFT (Antilavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo) da empresa.

2.5.6 Company Administrator

The Company has entered into an Administration Agreement with the appointed Company Administrator, which will act as the Administrator of the Company. The Company Administrator must be licensed with the FSC as a Management Company and supervised by the FSC in terms of its AML/CFT controls.

The Company Administrator will perform:

- certain administrative functions, including but not limited to customer identification and verification, performing enhanced due diligence, screening and risk profiling;

2.5.6 Administrador da Empresa

A Empresa celebrou um Contrato de Administração com o Administrador Judicial nomeado, que atuará como Administrador da Empresa. O Administrador Judicial deve ser licenciado pela FSC como Sociedade Gestora e supervisionado pela FSC em termos de seus controles de AML/CFT (Antilavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo).

O Administrador da Empresa deverá desempenhar as seguintes funções:

- certas funções administrativas, incluindo, entre outras, a identificação e verificação de clientes, a realização de Due Diligence Reforçada, a triagem e a avaliação de risco;

- accounting;
- registrar;
- transfer agency services for the Company (E.g. Customer / Shareholder register); and
- transactional record keeping.

Where the Company Administrator outsources certain of its functions to a Company Administrator Agent, the Company Administrator enters into an administration agreement with the Company Administrator Agent, however, the approval for the use of the Company Administrator Agent to conduct functions of the Company Administrator must be approved and vetted by the Board of the Company first.

- contabilidade;
- registrar;
- Serviços de agência de transferência para a Empresa (ex.: cadastro de clientes/acionistas); e
- registro de transações.

Nos casos em que o Administrador da Empresa terceiriza determinadas funções para um Agente de Administração da Empresa, o Administrador da Empresa celebra um contrato de administração com o Agente de Administração da Empresa. No entanto, a aprovação para a utilização do Agente de Administração da Empresa para exercer funções do Administrador da Empresa deve ser previamente aprovada e analisada pelo Conselho de Administração da Empresa.

2.5.7 Outsourcing of compliance-related functions

The Company may outsource some or all of its compliance functions related to AML/ CFT to a third party which shall ensure that the Company implements its program for combating money laundering and terrorism financing and managed all potential risks relatin g thereto in accordance with the third party's own policies and procedures. Where compliance functions are outsourced, the third party must be regulated and supervised for AML/CFT purposes in Mauritius or an equivalent jurisdiction, and the Company retains ultimate responsibility for compliance.

Prior to outsourcing the compliance-related functions, the Company shall assess the policies and processes of the third party.

2.5.7 Terceirização de funções relacionadas à conformidade

A Empresa poderá terceirizar algumas ou todas as suas funções de conformidade relacionadas à AML/CFT (Antilavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo) para uma terceira parte, que deverá garantir que a Empresa implemente seu programa de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e gerencie todos os riscos potenciais a ele relacionados, de acordo com as políticas e procedimentos da própria terceira parte.

Antes de terceirizar as funções relacionadas à conformidade, a Empresa deverá avaliar as políticas e os processos da terceira parte.

3. Customer acceptance requirements

To establish a business relationship with a prospective investor, the Company has to obtain the appropriate information from the person seeking to establish the business relationship or from the person acting on behalf of that prospective investor. The information obtained is required to be verified by comparing it with information and/or documentation obtained from source(s) as required by local legislation.

3.1 CDD Measures

CDD is the key element of an internal AML/CFT system and it relates to measures taken to:

- identify and verify the identity of a customer using reliable, independent source documents, data or information;
- identify and verify all associated parties to the customer;
- screen potential and existing customers for adverse media and targeted sanctions;
- understand the nature and intended purpose of the business relationship or transaction;
- understand the ownership and control structure of the customer;
- identify and take reasonable measures to verify the identity of beneficial owners of the customer;
- determine the source of funds of the customer, and if applicable, the source of wealth;
- identify the jurisdictions associated with the customer;
- enable the Company to risk profile

3. Requisitos de aceitação do cliente

Para estabelecer uma relação comercial com um potencial investidor, a Empresa deve obter as informações apropriadas da pessoa que busca estabelecer a relação comercial ou da pessoa que atua em nome desse potencial investidor. As informações obtidas devem ser verificadas por meio da comparação com informações e/ou documentação obtidas de fontes conforme exigido pela legislação local.

3.1 Medidas CDD -

A Due Diligence do Cliente (CDD) é o elemento-chave de um sistema interno de AML/CFT e se relaciona às medidas tomadas para:

- Identificar e verificar a identidade de um cliente utilizando documentos, dados ou informações de fontes confiáveis e independentes;
- Identificar e verificar todas as partes associadas ao cliente;
- Analisar potenciais e atuais clientes quanto a notícias negativas e sanções direcionadas;
- Compreender a natureza e a finalidade pretendida da relação comercial ou da transação;
- Compreender a estrutura de propriedade e controle do cliente;
- Identificar e tomar medidas razoáveis para verificar a identidade dos beneficiários finais do cliente;
- Determinar a origem dos fundos do cliente e, se aplicável, a origem da riqueza;
- Identificar as jurisdições associadas ao cliente;
- Permitir que a empresa estabeleça

the customer;
- monitor customers' transactions and activities to ensure they are consistent with the Company's knowledge of the customers, their business and risk profile.

AML/CFT laws require that a risk-based approach be adopted when conducting CDD, as opposed to a tick- box approach, to ensure that the CDD measures in place correspond to the risks identified with the customer. This approach constitutes the foundation to an effective customer risk assessment which determines the extent of information and documentation to be requested from the customer, the extent to which the business relationship is scrutinised, and how often CDD documentation, data or information held is reviewed and updated.

In that respect, all customers are categorised in three distinctive risk categories namely Low, Medium and High, which is in line with FSC's Effective Customer Risk Assessment and the AML/CFT Handbook.

3.1.1 Low Risk Customer

If the level of ML/TF risk associated with the customer is assessed to be Low, it may be possible and appropriate to apply Reduced or Simplified CDD measures in exceptional scenarios.[4]

<u>When will Simplified CDD apply?</u>

um perfil de risco do cliente;
- Monitorar as transações e atividades dos clientes para garantir que estejam de acordo com o conhecimento que a empresa tem dos clientes, seus negócios e perfil de risco.

As leis de AML/CFT exigem que uma abordagem baseada em risco seja adotada na condução da CDD (Due Diligence do Cliente), em vez de uma abordagem meramente formal, para garantir que as medidas de CDD em vigor correspondam aos riscos identificados em relação ao cliente. Essa abordagem constitui a base para uma avaliação de risco eficaz do cliente, que determina a extensão das informações e da documentação a serem solicitadas, o nível de escrutínio da relação comercial e a frequência com que a documentação, os dados ou as informações de CDD são revisados e atualizados.

Nesse sentido, todos os clientes são categorizados em três categorias de risco distintas: Baixo, Médio e Alto, em conformidade com a Avaliação Eficaz de Risco do Cliente da FSC e o Manual de AML/CFT.

3.1.1 Cliente de baixo risco

Se o nível de risco de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo associado ao cliente for avaliado como **baixo**, poderá ser possível e apropriado aplicar **a Due Diligence do Cliente Reduzida ou Simplificada.[4]** medidas em cenários excepcionais.

<u>Quando será aplicado o CDD simplificado?</u>

[4]Consulte o Anexo H para obter detalhes sobre os documentos necessários para a CDD Reduzida.
Please refer to Annexure H for the details of the Reduced CDD documents required

The Company may apply simplified CDD measures where lower risks have been identified and the simplified CDD measures shall be commensurate with the lower risk factors and in accordance with any guidelines issued by the regulator.

A Companhia poderá aplicar medidas simplificadas de CDD (Due Diligence do Cliente) quando forem identificados riscos menores, sendo que tais medidas simplificadas deverão ser proporcionais aos fatores de risco mais baixos e estar em conformidade com as diretrizes emitidas pelo órgão regulador.

The Company will be guided by Chapter 7 of the AML/CFT Handbook.

A empresa seguirá as diretrizes do Capítulo 7 do Manual de AML/CFT (Antilavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo).

National Risk Assessment

Avaliação Nacional de Riscos

Where the Company determines that there is a low level of risk, it shall ensure that the low risk identified is consistent with the findings of the national risk assessment 5 or any risk assessment of the regulator, whichever is most recently issued. The latest (and second) National Risk Assessment Report (Mauritius) was issued in May 2025.[56]

Nos casos em que a Empresa determine que existe um baixo nível de risco, deverá assegurar que o baixo risco identificado seja consistente com as conclusões da avaliação nacional de riscos [5]ou com qualquer avaliação de riscos do regulador, consoante a que tiver sido emitida mais recentemente. O último (e segundo) Relatório Nacional de Avaliação de Riscos (Maurício) foi emitido em maio de 2025.[6]

[5]O termo "avaliação nacional de riscos" significa o relatório emitido nos termos do artigo 19D(2) da FIAMLA 2002, que prevê que o Ministério dos Serviços Financeiros e da Boa Governança deve realizar uma avaliação dos riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo que afetam o mercado interno e estão relacionados com atividades transfronteiriças e deve, em particular, identificar:
(a) as áreas do mercado interno que apresentam maior risco;
(b) o risco associado a cada segmento do setor de serviços financeiros e ao setor relacionado com membros de uma profissão ou ocupação relevante;
(c) os meios mais difundidos utilizados pelos criminosos para lavar rendimentos ilícitos;
(d) as características e os tipos de organizações sem fins lucrativos que provavelmente estão em risco de abuso no financiamento do terrorismo.
The term "national risk assessment" means the report issued under section 19D(2) of the FIAMLA 2002, which provides that the Ministry of Financial Services and Good Governance shall conduct an assessment of the risks of money laundering and terrorist financing affecting the domestic market and relating to cross border activities and shall in particular, identify: (a) the areas of the domestic market that are of greatest risk; (b) the risk associated with each segment of the financial services sector and the sector relating to members of a relevant profession or occupation; (c) the most widespread means used by criminals to launder illicit proceeds; (d) the features and types of non-profit organisations which are likely to be at risk for terrorism financing abuse.

[6]Fonte: https://financialservices.govmu.org/Documents/NRA%20Report/Public%20Report%202019-compressed.pdf
Source: https://financialservices.govmu.org/Documents/NRA%20Report/Public%20Report%202019-compressed.pdf

According to the report, the inherent vulnerability of the securities sector to ML, as well as its overall ML vulnerability, was assessed as Medium, thereby categorising the ML threat as Medium Risk. The rationale provided was that the securities sector is exposed to illicit activities originating both externally and internally. Specifically, securities transactions can serve as a mechanism to conceal or obscure the origins of illegally generated funds. The report cited examples such as embezzlement, insider trading, securities fraud, and market manipulation as primary sources of illicit funds potentially laundered through the sector. Furthermore, the highly international nature of the securities industry was noted as a contributing factor, as criminals may exploit multiple jurisdictions to complicate and obscure money laundering schemes.

De acordo com o relatório, a vulnerabilidade inerente do setor de valores mobiliários à lavagem de dinheiro, bem como sua vulnerabilidade geral a esse tipo de crime, foi avaliada como Média, classificando, portanto, a ameaça de lavagem de dinheiro como de Risco Médio. A justificativa apresentada foi que o setor de valores mobiliários está exposto a atividades ilícitas originadas tanto externa quanto internamente. Especificamente, as transações com valores mobiliários podem servir como um mecanismo para ocultar ou obscurecer a origem de fundos gerados ilegalmente. O relatório citou exemplos como peculato, uso de informações privilegiadas, fraude de valores mobiliários e manipulação de mercado como fontes primárias de fundos ilícitos potencialmente lavados por meio do setor. Além disso, a natureza altamente internacional do setor de valores mobiliários foi apontada como um fator contribuinte, uma vez que os criminosos podem explorar múltiplas jurisdições para complicar e obscurecer esquemas de lavagem de dinheiro.

In contrast, the inherent vulnerability and overall risk of the securities sector to TF was assessed as Low, thus categorising the TF threat as Low Risk. The NRA attributed this to the fact that most industry participants operate under a Global Business Company (GBC) license, which is subject to stringent regulatory oversight, including by regulated primary banks in Mauritius. The report also noted that robust controls — such as sanctions screening — contributed significantly to mitigating TF risk. A depiction of the relevant risk tables from the NRA is provided below:

Em contrapartida, a vulnerabilidade inerente e o risco geral do setor de valores mobiliários ao financiamento do terrorismo foram avaliados como baixos, classificando, portanto, a ameaça de financiamento do terrorismo como de baixo risco. A Autoridade Reguladora Nacional (ARN) atribuiu essa classificação ao fato de a maioria dos participantes do setor operar sob uma licença de Empresa Global de Negócios (GBC), que está sujeita a uma supervisão regulatória rigorosa, inclusive por parte dos principais bancos regulamentados em Maurício. O relatório também observou que controles robustos — como a verificação de sanções — contribuíram significativamente para a mitigação do risco de financiamento do terrorismo. Uma

representação das tabelas de risco relevantes da ARN é apresentada abaixo:

- National ML TF risks
- Riscos nacionais de lavagem de dinheiro

Table 1: National ML Risks and National TF Risks

National ML Risks:			**Medium High**
• National Threat:		Medium High	
Internal Threat	Medium		
External Threat	High		
• National ML Vulnerability:		Medium High	
Combatting Ability	Medium		
Sectoral Vulnerability	High		
National TF Risks:			**Medium Low**
National TF Threat:		Medium Low	
National TF Vulnerability:		Medium Low	

- The sectoral ML Threat, Vulnerability and Risk ratings are:
- As classificações setoriais de Ameaças, Vulnerabilidades e Riscos de Lavagem de Dinheiro são:

Table 2: Sectoral ML Threat, Vulnerability and Risk Ratings

Sector	ML Threat Rating	ML Vulnerability Rating	ML Risk Rating
Banking Sector			
Banking	High	Medium	Medium-High
Insurance Sector[4]			
General Insurance			
Miscellaneous, Transportation, Guarantee, Engineering	Low	Medium-Low	Low
Property, Accident and Health	Low	Medium	Medium-Low
Liability	Low	Medium-Low	Medium-Low
Motor	Medium-Low	Medium-Low	Medium
Long-term Insurance			
Long-Term Insurance (except Linked Long term insurance)	Medium-Low	Medium-Low	Medium-Low
Linked Long Term Insurance	Medium-Low	Medium	Medium
Securities Sector			
Securities	Medium	Medium	Medium
Other Financial Institutions (OFIs)			
OFIs- under BoM Supervision			
Cash Dealers	Medium	Medium	Medium
NBDTI	Medium-Low	Medium-Low	Medium-Low
Payment Service Providers	Low	Low	Low
OFIs- under FSC Supervision			
Leasing	High	Medium	Medium-High
Payment Intermediary Services	Medium	Medium	Medium
Credit Finance	Low	Medium-Low	Medium-Low
Investment Banking	Low	Medium	Medium-Low
Treasury Management	Low	Medium	Medium-Low
OFIs- Cooperative Credit Unions (CCUs)			
OFIs- CCUs	Medium-Low	Low	Medium-Low
Trust and Company Service Provider (TCSP) Sector			
TCSPs under FSC Supervision	High	Medium	Medium-High
CSPs under ROC Supervision	Low	Medium	Medium-Low
Designated Non-Financial Businesses and Professions (DNFBPs)			
Legal profession (excluding Notary)	Medium	Medium	Medium
Notary	Medium-High	Medium	Medium-High
Gambling	High	Medium	Medium-High
Real Estate	Medium	High	Medium-High
DPMS	Medium-High	Medium	Medium-High
Accountancy	Medium	Medium-Low	Medium

- The sectoral TF Threat, Vulnerability and Risk ratings are:

- As classificações setoriais de Ameaças, Vulnerabilidades e Riscos de Financiamento do Terrorismo são:

Table 3: Sectoral TF Threat, Vulnerability and Risk Ratings

Sector	TF Threat Rating	TF Vulnerability Rating	TF Risk Rating
Banking Sector			
Banking	Medium	Medium-Low	Medium
Insurance Sector			
Insurance	Low	Medium-Low	Medium-Low
Securities Sector			
Securities	Low	Low	Low
Other Financial Institutions (OFIs)			
OFIs- under BoM Supervision			
Cash Dealers	Medium-Low	Medium-Low	Medium-Low
NBDTI	Low	Low	Low
Payment Service Providers	Low	Low	Low
OFIs- under FSC Supervision			
Custodian – Non-CIS	Low	Medium-Low	Medium-Low
Payment Intermediary Services	Medium-Low	Medium-Low	Medium-Low
Credit Finance	Low	Medium-Low	Medium-Low
Investment Banking	Low	Medium-Low	Medium-Low
Treasury Management	Low	Medium-Low	Medium-Low
OFIs- Cooperative Credit Unions (CCUs)			
OFIs- CCUs	Low	Low	Low
Trust and Company Service Provider (TCSP) Sector			
TCSPs under FSC Supervision	Medium-Low	Medium-Low	Medium-Low
CSPs under ROC Supervision	Low	Low	Low
Designated Non-Financial Businesses and Professions (DNFBPs)			
Legal professions (excluding Notary)	Low	Low	Low
Notary	Low	Medium-Low	Medium-Low
Gambling	Low	Medium-Low	Medium-Low
Real Estate	Low	Medium	Medium-Low
DPMS	Low	Medium-Low	Medium-Low
Accountancy	Low	Low	Low

- An extract of the overall ML/TF vulnerability, threat and risk ratings are indicated below:

- Segue abaixo um resumo das classificações gerais de vulnerabilidade, ameaças e riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo:

High ML Threat	Medium High ML Threat	Medium ML Threat	Medium Low ML Threat	Low ML Threat
• Banking • Leasing Companies • TCSPs • Gambling	• DPMS Sector • Notary	• Real Estate • Legal Sector • Securities Sector • Cash Dealers • Payment Intermediary Services • Accountancy Sector	• Long-term Insurance • Motor Insurance • NBDTIs • Credit Unions	• General Insurance (except Motor class) • Credit Finance • Treasury Management • Investment Banking • CSPs • PSP

Simplified CDD shall not apply where the Company knows, suspects, or has reasonable grounds for knowing or suspecting that a customer or an applicant for business is engaged in ML/TF or that the transaction being conducted by the customer or applicant for business is being carried out on behalf of another person engaged in ML/TF.

A Due Diligence Simplificada do Cliente (CDD) não se aplica quando a Empresa sabe, suspeita ou tem motivos razoáveis para saber ou suspeitar que um cliente ou um candidato a negócios está envolvido em lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo (LD/FT) ou que a transação realizada pelo cliente ou candidato a negócios está sendo executada em nome de outra pessoa envolvida em LD/FT.

The Company can apply simplified CDD measures where:

A empresa pode aplicar medidas simplificadas de CDD (Due Diligence do Cliente) nos seguintes casos:

(a) Lower risks have been identified and the simplified CDD measures shall be commensurate with the lower risk factors;

(a) Foram identificados riscos menores e as medidas simplificadas de CDD (Due Diligence do Consumidor) devem ser compatíveis com os fatores de risco mais baixos;

(b) there is a low level of risk, financial institutions shall ensure that the low risk identified is consistent with the findings of the national risk assessment or any risk assessment carried out, whichever is most recently issued;

(b) Caso haja um baixo nível de risco, as instituições financeiras devem garantir que o baixo risco identificado seja consistente com as conclusões da avaliação nacional de risco ou de qualquer avaliação de risco realizada, prevalecendo a mais recente;

Where the Company decides to adopt the simplified measures in respect of a particular applicant, it must:

Caso a empresa decida adotar as medidas simplificadas em relação a um determinado requerente, deverá:

(a) document that decision in a manner which explains the factors which it took into account (including retaining any relevant supporting documentation) and its reasons for adopting the measures in question; and

(b) keep the relationship with the applicant (including the continued appropriateness of using the simplified measures) under review, and operate appropriate policies, procedures and controls for doing so.

Where simplified CDD measures are adopted, the Company should apply a risk-based approach to determine whether to adopt the simplified CDD measures in a given situation and/or continue with the simplified measures, although these clients' accounts are stil l subject to transaction monitoring obligations.

(a) Documentar essa decisão de forma a explicar os fatores que foram levados em consideração (incluindo a conservação de toda a documentação de apoio relevante) e as razões para a adoção das medidas em questão; e

(b) Manter sob revisão o relacionamento com o requerente (incluindo a adequação contínua do uso das medidas simplificadas) e implementar políticas, procedimentos e controles apropriados para tal.

Nos casos em que forem adotadas medidas simplificadas de CDD (Due Diligence do Cliente), a Empresa deverá aplicar uma abordagem baseada no risco para determinar se deve adotar as medidas simplificadas de CDD em uma determinada situação e/ou continuar com as medidas simplificadas, embora as contas desses clientes ainda estejam sujeitas às obrigações de monitoramento de transações.

3.1.2Medium Risk Customer

If the level of ML/TF risk associated with the customer is assessed to be Medium, the standard CDD measure 7 is applicable.[7]

3.1.2Cliente de Risco Médio

Se o nível de risco de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo associado ao cliente for avaliado como **Médio**, a **medida padrão de CDD (Due Diligence do Cliente) será aplicada.**[7] É aplicável.

3.1.3 High Risk Customer

If the level of ML/TF risk associated with the customer is assessed to be High, in addition to the standard CDD measures, an appropriate level of Enhanced Due Diligence (EDD) shall

3.1.3 Cliente de Alto Risco

Se o nível de risco de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo associado ao cliente for considerado alto, além das medidas padrão de due diligence do cliente (CDD), um nível adequado de due diligence aprimorada (EDD) [8]também deverá

[7]Consulte o Anexo H para obter detalhes sobre os documentos padrão de CDD exigidos.
Please refer to Annexure H for the details of the standard CDD documents required
[8]Consulte o Anexo H para obter detalhes sobre os documentos EDD necessários.

also be performed, documented and assessed prior to acceptance.[8]

ser realizado, documentado e avaliado antes da aceitação.

3.1.4 Business involving a material exposure to "Other higher risk customer s and activities"

Business activities and services listed in Table 1 below which, whilst not automatically requiring escalation to the Board, are nonetheless considered to present a higher level of risk and which therefore need to be subject to enhanced oversight.[9]

Table 1

Category	Higher risk activities	Rationale
Cash intensive business	Casinos Betting shops	Money laundering potential
Charitable organisations	Provision of fiduciary services to charitable organisations	Increased AML/CFT risks Potential reputational risk
Consultancy	Entities solely existing for the receipt of consultancy fees or commission payments	Money laundering potential Potential tax risk

3.1.4 Negócios que envolvem exposição significativa a "Outros clientes e atividades de maior risco"

As atividades e serviços comerciais listados [9]na Tabela 1 abaixo, embora não exijam automaticamente o encaminhamento ao Conselho, são considerados de maior risco e, portanto, precisam ser submetidos a uma supervisão reforçada.

Tabela 1

Categoria	Atividades de maior risco	Justificativa
Negócio com alta intensidade de capital	Cassinos Casas de apostas	Potencial de lavagem de dinheiro
Organizações de caridade	Prestação de serviços fiduciários a organizações de caridade	Aumento dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo Risco potencial para a reputação
Consultoria	Entidades que existem exclusivamente para o recebimento de honorários de consultoria ou	Potencial de lavagem de dinheiro Risco tributário potencial

Please refer to Annexure H for the details of the EDD documents required 9 Domestic PEPs, International Organisation PEPs and Regulation 15 of the FIAMLR 2018 relates to a foreign PEP, close relatives and associates of PEPs..

[9]A lista não é exaustiva e pode ser complementada ou reclassificada periodicamente.

The list is not exhaustive and may be added to or reclassified from time to time.

				pagamentos de comissões.	
Dealers & traders in high value goods and services	Antiques Diamonds Fine Arts Precious metals and gems	Money laundering potential Provenance/title issues	**Comerciantes e negociantes de bens e serviços de alto valor.**	Antiguidades Diamantes Belas Artes Metais e pedras preciosas	Potencial de lavagem de dinheiro Questões de procedência/ titularidade
High Risk Countries or Territories	Business involving a material relevant connection to a prescribed higher risk country or territory	Increased AML/CFT risks Potential reputational risk	**Países ou territórios de alto risco**	Negócios que envolvam uma **ligação material relevante com um país ou território considerado de alto risco.**	Aumento dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo Risco potencial para a reputação
Money Services Businesses	Exchange Bureaux Travel Bureaux	Increased AML/CFT risk	**Empresas de serviços financeiros**	Casas de câmbio Agências de viagens	Aumento do risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo
Natural Resources	Involvement, directly or indirectly, in mining, drilling or quarrying for natural resources	Increased Anti Bribery and Corruption risk Potential reputational risk	**Recursos naturais**	Envolvimento, direto ou indireto, em atividades de mineração, perfuração ou extração de recursos naturais.	Aumento do risco de suborno e corrupção Risco potencial para a reputação
Public Enterprise Appointments	Provision of director/officer services to any entity whose securities are listed or traded on a public stock exchange (a	Public interest dimension Potential legal liability Potential regulatory exposure Potential	**Nomeações para Empresas Públicas**	Prestação de serviços de diretor/executivo a qualquer entidade cujos títulos sejam cotados ou negociados em bolsa de	Dimensão de interesse público Potencial responsabilidade legal Exposição potencial à

	"Public Enterprise") – this includes acting as a Director or Officer of subsidiaries of a publicly listed group.	reputational risk

Reputationally Exposed Persons (REPs)	Any proposed new customers or prospects for whom other "relevant adverse information" (RAI) is identified during the course of the CDD/EDD process, for example: • other (unresolved) due diligence information or evidence that otherwise calls into question the integrity or bona fides of the customer/prospect, such as positive World Check hits, EDD reports, etc.	Potential reputational risk

	valores pública (uma "Empresa Pública") – isso inclui atuar como Diretor ou Executivo de subsidiárias de um grupo de capital aberto.	regulamentação Risco potencial para a reputação
Pessoas com Reputação Exposta (PREs)	Quaisquer novos clientes ou potenciais clientes em potencial para os quais outras "informações adversas relevantes" (RAI) sejam identificadas durante o processo de CDD/EDD, por exemplo: ● Outras informações ou evidências (não resolvidas) de due diligence que, de outra forma, coloquem em dúvida a integridade ou a boa-fé do cliente/prospecto, como resultados	Risco potencial para a reputação

	positivos em verificações de antecedentes, relatórios de due diligence empresarial, etc.	

3.1.5 Category of Higher risk customers for Board approval

The list in Table 2 below specifies certain types of Higher risk customers, activities and services which need to be escalated to Board for approval:

Table 2

Category	Higher risk activities	Rationale
Government Contracts	Customers whose principal activity and/or purpose is the procurement and/or servicing of government contracts (Military, Defence, Technology, Outsourcing, Construction, etc.)	Increased potential for bribery Potential reputational risk
Initial Coin Offerings/ Crypto-currencies	Provision of director/officer services to any structure engaged in initial coin	Potential legal liability Potential reputational risk

3.1.5 Categoria de clientes de alto risco para aprovação do Conselho.

A lista na Tabela 2 abaixo especifica certos tipos de clientes, atividades e serviços de maior risco **que precisam ser encaminhados ao Conselho para aprovação:**

Tabela 2

Categoria	Atividades de maior risco	Justificativa
Contratos governamentais	Clientes cuja atividade principal e/ou finalidade seja a aquisição e/ou prestação de serviços relacionados a contratos governamentais (Militar, Defesa, Tecnologia, Terceirização, Construção, etc.).	Aumento do potencial de suborno Risco potencial para a reputação
Ofertas Iniciais de Moedas/Criptomoedas	Prestação de serviços de diretor/executivo para qualquer estrutura	Potencial responsabilidade legal Risco potencial

	offerings, cryptocurrencies or crypto exchanges.			envolvida em ofertas iniciais de moedas (ICOs), criptomoedas ou corretoras de criptomoedas.	para a reputação
Pharmaceuticals (including medicinal cannabis)	Manufacture, marketing or sale of pharmaceutical goods or devices which are not licensed or have not received marketing authorization in the jurisdiction where they are manufactured, marketed, sold or supplied.	Potential connection with criminal activity Potential reputational risk	**Produtos farmacêuticos (incluindo cannabis medicinal)**	Fabricação, comercialização ou venda de produtos ou dispositivos farmacêuticos que não sejam licenciados ou não tenham recebido autorização de comercialização na jurisdição onde são fabricados, comercializados, vendidos ou fornecidos.	Possível ligação com atividades criminosas Risco potencial para a reputação
Politically Exposed Persons (PEPs)	Customers/prospects that are identified as having prominent public functions or high political exposure, pose higher Money Laundering risk, particularly where connected to a region or country which is known to present a	Increased Anti Bribery and Corruption risk Potential reputational risk Regulatory requirement for enhanced oversight	**Pessoas Politicamente Expostas (PPEs)**	Clientes/potenciais clientes identificados como tendo funções públicas de destaque ou alta exposição política representam um risco maior de lavagem de dinheiro, especialmente quando ligados a uma região ou país conhecido por	Aumento do risco de suborno e corrupção Risco potencial para a reputação Requisito regulamentar para uma supervisão reforçada

	heightened risk of bribery & corruption and/or political instability.	

	apresentar um risco elevado de suborno e corrupção e/ou instabilidade política.	

Arms, armaments and ammunition	Manufacture, trading, transfer (importation/exportation) of Non Military / Military grade weapons, explosives, munitions or other controversial weapons	Potential connection with criminal activity Potential reputational risk

Armas, armamentos e munições	Fabricação, comercialização, transferência (importação/exportação) de armas **de uso militar ou não militar**, explosivos, munições ou outras armas controversas.	Possível ligação com atividades criminosas Risco potencial para a reputação

Exotic species	Dealing or trading in exotic species	Potential connection with criminal activity Potential reputational risk

Espécies exóticas	Negociação ou comércio de espécies exóticas	Possível ligação com atividades criminosas Risco potencial para a reputação

[10]	Business involving a material relevant connection to a country that is subject to FATF call to apply countermeasures with respect to money laundering and	

Negócios que envolvam uma ligação material relevante [10]com um país sujeito ao apelo do GAFI para	Os seguintes países estão sujeitos a um apelo do GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional) para a aplicação de contramedidas que protejam o	Possíveis sanções regulatórias e/ou danos à reputação.

[10] Uma conexão material relevante pode surgir em virtude do país de origem, país de residência ou domicílio, esfera geográfica de atividades, associações comerciais ou empresariais, fonte de riqueza, fonte de fundos, etc., de um indivíduo ou entidade.
A material relevant connection may arise by virtue of an individual's or entity's country of origin, country of residence or domicile, geographic sphere of activities, business or commercial associations, source of wealth, source of funds, etc.

	terrorist financing risks The following countries are subject to a FATF call to apply countermeasures to protect the international financial system from the ongoing and substantial money laundering and terrorist financing risks emanating from these jurisdictions : 1. Iran Potential regulatory enforcement and/or reputational damage. 2. Democratic People's Republic of Korea (North Korea) 3. Myanmar This list shall be amended from time to time to reflect the list of jurisdiction black listed by the FATF. It is the Company's policy not to deal with clients or structures		**a aplicação de contramedidas relativas aos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.**	sistema financeiro internacional dos riscos contínuos e substanciais de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo provenientes dessas jurisdições: **1. Irã** **2. República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte)** **3. Myanmar** Esta lista será alterada periodicamente para refletir a lista de jurisdições incluídas na lista negra do GAFI (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiame	

	connected to the above countries, other than on an approved exceptional basis.	

	nto do Terrorismo) . É política da empresa **não negociar com clientes ou estruturas ligadas aos países acima mencionados**, exceto em casos excepcionais e previamente aprovados.	

3.1.6 Categories of Business that will NOT BE ACCEPTED

The categories of business relationships listed in Table 3 below are unlawful in Mauritius:

Table 3

Prohibited Business	Additional Guidance
1. Business that is conducted in anonymous or fictitious names	AML laws prohibit financial institutions from opening anonymous or fictitious accounts. In this context, the Company should not set up or maintain business relationship with an anonymous customer or with a customer which the Company has reasonable cause to suspect, is in a fictitious name.
2. Business relationship with a	The Company shall not enter into or continue business relationship or occasional transaction with a shell bank (entity). A "shell bank" means a bank that has no physical

3.1.6 Categorias de negócios que NÃO SERÃO ACEITAS

As categorias de relações comerciais listadas na Tabela 3 abaixo são ilegais em Maurício:

Tabela 3

Negócios Proibidos	Orientações adicionais
1. Negócios conduzidos em nomes anônimos ou fictícios.	As leis de combate à lavagem de dinheiro proíbem que instituições financeiras abram contas anônimas ou fictícias. Nesse contexto, a empresa não deve estabelecer ou manter relacionamento comercial com um cliente anônimo ou com um cliente que a empresa tenha motivos razoáveis para suspeitar que esteja usando um nome fictício.
2. Relação comercial com um	A Empresa não deverá estabelecer ou manter relações comerciais ou transações ocasionais com um banco de fachada (entidade).

shell bank.	presence in the country in which it is incorporated and licensed, and which is unaffiliated with a regulated financial group that is subject to effective consolidated supervision.

The categories of new businesses listed in Table 4 below are considered to be outside of the Company 's risk appetite and are therefore prohibited:

Table 4

Prohibited Business	Additional Guidance
1. Business that violates the Company's zero tolerance approach to non-compliance with applicable economic sanctions imposed by the European Union ("EU"), United Nations Security Council ("UNSC"), US Office of Foreign Assets Control ("OFAC"), United Nations (Financial Prohibitions, Arms Embargo and Travel Ban) Sanctions Act 2019 ("UNSA")	▪ The United Nations Security Council's website; ▪ U.S. Department of the Treasury's Office of Foreign Assets Control ("OFAC") website; and ▪ European Commission's website.
2. **Business that violates the Company's zero tolerance**	Best Practices Paper: The Use of the FATF Recommendations

banco de fachada.	Um "banco de fachada" é um banco que não possui presença física no país em que está constituído e licenciado, e que não é afiliado a um grupo financeiro regulamentado sujeito a uma supervisão consolidada efetiva.

As categorias de novos negócios listadas na Tabela 4 abaixo são consideradas fora do apetite de risco da Companhia e, portanto, são proibidas:

Tabela 4

Negócios Proibidos	Orientações adicionais
1. Negócios que violem a abordagem de tolerância zero da Empresa **em relação ao não cumprimento das sanções econômicas aplicáveis impostas pela União Europeia ("UE"), Conselho de Segurança das Nações Unidas ("CSNU"), Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA ("OFAC"), Lei de Sanções das Nações Unidas (Proibições Financeiras, Embargo de Armas e Proibição**	▪ O site do Conselho de Segurança das Nações Unidas; ▪ Site do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Departamento do Tesouro dos EUA; e ▪ Site da Comissão Europeia.

	approach to bribery and corruption[1112]	to Combat Corruption (FATF Publication)
3.	Business involving activities by serviced entities that would constitute tax fraud or tax evasion in the jurisdictions where those activities are taking place.	Best Practices: Managing the anti-money laundering and counter-terrorist financing policy implications of voluntary tax compliance programmes (FATF Publication)
4.	Business involving activities by the Company's applicants for business that are illegal in the jurisdiction(s) in which the activities are carried out, and/or which would be illegal if carried out in the jurisdiction(s) from which the Company would be providing the services.	Reference to be made to FIAMLA 2002 and FIAMLR 2018

	de Viagens) de 2019 ("UNSA")	
2.	**política de tolerância zero** [11]da empresa em relação a suborno **e corrupção.**[12]	Documento de Boas Práticas: A Utilização das Recomendações do GAFI para Combater a Corrupção (Publicação da GAFI)
3.	Negócios que envolvem atividades por parte das entidades prestadoras de serviços que constituiriam **fraude fiscal ou evasão fiscal** nas jurisdições onde essas atividades ocorrem.	Melhores Práticas: Gerenciando as implicações políticas de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo dos programas voluntários de conformidade tributária (Publicação do GAFI)
4.	Negócios que envolvam atividades dos candidatos a negócios da Empresa que	Deve-se fazer referência à FIAMLA 2002 e à FIAMLR 2018.

[11]O suborno normalmente envolve oferecer, prometer, dar ou receber uma vantagem financeira (ou de outra natureza) com a intenção de induzir o destinatário ou qualquer outra pessoa a agir de forma inadequada no desempenho de suas funções, ou de recompensá-la por agir de forma inadequada.
Bribery typically involves offering, promising, giving or receiving a financial (or other) advantage with the intention to induce the recipient or any other person to act improperly in the performance of their functions, or to reward them for acting improperly.

[12]A corrupção envolve o abuso de poder ou posição confiada para ganho pessoal ou comercial e frequentemente inclui suborno.
Corruption involves the abuse of entrusted power or position for personal or commercial gain and often includes bribery.

5. Business involving "Unacceptable activities" The following activities are illegal and/or considered to be reputationally unacceptable and are therefore prohibited by the Company: Category Prohibited activities Bearer Share entities • Provision of formation, domiciliation and/or administration services to any entity that has issued, or has the ability to issue bearer shares Environmental Social • Mining and trade of rough diamonds unless Kimberly Governance (ESG) certified • Destruction of high conservation value areas • Ship breaking • Products or activities that impinge upon the lands owned or claimed under adjudication by indigenous and/or vulnerable people or groups without full documented free prior and informed consent (FPIC) of such people or groups Modern Slavery • Child labour • Forced labour Red light business • Paedophilia • Prostitution and distribution of adult entertainment • Pornography • Strip Clubs Waste products • Cross border trade of waste or waste product unless compliant with Basel Convention and underlying regulations • Shipment of oil or hazardous substances in single hull carriers or in tankers not compliant with International Maritime Organisation (IMO) requirements • Cross border trade of radioactive material or unbounded asbestos fibers x. Business involving "Unacceptable activities"

	Atividades proibidas
ações	• Prestação de serviços de domiciliação e/ou administração entidade que tenha emitido, capacidade de emitir, ações ao po

sejam ilegais na(s) jurisdição(ões) em que as atividades são realizadas e/ou que seriam ilegais se realizadas na(s) jurisdição(ões) de onde a Empresa prestaria os serviços.	

5. Negócios que envolvem **"Atividades inaceitáveis"**

*As seguintes atividades são ilegais e/ou consideradas prejudiciais à reputação e, portanto, **proibidas** pela Empresa:*

	Atividades proibidas
ações	• Prestação de serviços de domiciliação e/ou administração entidade que tenha emitido, capacidade de emitir, ações ao po
cial e ança	• A extração e o comércio de diamo menos que sejam certificados Kimberley, são proibidos. • Destruição de áreas de alt conservação • Desmantelamento de navio • Produtos ou atividades que afet pertencentes ou reivindicadas sob povos ou grupos indígenas e/ou vu o pleno e documentado consen prévio e informado (CLPI) dess grupos.
	• trabalho infantil • trabalho forçado
luz	• Pedofilia • Prostituição e distribuição de e adulto • Pornografia • Casas noturnas de strip-tease

overnança mbiental, Social e e Governança ESG)		• A extração e o comér menos que sejam Kimberley, são proibid • Destruição de áre conservação • Desmantelamento de • Produtos ou atividad pertencentes ou reivin povos ou grupos indíg o pleno e documen prévio e informado (CLPI) desses grupos.	**Resíduos**		• Comércio transfronteiriço de resíduos o produtos residuais, a menos que esteja en conformidade com a Convenção de Basileia e o regulamentos aplicáveis. • Transporte de petróleo ou substâncias perigosa em navios de casco simples ou em petroleiro que não cumpram os requisitos da Organizaçã Marítima Internacional (OMI). • Comércio transfronteiriço de material radioativ ou fibras de amianto não ligadas.
scravidão noderna		• trabalho infantil • trabalho forçado			
egócio de luz ermelha		• Pedofilia • Prostituição e distribuição de entr adulto • Pornografia • Casas noturnas de strip-tease			
esíduos		• Comércio transfronteiriço de resíduos ou produtos residuais, a menos que esteja em conformidade com a Convenção de Basileia e os regulamentos aplicáveis. • Transporte de petróleo ou substâncias perigosas em navios de casco simples ou em petroleiros que não cumpram os requisitos da Organização Marítima Internacional (OMI). • Comércio transfronteiriço de material radioativo ou fibras de amianto não ligadas.			

3.2 Inability to conduct CDD

If the Company is unable to:

- establish and verify the identity of a customer or other relevant person;
- obtain information to understand the nature and intended purpose of the business relationship and source of funds; or
- conduct on-going due diligence,

the Company:

- may not establish a business relationship or conclude a single transaction with a customer;

3.2 Incapacidade de realizar CDD

Caso a empresa não consiga:

- Estabelecer e verificar a identidade de um cliente ou outra pessoa relevante;
- Obter informações para compreender a natureza e a finalidade pretendida da relação comercial e a origem dos fundos; ou
- conduzir diligências prévias contínuas,

A empresa:

- Não poderá estabelecer uma relação comercial ou concluir uma única transação com um cliente;

- may not conclude a transaction in the course of a business relationship, or perform any act to give effect to a single transaction; or o must terminate an existing business relationship with a customer
- and shall submit a STR if the circumstances which prevent the Company from conducting customer due diligence are suspicious or unusual.

- não pode concluir uma transação no decorrer de uma relação comercial, nem praticar qualquer ato para dar efeito a uma única transação; ou
- deve encerrar um relacionamento comercial existente com um cliente e deverá apresentar um STR se as circunstâncias que impedem a Empresa de realizar a devida diligência do cliente forem suspeitas ou incomuns.

For more details on the CDD documentation, please refer to the CDD checklist in Annexure 4.

Para obter mais detalhes sobre a documentação CDD, consulte a lista de verificação CDD no Anexo

3.3 EDD

Enhanced Due Diligence (EDD) comprises a set of additional, proportionate and risk-sensitive measures adopted by the Company to obtain a deeper and more comprehensive understanding of a customer or business relationship where elevated Money Laundering (ML) or Terrorist Financing (TF) risks have been identified.

EDD goes beyond standard Customer Due Diligence (CDD) and may include:

- obtaining supplementary documentation or information;
- performing more rigorous verification procedures;
- conducting enhanced ongoing monitoring of the business relationship.

The specific EDD measures are determined on a case-by-case basis, in proportion to the nature and degree of the ML/TF risk identified. The documents or information requested may include, for example:

3.3 EDD

A Due Diligence Reforçada (EDD, na sigla em inglês) engloba um conjunto de medidas adicionais, proporcionais e sensíveis ao risco, adotadas pela Empresa para obter uma compreensão mais profunda e abrangente de um cliente ou relacionamento comercial onde foram identificados riscos elevados de Lavagem de Dinheiro (LD) ou Financiamento do Terrorismo (FT).

A Due Diligence Reforçada (EDD) vai além da Due Diligence do Cliente (CDD) padrão e pode incluir:

- Obtenção de documentação ou informações complementares;
- Realizar procedimentos de verificação mais rigorosos;
- Realizar um monitoramento contínuo e aprimorado do relacionamento comercial.

As medidas específicas de Due Diligence Reforçada (EDD) são determinadas caso a caso, proporcionalmente à natureza e ao grau do risco de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo

identificado. Os documentos ou informações solicitados podem incluir, por exemplo:

- evidence of the source of funds or source of wealth;
- supplementary identification documents;
- proof of address, work permit or residence permit;
- employment references; or
- any other information necessary to adequately assess and mitigate the risks identified.

- Comprovação da origem dos fundos ou da riqueza;
- Documentos de identificação complementares;
- Comprovante de endereço, autorização de trabalho ou de residência;
- Referências de emprego; ou
- Qualquer outra informação necessária para avaliar e mitigar adequadamente os riscos identificados.

The Company may also use reliable open-source information, including publicly available records, reputable media sources and other credible data, provided that such information is assessed for accuracy, relevance and reliability, and applied in a reasonable and proportionate manner.

A Empresa também poderá utilizar informações confiáveis de código aberto, incluindo registros disponíveis publicamente, fontes de mídia respeitáveis e outros dados credíveis, desde que tais informações sejam avaliadas quanto à precisão, relevância e confiabilidade, e aplicadas de maneira razoável e proporcional.

All EDD records must be filed and include senior management approval. The purpose of EDD is to ensure that elevated ML/TF risks are properly identified, assessed and mitigated before a business relationship is established or continued.

Todos os registros de Due Diligence Reforçada (EDD) devem ser arquivados e incluir a aprovação da alta administração. O objetivo da EDD é garantir que os riscos elevados de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo sejam devidamente identificados, avaliados e mitigados antes do estabelecimento ou da continuidade de uma relação comercial.

3.3.1 Circumstances Triggering EDD

EDD must be performed whenever an elevated ML/TF risk is identified, including but not limited to:

a. where the Company's risk assessment determines that a customer or business relationship presents an elevated ML/TF risk;

3.3.1 Circunstâncias que desencadeiam a EDD

A Due Diligence Reforçada (EDD) deve ser realizada sempre que for identificado um risco elevado de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo, incluindo, entre outros:

a. Quando a avaliação de risco da empresa determinar que um cliente ou relacionamento comercial apresenta risco elevado de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo;

b. where ongoing reviews highlight a high-risk customer, activity or jurisdiction;

c. where a customer or applicant resides in, is connected with, or transacts through a high-risk third country;
d. where the customer or applicant is classified as a Politically Exposed Person (PEP);
e. where the customer provides documentation or information that is inadequate, inconsistent or otherwise unsatisfactory;
f. where unusual, inconsistent or suspicious activity is detected;
g. where adverse media is identified and the Company seeks to discount the findings.

b. Quando as revisões em curso destacam um cliente, atividade ou jurisdição de alto risco;
c. Quando um cliente ou candidato reside, está ligado a, ou realiza transações através de um país terceiro de alto risco;
d. Nos casos em que o cliente ou candidato seja classificado como Pessoa Politicamente Exposta (PEP);
e. Quando o cliente fornece documentação ou informações inadequadas, inconsistentes ou insatisfatórias por qualquer outro motivo;
f. Quando for detectada atividade incomum, inconsistente ou suspeita;
g. Nos casos em que são identificadas notícias negativas e a empresa tenta desconsiderar as conclusões.

3.3.2 Enhanced Due Diligence Measures for High-Risk Relationships

For higher-risk customers or relationships, the Company may implement one or more of the following measures, among others:

a. gathering additional information on the customer (e.g. occupation, source/volume of assets, public databases or internet sources) and updating identification data more frequently, for both the customer and the beneficial owners;

b. obtaining information on the intended nature of the business relationship;
c. verifying the source of funds or source of wealth;
d. understanding the reasons for intended or completed transactions;
e. obtaining senior management approval to commence or continue the relationship;

f. conducting enhanced monitoring, including a greater frequency and intensity of controls and targeted review of transaction patterns;

3.3.2 Medidas de Due Diligence Reforçada para Relacionamentos de Alto Risco

Para clientes ou relacionamentos de maior risco, a Empresa poderá implementar uma ou mais das seguintes medidas, entre outras:

a. Recolher informações adicionais sobre o cliente (por exemplo, profissão, origem/volume de ativos, bases de dados públicas ou fontes da Internet) e atualizar os dados de identificação com maior frequência, tanto para o cliente como para os beneficiários finais;
b. Obter informações sobre a natureza pretendida da relação comercial;
c. Verificar a origem dos fundos ou da riqueza;
d. Compreender os motivos das transações planejadas ou concluídas;
e. Obter a aprovação da alta administração para iniciar ou dar continuidade ao relacionamento;
f. Realizar monitoramento reforçado, incluindo maior frequência e intensidade de controles e revisão direcionada de padrões de transação;

g. requiring the first payment to be made through an account in the customer's name with a bank applying equivalent CDD standards.

g. Exija que o pagamento inicial seja efetuado por meio de uma conta em nome do cliente em um banco que aplique padrões de CDD equivalentes.

3.3.3 Categories of Customers Requiring EDD

EDD shall be applied to:

a. Politically Exposed Persons (PEPs);

3.3.4 Reputationally Exposed Persons (REPs);

b. any customer whose nature or activity entails a higher ML/TF risk;

c. customers identified as High Risk under the Company's risk assessment methodology;

d. any additional category of customer as specified in Tables 1 and 2 of this policy.

3.3.3 Categorias de Clientes que Requerem EDD

O EDD deverá ser aplicado a:

a. Pessoas Politicamente Expostas (PPEs);

3.3.4 Pessoas com Reputação Exposta (PREs)

b. Qualquer cliente cuja natureza ou atividade acarrete um risco maior de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo.

c. Clientes identificados como de Alto Risco de acordo com a metodologia de avaliação de risco da Empresa;

d. Qualquer categoria adicional de cliente, conforme especificado nas Tabelas 1 e 2 desta política.

Reputationally Exposed Persons (REPs)

REPs are individuals or entities who, although not PEPs, may present an elevated ML/TF risk or reputational exposure due to their public profile, business activities, professional roles or associations. They are generally high-profile, influential or publicly visible persons whose involvement in financial or commercial transactions may expose the Company to regulatory, compliance or reputational risk.

3.3.4 Pessoas com Reputação Exposta (PREs)

Os REPs são indivíduos ou entidades que, embora não sejam PEPs (Pessoas Politicamente Expostas), podem apresentar risco elevado de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo ou exposição reputacional devido ao seu perfil público, atividades comerciais, funções profissionais ou associações. Geralmente são pessoas de alto perfil, influentes ou com visibilidade pública, cujo envolvimento em transações financeiras ou comerciais pode expor a empresa a riscos regulatórios, de conformidade ou reputacionais.

Examples of REPs:

- High-profile business leaders – CEOs, founders or major shareholders of companies operating in sectors with high regulatory or reputational exposure (e.g. finance, real estate, energy, mining). "High-

Exemplos de REPs:

- Líderes empresariais de alto perfil – CEOs, fundadores ou principais acionistas de empresas que atuam em setores com alta exposição regulatória ou reputacional (por exemplo, finanças, imobiliário,

profile" refers to individuals whose decisions or shareholdings may materially affect the Company's reputation or expose it to regulatory scrutiny.

- Prominent professionals – lawyers, accountants, auditors, consultants or other professionals whose work involves complex or high-value financial transactions, trusts or corporate structures that may increase ML/TF or reputational risk. "Complex or high-value" refers to transactions or arrangements whose scale, cross-border nature or structural sophistication may create greater exposure for the Company.[13]

energia, mineração). "Alto perfil" refere-se a indivíduos cujas decisões ou participação acionária podem afetar materialmente a reputação da empresa ou expô-la ao escrutínio regulatório.

- de destaque [13]– Advogados, contadores, auditores, consultores ou outros profissionais cujo trabalho envolva transações financeiras complexas ou de alto valor, fundos fiduciários ou estruturas corporativas que possam elevar o risco de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo ou o risco reputacional. "Complexo ou de alto valor" refere-se a transações ou acordos cuja escala, natureza transfronteiriça ou sofisticação

[13] *Uma pessoa é considerada proeminente quando, em virtude de sua posição, função profissional, perfil público ou controle sobre ativos ou transações substanciais, pode representar um risco elevado de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo ou de reputação para a empresa. A proeminência é determinada com base em*:

1. *Autoridade ou influência: Capacidade de tomar ou direcionar decisões com impacto financeiro, operacional ou estratégico significativo;*
2. *Exposição pública: Ser reconhecido ou ter visibilidade em um setor, profissão ou jurisdição de tal forma que suas ações ou afiliações possam atrair a atenção de órgãos reguladores, da mídia ou do público;*
3. *Escala ou complexidade financeira: Envolvimento em transações ou estruturas de alto valor, complexas ou transfronteiriças;*
4. *Avaliação baseada em risco: O potencial das atividades do indivíduo para expor materialmente a Empresa a riscos de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo ou de reputação.*

Nota importante: A notoriedade é baseada no risco e específica ao contexto; nem todos os executivos, profissionais ou figuras públicas se qualificam. A determinação deve ser feita com base em uma avaliação razoável e documentada da potencial exposição do indivíduo a riscos de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo ou de reputação.

A person is considered prominent where, by virtue of their position, professional role, public profile or control over substantial assets or transactions, they may present an elevated ML/TF or reputational risk to the Company. Prominence is determined on the basis of:

Authority or influence: the ability to take or direct decisions with significant financial, operational or strategic impact;

Public exposure: being recognised or visible within a sector, profession or jurisdiction such that their actions or affiliations may attract the attention of regulators, the media or the public;

Financial scale or complexity: involvement in high-value, complex or cross-border transactions or structures;

Risk-based assessment: the potential for the individual's activities to materially expose the Company to ML/TF or reputational risk.

Important note: prominence is risk-based and context-specific; not all executives, professionals or public figures qualify. The determination must be made on the basis of a reasonable and documented assessment of the individual's potential exposure to ML/TF or reputational risk.

- Media and entertainment figures – actors, musicians, athletes or influencers with considerable wealth, public visibility or cross-border activities. "Considerable wealth" is defined as financial influence sufficient to create potential ML/TF or reputational exposure, and "cross-border activities" refers to transactions or engagements spanning multiple jurisdictions.

- Individuals in high-risk or regulated sectors – persons involved in sectors such as gambling, cryptocurrencies, luxury goods, arms trading or high-value import/export businesses, where transactional or sectoral risks may be elevated.

- Significant beneficial owners or directors – individuals who control companies involved in high-value, cross-border or strategically sensitive transactions, particularly in higher-risk jurisdictions.

- Persons subject to adverse media – individuals highlighted in reports by reliable media outlets for possible involvement in fraud, corruption, financial irregularities or legal disputes, regardless of whether or not they hold a political office.

Although REPs are not necessarily politically exposed, their public profile, professional prominence, business activities or adverse media presence may require Enhanced Due Diligence (EDD) to adequately mitigate the elevated ML/TF or reputational risks they may present.

estrutural possam criar maior exposição para a empresa.

- Figuras da mídia e do entretenimento – Atores, músicos, atletas ou influenciadores com considerável riqueza, visibilidade pública ou atividades transfronteiriças. “Considerável riqueza” é definida como influência financeira suficiente para gerar potencial exposição à lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo ou à reputação, e “atividades transfronteiriças” refere-se a transações ou compromissos que abrangem múltiplas jurisdições.
- Indivíduos em setores de alto risco ou regulamentados – Pessoas envolvidas em setores como jogos de azar, criptomoedas, bens de luxo, comércio de armas ou negócios de importação/exportação de alto valor, onde os riscos transacionais ou setoriais podem ser elevados.
- Proprietários ou diretores beneficiários significativos – Indivíduos que controlam empresas envolvidas em transações de alto valor, transfronteiriças ou estrategicamente sensíveis, particularmente em jurisdições de maior risco.
- Pessoas Sujeitas a Mídia Negativa – Indivíduos destacados em reportagens de veículos de comunicação confiáveis por possível envolvimento em fraudes, corrupção, irregularidades financeiras ou disputas legais, independentemente de ocuparem ou não um cargo político.

Embora os REPs não sejam necessariamente politicamente expostos, seu perfil público, destaque profissional, atividades comerciais ou presença negativa na mídia podem exigir uma Due Diligence Reforçada (EDD) para mitigar adequadamente os elevados riscos de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo ou de reputação que possam apresentar.

3.3.5 Risk Assessment and Board Oversight

The results of the EDD must be sufficient to assess the risks identified and to identify mitigating measures. The results must inform the Board of Directors' decision on whether to establish, maintain or terminate a business relationship.

3.3.5 Avaliação de Riscos e Supervisão do Conselho

Os resultados da Due Diligence Reforçada (EDD) devem ser suficientes para avaliar e identificar medidas de mitigação dos riscos identificados. Os resultados devem orientar a decisão do Conselho de Administração quanto ao estabelecimento, manutenção ou encerramento de uma relação comercial.

3.3.6 Enhanced Due Diligence Requirements for High-Risk Relationships

For high-risk relationships, the Company shall:

- apply intensified CDD measures, including verification of the source of funds;
- conduct comprehensive ongoing monitoring of all transactions, particularly for Politically Exposed Persons (PEPs), to ensure adequate documentation (e.g. Board approvals, signed contracts);
- conduct ongoing screening, including internet checks;
- increase the frequency of reviews of customer information.

3.3.6 Requisitos de Due Diligence Reforçada para Relacionamentos de Alto Risco

Para relacionamentos de alto risco, a Empresa deverá:

- Aplicar medidas de CDD (Due Diligence do Cliente) intensificadas, incluindo a verificação da origem dos recursos;
- Realizar um monitoramento contínuo e abrangente de todas as transações, especialmente para Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), para garantir a documentação adequada (por exemplo, aprovações do Conselho, contratos assinados);
- Realizar triagem contínua, incluindo verificações via internet;
- Aumentar a frequência das revisões de informações do cliente.

3.3.7 EDD for Non-Face-to-Face Customers

Where customers are not physically present for identification purposes, additional verification measures shall be implemented to mitigate ML/TF risks, including:

- telephone contact on a verifiable residential or business number;
- real-time video calls with the customer;

3.3.7 EDD para clientes que não têm contato presencial

Nos casos em que os clientes não estejam fisicamente presentes para identificação, medidas adicionais de verificação deverão ser implementadas para mitigar os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, incluindo:

- Contato telefônico em um número residencial ou comercial verificável;
- Chamadas de vídeo em tempo real com o cliente;

- confirmation of the customer's address through correspondence or other reliable means;
- with the customer's consent, verification of employment with the employer, using the business registration number;
- evidence of income through recent bank statements;
- screening in accordance with Section 3.6 of this policy;
- identification documents certified by a public notary or other approved certifying authority.

- Confirmação do endereço do cliente por meio de correspondência ou outros meios confiáveis;
- Com o consentimento do cliente, verificação do vínculo empregatício junto ao empregador, utilizando o número de registro comercial;
- Comprovação de renda por meio de extratos bancários recentes;
- Triagem de acordo com a Seção 3.6 desta política;
- Documentos de identificação autenticados por um notário público ou outra autoridade certificadora aprovada.

3.3.8 Infrastructure Support for EDD

- **Alpaca Securities LLC ("Alpaca")**

Alpaca is a US self-clearing securities broker-dealer, regulated by FINRA and a member of SIPC, providing execution and custody services. Alpaca receives and processes the consolidated Customer Identification Program (CIP) data and tax documentation collected by the Company. Alpaca's regulatory status can be verified here: https://brokercheck.finra.org/firm/summary/288202 (CRD: 288202 / SEC: 8-69928).[14][15]

3.3.8 Apoio infraestrutural para EDD

- **Alpaca Securities LLC (“Alpaca”)**

A Alpaca é uma corretora de valores mobiliários americana com sistema de compensação própria, regulamentada pela FINRA [14]e pela SIPC [15], que oferece serviços de execução e custódia. A Alpaca recebe e processa os dados consolidados do Programa de Identificação do Cliente (CIP) e a documentação fiscal coletados pela empresa. O status regulatório da Alpaca pode ser verificado aqui: https://brokercheck.finra.org/firm/summary/288202 e possui o número de registro CRD: 288202/SEC: 8-69928.

---

[14] *FINRA (Autoridade Reguladora do Setor Financeiro): Uma organização reguladora não governamental dos EUA que supervisiona corretoras e corretores registrados para garantir práticas de valores mobiliários justas, transparentes e em conformidade com as normas. A FINRA aplica regras, realiza exames e protege os investidores contra atividades fraudulentas ou antiéticas.*
FINRA (Financial Industry Regulatory Authority): a US non-governmental regulatory organisation that oversees registered broker-dealers and brokers to ensure fair, transparent and compliant securities practices. FINRA enforces rules, conducts examinations and protects investors against fraudulent or unethical activity.

[15] *SIPC (Securities Investor Protection Corporation): Uma corporação sem fins lucrativos, apoiada pelo governo federal dos EUA, que oferece proteção limitada aos clientes caso uma corretora entre em falência, cobrindo o dinheiro e os títulos perdidos até limites específicos, mas não protege contra perdas de mercado.*
SIPC (Securities Investor Protection Corporation): a US non-profit corporation backed by the federal government that provides limited protection to customers if a broker-dealer fails, covering lost cash and securities up to specified limits, but does not protect against market losses.

- **LEVYCAM – Corretora de Câmbio e Valores Ltda ("Levycam")**

Levycam is a Brazilian regulatory technology provider offering identity verification, KYC/AML screening and compliance automation solutions for financial institutions. It is responsible for ensuring the application of exclusive onboarding criteria for retail clients and for conducting Enhanced Due Diligence (EDD) reviews in the following circumstances:

  - where a client declares an annual income of USD 15,000 or more; or
  - where Alpaca requests an Enhanced Due Diligence (EDD) review based on its internal risk assessments.

Levycam also oversees the collection, verification and transmission of tax documentation, including Forms W-8BEN and W-9. The Company is responsible for gathering and providing Levycam with all required EDD documentation upon the occurrence of a triggering event. Where Levycam's criteria require an EDD review – particularly where declared income is USD 15,000 or more – ZERO MU shall ensure that the enhanced review is completed, documented and submitted to Levycam in accordance with the EDD obligations described above.

- **LEVYCAM – Corretora de Câmbio e Valores Ltda ("Levycam")**

A Levycam é uma provedora brasileira de tecnologia regulatória que oferece soluções de verificação de identidade, triagem KYC/AML e automação de conformidade para instituições financeiras, responsáveis por garantir a aplicação de critérios de integração exclusivos para clientes de varejo e conduzir análises de Due Diligence Reforçada (EDD) nas seguintes circunstâncias:

  - onde um cliente declara uma renda anual de USD 15.000 ou mais, ou
  - onde a Alpaca solicita uma revisão de Due Diligence Reforçada (EDD) com base em suas avaliações de risco internas.

A Levycam também supervisiona a coleta, verificação e transmissão da documentação fiscal, incluindo os formulários W-8BEN e W-9. A empresa é responsável por reunir e fornecer à Levycam toda a documentação EDD necessária mediante a ocorrência de um evento que acione a análise. Quando os critérios da Levycam exigirem a análise EDD — particularmente nos casos em que a renda declarada for igual ou superior a US$ 15.000 — a ZERO MU deverá garantir que a análise aprofundada seja concluída, documentada e enviada à Levycam em conformidade com as obrigações da análise EDD descritas acima.

3.4 Third Party Reliance

For the purposes of this chapter, a Third Party is defined as an institution or person authorised to perform all or part of the CDD measures on behalf of the Company, but with which the Company maintains the business relationship. Reliance means accepting the results of the CDD measures performed by that Third Party instead of performing those

3.4 Dependência de terceiros

Para os fins deste capítulo, um Terceiro é definido como uma instituição ou pessoa autorizada a realizar todas ou parte das medidas de CDD em nome da Empresa, mas com a qual a Empresa mantém o relacionamento comercial. Confiar significa aceitar os resultados das medidas de CDD realizadas por esse Terceiro, em vez de realizar

checks directly. The Company will only rely on CDD measures performed by a Third Party if it is satisfied that the Third Party is:

- regulated, supervised and monitored for compliance with the standards in its jurisdiction;
- subject to CDD requirements consistent with Section 17C of FIAMLA 2002 (as amended). This includes, among other things, verifying the identity of the customer and the beneficial owner and understanding the purpose and intended nature of the business relationship;
- subject to record-keeping requirements consistent with Section 17F of FIAMLA 2002 and Regulation 21 of FIAMLR 2018.

essas verificações diretamente. A Empresa só confiará nas medidas de CDD realizadas por um Terceiro se estiver convencida de que o Terceiro:

- Regulamentada, supervisionada e monitorada para garantir o cumprimento das normas em sua jurisdição.
- Sujeito aos requisitos de CDD (Due Diligence do Cliente) que sejam consistentes com a Seção 17C da FIAMLA 2002 (conforme alterada). *Isso inclui, entre outros, a verificação da identidade do cliente e do beneficiário final, bem como a compreensão da finalidade e da natureza pretendida da relação comercial.*
- Sujeito aos requisitos de manutenção de registros que sejam consistentes com a Seção 17F da FIAMLA 2002 e o Regulamento 21 da FIAMLR 2018.

Before establishing a business relationship, the Company must take the following steps when relying on a Third Party:

Step	**Action required by ZERO MU**
Immediate retrieval of information	Obtain sufficient information from the Third Party to confirm the identity of the customer and the beneficial owner immediately upon establishment of the relationship.
Copy of CDD records	Take immediate steps to ensure that the Third Party transmits copies of the relevant CDD verification data and supporting documents upon request and without delay.
Risk assessment	Carry out a full risk assessment of the Third Party and its jurisdiction to ensure the quality and integrity of the data used.

Antes de estabelecer uma relação comercial, a Empresa deve seguir os seguintes passos ao depender de terceiros:

Etapa	**Ação exigida pela ZERO MU**
Recuperação imediata de informações	Obtenha informações suficientes da terceira parte para confirmar a identidade do cliente e do beneficiário efetivo imediatamente após o estabelecimento da relação.
Cópia dos registros do CDD	Tome medidas imediatas para garantir que o Terceiro transmita cópias dos dados de verificação de CDD relevantes e dos documentos comprobatórios mediante solicitação e sem demora.
Avaliação de risco	Realizar uma avaliação de risco completa da terceira parte e da sua jurisdição para garantir a qualidade e a integridade dos dados utilizados.

Contractual agreement	Ensure that a formal written agreement or contract is in place that explicitly defines the scope and obligations of the Third Party under this policy.

Acordo contratual	Assegure-se de que exista um acordo formal e escrito ou um contrato que defina explicitamente o âmbito de aplicação e as obrigações do Terceiro ao abrigo desta política.

Where the Third Party is an institution forming part of the same financial group as the Company, the Company shall ensure that:

1. the group applies CDD and AML/CFT measures in accordance with FIAMLA and FIAMLR;
2. the group's AML/CFT procedures are effectively implemented throughout the organisation;
3. the relevant third-party institution is subject to supervision for AML/CFT purposes at group level.

Quando o terceiro for uma instituição que faça parte do mesmo grupo financeiro da empresa, esta deverá assegurar que:

1. O grupo aplica medidas de CDD (Due Diligence do Cliente) e AML/CFT (Antilavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo) em conformidade com a FIAMLA (Lei Federal de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo) e a FIAMLR (Lei Federal de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo).
2. Os procedimentos de AML/CFT (Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo) do grupo são implementados de forma eficaz em toda a organização.
3. A instituição terceira relevante está sujeita à supervisão para fins de AML/CFT (Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo) em nível de grupo.

The Company remains fully responsible for the CDD performed by Third Parties. Accordingly, the following must be documented:

- Record: maintain complete records of the Third Party used, the date of reliance, the CDD measures relied upon and the documentary evidence requested or received.

A Empresa permanece totalmente responsável pela Due Diligence do Cliente (CDD) realizada por terceiros. Portanto, o seguinte deve ser documentado:

- Registro: Mantenha registros completos do terceiro utilizado, da data de utilização, das medidas de CDD (Due Diligence do Cliente) em que se baseou e das evidências

documentais necessárias solicitadas ou recebidas.

- Audit trail: ensure that an audit trail is maintained for all decisions on reliance, including the rationale for considering the Third Party compliant with the requirements of Section 3.
- Rastreamento de auditoria: Garanta que seja mantido um rastreamento de auditoria para todas as decisões relativas à confiança depositada, incluindo a justificativa para considerar o Terceiro em conformidade com os requisitos da Seção 3.
- Monitoring: the compliance function must periodically review the effectiveness of reliance arrangements and the quality of the CDD information provided by Third Parties.
- Monitoramento: A função de conformidade deve revisar periodicamente a eficácia dos acordos de confiança e a qualidade das informações de CDD fornecidas por terceiros.

3.5 Introduced Business

Customers may be introduced to the Company by way of third parties, i.e. the introducers, with whom the customers already have established business relationships. Thus, the Company may rely on the appropriate evidence of customer verification provided by the Introducer, as provided under Regulation 21 of the FIAMLR 2018.

The Company Administrator can rely on another group company to have completed CDD on an existing customer that is to be referred across or shared between units. However, where customers are to be shared by or referred between units, CDD documentation must always first have been obtained to the highest applicable standard.

To enable such reliance, the "referring" u nit should at minimum:

- disclose in full the relevant customer identity and risk profile information;

3.5 Negócios Introduzidos

Os clientes podem ser apresentados à Empresa por meio de terceiros, ou seja, os intermediários, com os quais os clientes já possuem relações comerciais estabelecidas. Assim, a Empresa pode confiar nas provas adequadas de verificação do cliente fornecidas pelo intermediário, conforme previsto no Regulamento 21 do FIAMLR 2018.

O administrador da empresa pode confiar que outra empresa do grupo tenha concluído a Due Diligence do Cliente (CDD) de um cliente existente que será encaminhado ou compartilhado entre unidades. No entanto, quando os clientes forem compartilhados ou encaminhados entre unidades, a documentação da CDD deverá sempre ser obtida previamente, de acordo com o mais alto padrão aplicável.

Para permitir tal dependência, a unidade "de referência" deve, no mínimo:

- Divulgar integralmente as informações relevantes sobre a identidade do cliente e seu perfil de risco;

- confirm in writing to the new unit that it has obtained CDD at least to the standard required under this Policy; and

- provide a written undertaking that it will deliver copies of the CDD documentary evidence it holds upon request and without delay

Under the right circumstances, the Company can rely on these introducers to undertake the identification and verification of identity procedures. The assumption here is that since the intermediary is regulated for anti-money laundering and the combating of terrorist financing in its own jurisdiction, it has already undertaken the required identification and verification of identity procedures on the introduced Customers.

However, before reliance is placed on such introducers, the Company shall:

- obtain and maintain documentary evidence that the introducer is regulated for the purposes of preventing money laundering and terrorist financing and ensure that it has access to such details as the name and country of the Introducer's regulator;

- subject third-party introducers to the full identification and verification CDD measures for identification and verification as provided under Regulations 3(a), (c) and (d) of the FIAMLR 2018;

- be satisfied that the procedures laid down by the introducer meet the requirements specified in the FIAMLA 2002 and FIAMLR 2018;
- satisfy itself that the procedures followed by the introducers are sufficiently robust to ensure that the Compliance and CDD

- Confirmar por escrito à nova unidade que ela obteve a CDD (Demonstrativa de Due Diligence Comercial) no mínimo de acordo com o padrão exigido por esta Política; e

- fornecer um compromisso por escrito de que entregará cópias da documentação comprobatória da CDD (Due Diligence do Cliente) que detém, mediante solicitação e sem demora.

Em circunstâncias adequadas, a Empresa pode contar com esses intermediários para realizar os procedimentos de identificação e verificação de identidade. Presume-se que, como o intermediário é regulamentado em sua jurisdição para fins de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, ele já tenha realizado os procedimentos necessários de identificação e verificação de identidade dos Clientes apresentados.

Contudo, antes de confiar nesses intermediários, a Empresa deverá:

- Obter e manter provas documentais de que o intermediário está regulamentado para efeitos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e assegurar que tem acesso a informações como o nome e o país do regulador do intermediário;
- sujeitar os intermediários terceirizados às medidas completas de identificação e verificação de CDD para identificação e verificação, conforme previsto nos Regulamentos 3(a), (c) e (d) do FIAMLR 2018;
- ter certeza de que os procedimentos estabelecidos pelo apresentador atendem aos requisitos especificados na FIAMLA 2002 e na FIAMLR 2018;
- certificar-se de que os procedimentos seguidos pelos intermediários são suficientemente robustos para garantir

measures are in accordance with the AML/CFT requirements in Mauritius. In that respect, a copy of the AML/CFT policy or manual of the introducer shall be obtained or the Wolfsberg Group Financial Crime Compliance Questionnaire and Wolfsberg Group Correspondent Banking Due Diligence Questionnaire completed (as per Annexure 5 and Annexure 6 and the latest updated versions thereof); and

que as medidas de Compliance e CDD estejam em conformidade com os requisitos de AML/CFT em Maurício. Nesse sentido, deverá ser obtida uma cópia da política ou manual de AML/CFT do intermediário, ou o Questionário de Compliance de Crimes Financeiros do Grupo Wolfsberg e o Questionário de Due Diligence de Bancos Correspondentes do Grupo Wolfsberg devem ser preenchidos (conforme Anexo 5 e Anexo 6 e suas versões atualizadas mais recentes);

- ensure that every Introducer signs a Third-Party Reliance Agreement setting out in writing its responsibilities and commitment and Incumbency Certificate annually.

- Garantir que cada Apresentador assine anualmente um Acordo de Confiança de Terceiros, definindo por escrito suas responsabilidades e compromissos, bem como um Certificado de Vigência.

Where it is proposed to rely on the introducer to carry out any of the CDD requirements, the Company must adopt a risk-based approach and must:

Nos casos em que se pretenda recorrer ao intermediário para cumprir quaisquer dos requisitos de CDD (Due Diligence do Cliente), a Empresa deve adotar uma abordagem baseada no risco e deve:

- obtain explicit written assurance from the introducer that it will carry out the requirements for CDD;
- satisfy itself independently (and have clear procedures for doing so) that the procedures followed by the introducer are sufficiently robust to ensure that the introducer complies with the requirements of the AML/CFT legislation; and
- obtain evidence that the introducer is regulated/ supervised.

- Obter garantia escrita e explícita do apresentador de que este cumprirá os requisitos de CDD (Due Diligence do Cliente);
- certificar-se, de forma independente (e dispor de procedimentos claros para tal), de que os procedimentos seguidos pelo apresentador são suficientemente robustos para garantir que este cumpra os requisitos da legislação de AML/CFT; e
- Obter provas de que o intermediário é regulamentado/supervisionado.

Where CDD identification data and other documentation is to be retained by the introducer rather than the Company, there must be a clear written understanding between the Company and the introducer that:

Nos casos em que os dados de identificação do CDD e outros documentos devam ser retidos pelo apresentador em vez da Empresa, deve haver um entendimento claro e por escrito entre a Empresa e o apresentador, estipulando que:

- such data will be retained by the introducer and will not be disposed of without the Company 's consent;
- the Company will have timely access to such data (including inspection of documents) upon request without delay; and
- such data will be promptly transferred to the custody of the Company, if the introducer ceases to act in that capacity.

- Esses dados serão retidos pelo intermediário e não serão descartados sem o consentimento da empresa;
- A Empresa terá acesso a esses dados em tempo hábil (incluindo a inspeção de documentos) mediante solicitação, sem demora; e
- Esses dados serão prontamente transferidos para a custódia da Empresa, caso o intermediário deixe de atuar nessa função.

At the time of establishing the introducer relationship, the Company shall carry out a risk analysis of this relationship and monitor same. The Company shall also conduct periodic testing of the above arrangements to ensure that the Company is complying with the current legislative framework with respect to the above provision.

No momento do estabelecimento da relação de apresentação, a Empresa deverá realizar uma análise de risco dessa relação e monitorá-la. A Empresa também deverá realizar testes periódicos dos arranjos acima mencionados para garantir que esteja em conformidade com a legislação vigente no que diz respeito à referida disposição.

Reliance shall not be placed upon third parties for customers that are assessed to present a High level of ML/TF risk or in any situation where money laundering or terrorist financing is suspected.

Não se deve recorrer a terceiros para clientes que apresentem um elevado nível de risco de branqueamento de capitais/financiamento do terrorismo ou em qualquer situação em que haja suspeita de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

It is also important to reiterate that even where the Company places reliance upon an Introducer for the identification and the verification of the identity of introduced Customers, the ultimate responsibility for identification and verification of identity rests with it at all times.

É importante reiterar que, mesmo quando a Empresa se baseia em um Apresentador para a identificação e verificação da identidade dos Clientes apresentados, a responsabilidade final pela identificação e verificação da identidade permanece sempre com ela.

3.6 Screening

The Company shall maintain a comprehensive, risk-sensitive screening framework designed to identify, assess and mitigate the risks of money laundering, terrorist financing, proliferation financing and targeted financial sanctions associated with customers and their related parties. Screening shall cover checks against targeted financial sanctions lists, politically exposed persons

3.6 Triagem

A Empresa deverá manter uma estrutura de triagem abrangente e sensível ao risco, concebida para identificar, avaliar e mitigar os riscos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, financiamento da proliferação e sanções financeiras direcionadas associados a clientes e suas partes relacionadas. A triagem deverá abranger verificações em listas de sanções

(PEPs), adverse media and any other indicators of elevated financial crime risk, in accordance with the obligations under FIAMLA, FIAMLR and the relevant FIU guidance.

These controls apply to all customers, their Associated Parties, Beneficial Owners (at all layers of ownership) and any natural persons authorised to act on their behalf. Such controls shall also be applied to the Company's directors and counterparties.

3.6.1 Screening Scope and Timing

Initial screening

Before establishing a business relationship, the Company shall screen all customers and their Associated Parties, including Beneficial Owners at the immediate, intermediate and ultimate levels of ownership, using the Company's approved screening platform, supplemented by internet-based open-source intelligence.

No customer may be onboarded until all screening alerts have been reviewed and the risks assessed and resolved or properly discounted, with full documentation retained.

Quality assurance of the screening process shall include sample checks of the screening platform at least annually and upon the occurrence of trigger events. Trigger events may include, among others:

- the addition of new modules or functionalities to the screening platform; or
- the identification of a new screening alert or "hit" that appears not to be correctly

financeiras direcionadas, pessoas politicamente expostas (PPEs), notícias negativas e quaisquer outros indicadores de risco elevado de crimes financeiros, em conformidade com as obrigações da FIAMLA, da FIAMLR e das diretrizes relevantes da UIF.

Esses controles se aplicam a todos os clientes, suas Partes Associadas, Beneficiários Finais (em todas as camadas de propriedade) e quaisquer pessoas físicas autorizadas a agir em seu nome. Tais controles também serão aplicados aos diretores da Empresa e às contrapartes.

3.6.1 Âmbito e Cronograma da Triagem

Triagem inicial

Antes de estabelecer uma relação comercial, a Empresa realizará uma triagem de todos os clientes e suas Partes Associadas, incluindo os Beneficiários Finais nos níveis de propriedade imediato, intermediário e final, utilizando a plataforma de triagem aprovada pela Empresa, complementada por inteligência de código aberto baseada na Internet.

Nenhum cliente poderá ser integrado até que todos os alertas de triagem tenham sido revisados, os riscos avaliados e resolvidos ou devidamente descontados, com documentação completa mantida.

A garantia da qualidade do processo de triagem incluirá verificações de amostra da plataforma de triagem pelo menos anualmente e na ocorrência de eventos desencadeadores. Os eventos desencadeadores podem incluir, entre outros:

- a adição de novos módulos ou funcionalidades à plataforma de triagem; ou
- A identificação de um novo alerta de triagem ou "resultado" que parece não

represented in the system, warranting investigation and validation;

- new legislation or guidance affecting risk categories or screening requirements;
- regulatory enquiries or requests for enhanced due diligence in respect of particular customers;
- the emergence of new money laundering, terrorist financing or proliferation financing typologies;
- customer involvement in high-risk sectors (e.g. gambling, cryptocurrencies, shell companies) that have recently been flagged as higher risk;
- any reliable information suggesting exposure to ML/TF.

estar corretamente representado no sistema, justificando investigação e validação.

- Nova legislação ou orientação que afete as categorias de risco ou os requisitos de triagem.
- Inquéritos regulamentares ou pedidos de Due Diligence Reforçada relativamente a determinados clientes.
- Surgimento de novas tipologias de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou financiamento da proliferação.
- Envolvimento do cliente em setores de alto risco (por exemplo, jogos de azar, criptomoedas, empresas de fachada) que foram recentemente sinalizados como de maior risco.
- Qualquer informação confiável que sugira exposição a lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo.

3.6.2 Ongoing Screening

The Company shall carry out automated daily re-screening of all existing customers and officers. In addition, targeted re-screening shall be performed immediately upon the occurrence of any trigger event. Trigger events are defined as any circumstance or development that may materially alter a customer's money laundering, terrorist financing or proliferation financing risk profile, including but not limited to:

- substantial changes in the customer's circumstances, beneficial ownership or control structure;

3.6.2 Triagem contínua

A Empresa realizará reavaliações automáticas e diárias de todos os clientes e executivos existentes. Além disso, reavaliações direcionadas deverão ser realizadas imediatamente após a ocorrência de qualquer evento desencadeador. Eventos desencadeadores são definidos como qualquer circunstância ou desenvolvimento que possa alterar materialmente o perfil de risco de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e proteção de fundos de um cliente, incluindo, entre outros:

- alterações substanciais nas circunstâncias do cliente, na propriedade efetiva ou na estrutura de controle;

- adverse or negative media results or other reliable information;
- updates to national or international sanctions lists, including the UN Security Council lists, among others;
- significant deviations or anomalies in the customer's transactional activity;
- identification of new or emerging risk indicators relevant to potential exposure to money laundering, terrorist financing or proliferation financing.

- Resultados de notícias adversos ou negativos da mídia ou outras informações confiáveis;
- atualizações às listas de sanções nacionais ou internacionais, incluindo as listas do Conselho de Segurança da ONU, entre outras;
- Desvios ou anomalias significativas na atividade transacional do cliente;
- Identificação de indicadores de risco novos ou emergentes relevantes para a potencial exposição à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou financiamento da proliferação.

3.6.3 Screening Infrastructure and Partner Responsibilities

The Company operates within a coordinated compliance ecosystem, supported by key strategic partners to ensure effective Customer Due Diligence (CDD), Enhanced Due Diligence (EDD) and screening processes. For screening purposes, the Company has engaged GBG ANZ Pty Ltd ("GBG"), registered in Australia and part of GB Group Plc, a public limited company registered in the United Kingdom and listed on the London AIM market. GBG is a global provider of identity verification and financial crime risk intelligence, offering services that include PEP, sanctions, adverse media, criminal record checks and digital identity verification. The Company uses the GBG-Go platform for its global screening and identity verification operations. The platform supports automated screening of customers, officers and employees, and incorporates Identity Data Modules for data verification, as well as PEP and sanctions checks through Global PEP Intelligence and Global Sanctions Intelligence.

3.6.3 Infraestrutura de triagem e responsabilidades dos parceiros

A Empresa opera dentro de um ecossistema de compliance coordenado, apoiado por parceiros estratégicos importantes para garantir processos eficazes de Due Diligence do Cliente (CDD), Due Diligence Reforçada (EDD) e triagem. Para fins de triagem, a Empresa contratou a GBG ANZ Pty Ltd (“GBG”), registrada na Austrália e parte do GB Group Plc, uma sociedade anônima registrada no Reino Unido e listada no mercado AIM de Londres. A GBG é uma provedora global de verificação de identidade e inteligência de risco de crimes financeiros, oferecendo serviços que incluem PEP (Pessoas Politicamente Expostas), sanções, mídia negativa, verificação de antecedentes criminais e verificação de identidade digital. A Empresa utiliza a plataforma GBG-Go para suas operações globais de triagem e verificação de identidade. A plataforma oferece suporte à triagem automatizada de clientes, executivos e funcionários, e incorpora Módulos de Dados de Identidade para verificação de dados, bem como verificações de PEP e sanções por meio da Inteligência Global de PEP e da Inteligência Global de Sanções.

When the module detects a match, the Company can configure the workflow to reject a customer, flag it for manual review or apply additional checks.

- **Sanctions Match Type: shows which customer data fields matched an entry on the sanctions list. The values in this field may indicate whether the match occurred through the customer's full name, a known alias or other matching criteria. This information helps assess the accuracy and relevance of the match.**
- PEP Match Type: shows which customer data fields matched an entry in the PEP database. This includes whether the customer was identified directly as a Politically Exposed Person (PEP) or flagged as a family member or close associate of a PEP. It may also show whether the match occurred through an alias or other matching criteria.
- Sent to OGM: indicates whether the customer has been added to Ongoing Monitoring for continuous follow-up. When set to true, this rule triggers a match if the customer is enrolled in Ongoing Monitoring.
- Adverse Media Type: shows the nature and type of media coverage found for a customer during screening. This field indicates whether the customer has been associated with fraud, financial crime, corruption, sanctions violations or other compliance risks in news articles and media sources.

Quando o módulo detecta uma correspondência, a empresa pode configurar o fluxo para rejeitar um cliente, sinalizá-lo para revisão manual ou aplicar verificações adicionais.

- **Tipo de Correspondência de Sanções:** Mostra quais campos de dados do cliente corresponderam a uma entrada na lista de sanções. Os valores nesta funcionalidade podem indicar se a correspondência ocorreu por meio do nome completo do cliente, um pseudônimo conhecido ou outros critérios de correspondência. Essas informações ajudam você a avaliar a precisão e a relevância da correspondência.
- Tipo de correspondência do PEP: Mostra quais campos de dados do cliente corresponderam a uma entrada no banco de dados do PEP. Isso inclui se o cliente foi identificado diretamente como uma Pessoa Politicamente Exposta (PEP) ou sinalizado como membro da família ou associado próximo de uma PEP. Também pode mostrar se a correspondência ocorreu por meio de um pseudônimo ou outros critérios de correspondência.
- Enviado para OGM: Indica se o cliente foi adicionado ao Monitoramento Contínuo para acompanhamento constante. Quando definido como verdadeiro, esta regra aciona uma correspondência se o cliente estiver inscrito no Monitoramento Contínuo.
- Tipo de Notícia Negativa: Mostra a natureza e o tipo de cobertura jornalística encontrada para um cliente durante a triagem. Essa funcionalidade indica se o cliente foi associado a fraudes, crimes financeiros, corrupção, violações de sanções ou outros riscos de conformidade em artigos de notícias e fontes de mídia.

3.6.4 Employee Screening

The Company shall screen all prospective employees and officers against sanctions lists before employment begins, covering the United Nations sanctions lists relating to terrorism and proliferation financing, as required by FIAMLA and FIAMLR.

All employees shall be re-screened annually to ensure continued adherence to Targeted Financial Sanctions obligations and the integrity of the Company's AML/CFT control environment.

3.6.4 Triagem de Funcionários

A Empresa realizará uma verificação de sanções em todos os potenciais funcionários e executivos antes do início do emprego, abrangendo as listas de sanções das Nações Unidas relacionadas ao terrorismo e ao financiamento da proliferação, conforme exigido pela FIAMLA e pela FIAMLR.

Todos os funcionários serão submetidos a reavaliações anuais para garantir a contínua adesão às obrigações relativas às Sanções Financeiras Direcionadas e a integridade do ambiente de controle de AML/CFT (Antilavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo) da empresa.

4. Sanctions Screening

Targeted sanctions are restrictive measures imposed on individuals and/or legal entities in an effort to maintain or restore international peace and security as an alternative to the use of armed force. These restrictive measures include, but are not limited to, financial sanctions, trade sanctions and travel restrictions. They exist for a variety of political, military, social and economic reasons, and work by preventing individuals and/or legal entities engage in abusive activities (for example, terrorist financing or the purchasing of weapons of mass destruction).

4. Triagem de sanções

Sanções direcionadas são medidas restritivas impostas a indivíduos e/ou entidades jurídicas com o objetivo de manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais como alternativa ao uso da força armada. Essas medidas restritivas incluem, entre outras, sanções financeiras, sanções comerciais e restrições de viagem. Elas existem por uma variedade de razões políticas, militares, sociais e econômicas, e funcionam impedindo que indivíduos e/ou entidades jurídicas se envolvam em atividades abusivas (por exemplo, financiamento do terrorismo ou a compra de armas de destruição em massa).

4.1 Why does Mauritius need to implement Targeted Sanctions?

The United Nations (UN) imposes sanctions and requires member states to implement them through the resolutions passed by the UN Security Council which has the primary responsibility for the maintenance of international peace and security. Mauritius, as a member of the UN, is mandated to

4.1 Por que Maurício precisa implementar sanções direcionadas?

As Nações Unidas (ONU) impõem sanções e exigem que os Estados-membros as implementem por meio de resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, que tem a responsabilidade primordial pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Maurício, como membro da

implement the United Nations sanctions regimes including those related to terrorism and the proliferation of weapons of mass destruction. In addition, Mauritius, being an International Financial Centre, and founder member of the Eastern and Southern Africa Anti Money Laundering Group is committed to comply with international standards, namely the Financial Action Task Force Standards ('FATF'), to protect the integrity of its financial system. The FATF requires countries to implement targeted financial sanctions related to terrorism and terrorist financing under Recommendation 6 and targeted financial sanctions in relation to proliferation financing under Recommendation 7. The above obligations of the UN and FATF are enshrined in the UNSA 2019.

ONU, tem o mandato de implementar os regimes de sanções das Nações Unidas, incluindo aqueles relacionados ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa. Além disso, Maurício, sendo um Centro Financeiro Internacional e membro fundador do Grupo de Combate à Lavagem de Dinheiro da África Oriental e Austral, está comprometido em cumprir os padrões internacionais, nomeadamente os Padrões do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), para proteger a integridade do seu sistema financeiro. O GAFI exige que os países implementem sanções financeiras específicas relacionadas ao terrorismo e ao financiamento do terrorismo, conforme a Recomendação 6, e sanções financeiras específicas relacionadas ao financiamento da proliferação, conforme a Recomendação 7. As obrigações acima mencionadas da ONU e do GAFI estão consagradas na Lei de Segurança das Nações Unidas de 2019 (UNSA 2019).

4.2 Steps to Sanctions Screening

Steps to Sanctions Screening Screening of all directors, employees, officers, shareholders, beneficial owners, service providers, customers and where possible suppliers against applicable local and international sanctions and PEP lists shall be conducted.

Where sanctions screening exercise identifies a potential match, the result must be properly investigated in order to determine whether it is a positive match. In the event that the match is positive, it must be reported to the MLRO/DMLRO for further investigation and potential onward reporting to the FIU.

Section 23(1) of the UNSA provides that subject to the said Act, no person shall deal with the

4.2 Etapas para a Triagem de Sanções

Será realizada a verificação de todos os diretores, funcionários, executivos, acionistas, beneficiários finais, prestadores de serviços, clientes e, quando possível, fornecedores, em relação às sanções locais e internacionais aplicáveis e às listas de Pessoas Politicamente Expostas (PPE).

Quando a verificação de sanções identificar uma possível correspondência, o resultado deve ser devidamente investigado para determinar se se trata de uma correspondência positiva. Caso a correspondência seja positiva, deve ser comunicada ao MLRO/DMLRO para investigação adicional e possível comunicação posterior à UIF.

A Seção 23(1) da UNSA estabelece que, sujeita à referida Lei, nenhuma pessoa poderá

funds or other assets of a designated party or listed party, including –

(a) all funds or other assets that are owned or controlled by the designated party or listed party, and not just those that can be tied to –

(i) a particular terrorist act, plot or threat;

(ii) a particular act, plot or threat of proliferation;

(b) those funds or other assets that are wholly or jointly owned or controlled, directly or indirectly, by the designated party or listed party;

(c) funds or other assets derived or generated from funds or other assets owned or controlled, directly or indirectly, by the designated party of listed party, and

(d) funds or other assets of a party acting on behalf of, or at the direction of, the designated party or listed party.

In addition, section 23(2) of the UNSA provides that where a prohibition is in force, nothing shall prevent any interest which may accrue, or other earnings due, on the accounts held by a listed party, or payments due under contracts, agreements or obligations that arose prior to the date on which those accounts became subject to the prohibition, provided that any such interest, earnings and payments continue to be subject to the prohibition.

Where a party is listed, the National Sanctions Committee may authorize the listed party to make any payment due under a contract, an

negociar com os fundos ou outros ativos de uma parte designada ou parte listada, incluindo –

(a) todos os fundos ou outros ativos que sejam propriedade ou estejam sob o controle da parte designada ou da parte listada, e não apenas aqueles que possam ser vinculados a –

(i) um ato, plano ou ameaça terrorista específico;

(ii) um ato, plano ou ameaça de proliferação específica;

(b) aqueles fundos ou outros ativos que sejam total ou conjuntamente detidos ou controlados, direta ou indiretamente, pela parte designada ou pela parte listada;

(c) fundos ou outros ativos derivados ou gerados a partir de fundos ou outros ativos detidos ou controlados, direta ou indiretamente, pela parte designada ou pela parte listada, e

(d) fundos ou outros ativos de uma parte que atue em nome de, ou sob a direção da parte designada ou da parte listada.

Além disso, a seção 23(2) da UNSA prevê que, quando uma proibição estiver em vigor, nada impedirá quaisquer juros que possam acumular, ou outros rendimentos devidos, nas contas mantidas por uma parte listada, ou pagamentos devidos ao abrigo de contratos, acordos ou obrigações que surgiram antes da data em que essas contas ficaram sujeitas à proibição, desde que tais juros, rendimentos e pagamentos continuem sujeitos à proibição.

Quando uma parte é listada, o Comitê Nacional de Sanções pode autorizar a parte listada a fazer qualquer pagamento devido sob um contrato, um acordo ou uma

agreement or an obligation as per section 23 (3) of the UNSA 2019.

In addition, any person who holds, controls or has in his custody or possession any funds or other assets of a designated party or listed party shall immediately notify the National Sanctions Secretariat of –

(a) details of the funds or other assets against which action was taken in accordance with section 23 (1) of the UNSA ;

(b) the name and address of the designated party or listed party;

(c) details of any attempted transaction involving the funds or other assets, including –

(i) the name and address of the sender;
(ii) the name and address of the intended recipient;
(iii) the purpose of the attempted transaction;
(iv) the origin of the funds or other assets; and
(v) where the funds or other assets were intended to be sent.

Any person who fails to comply with Section 23 (1) or (2) shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding 5 million rupees or twice the amount of the value of the funds or other assets, whichever is greater, and to imprisonment for a term of not less than 3 years.

Section 24(1) of the UNSA relating to prohibition on making funds or other assets available to a designated party or listed party available, provides that subject to the UNSA, no person shall make any funds or other assets or financial or other related services available,

obrigação de acordo com a seção 23 (3) da UNSA 2019.

Além disso, qualquer pessoa que detenha, controle ou tenha sob sua custódia ou posse quaisquer fundos ou outros ativos de uma parte designada ou listada deverá notificar imediatamente o Secretariado Nacional de Sanções sobre –

(a) detalhes dos fundos ou outros ativos contra os quais foram tomadas medidas de acordo com a secção 23 (1) da UNSA;

(b) o nome e o endereço da parte designada ou da parte listada;

(c) detalhes de qualquer tentativa de transação envolvendo os fundos ou outros ativos, incluindo –

(i) o nome e o endereço do remetente;
(ii) o nome e o endereço do destinatário pretendido;
(iii) a finalidade da transação tentada;
(iv) a origem dos fundos ou outros ativos; e
(v) para onde os fundos ou outros ativos deveriam ser enviados.

Qualquer pessoa que não cumprir a Secção 23 (1) ou (2) cometerá uma infração e, se condenada, estará sujeita a uma multa não superior a 5 milhões de rupias ou ao dobro do valor dos fundos ou outros ativos, consoante o que for maior, e a pena de prisão por um período não inferior a 3 anos.

A Seção 24(1) da UNSA, relativa à proibição de disponibilizar fundos ou outros ativos a uma parte designada ou parte listada, estabelece que, sujeita à UNSA, nenhuma pessoa poderá disponibilizar quaisquer fundos ou outros ativos, ou serviços financeiros ou outros

directly or indirectly, or wholly or jointly, to or for the benefit of –

serviços relacionados, direta ou indiretamente, total ou conjuntamente, a ou em benefício de –

(a) a designated party or listed party;

(a) uma parte designada ou uma parte listada;

(b) a party acting on behalf, or at the direction, of a designated party or listed party; or

(b) uma parte que atue em nome de, ou sob a direção de, uma parte designada ou uma parte listada; ou

(c) an entity owned or controlled, directly or indirectly, by a designated party or listed party.

(c) uma entidade detida ou controlada, direta ou indiretamente, por uma parte designada ou parte cotada.

Section 26 of the UNSA provides with regard to the application for freezing order that:

A Seção 26 da UNSA dispõe, no que diz respeito ao pedido de ordem de congelamento, que:

"(1) (a) Where the Secretary for Home Affairs declares a party as a designated party, he shall, within a reasonable time of that declaration, make an ex parte application to the Designated Judge for a freezing order of the funds or other assets of the designated party.

"(1) (a) Quando o Secretário de Assuntos Internos declarar uma parte como parte designada, deverá, dentro de um prazo razoável a contar dessa declaração, apresentar um pedido ex parte ao Juiz Designado para uma ordem de congelamento dos fundos ou outros ativos da parte designada.

(b) Where the Designated Judge is satisfied, on a balance of probabilities, that the designated party qualifies to be declared as such under this Act, he shall grant a freezing order which shall remain in force as long as the party is a designated party.

(b) Quando o Juiz Designado estiver convencido, com base na preponderância das probabilidades, de que a parte designada se qualifica para ser declarada como tal nos termos desta Lei, ele concederá uma ordem de congelamento que permanecerá em vigor enquanto a parte for uma parte designada.

(2) Where a freezing order is in force, nothing shall prevent any interest which may accrue, or other earnings due, on the frozen accounts of the designated party, or payments due under contracts, agreements or obligations that arose prior to the date on which those accounts became subject to the freezing order, provided that any such interest, earnings and payments continue to be subject to the freezing order.

(2) Quando uma ordem de congelamento estiver em vigor, nada impedirá quaisquer juros que possam acumular, ou outros rendimentos devidos, nas contas congeladas da parte designada, ou pagamentos devidos ao abrigo de contratos, acordos ou obrigações que surgiram antes da data em que essas contas ficaram sujeitas à ordem de congelamento, desde que esses juros,

rendimentos e pagamentos continuem sujeitos à ordem de congelamento.

(3) For the purpose of this section, the Designated Judge shall, where required, examine, in camera, and in the absence of the designated party, any security or intelligence reports or other information or evidence considered by the National Sanctions Committee and these reports, information or evidence shall not, for security reasons, be disclosed to any other person, including the designated party or its legal representatives.

(3) Para efeitos desta secção, o Juiz Designado deverá, quando necessário, examinar, em privado e na ausência da parte designada, quaisquer relatórios de segurança ou de inteligência ou outras informações ou provas consideradas pelo Comité Nacional de Sanções e estes relatórios, informações ou provas não deverão, por razões de segurança, ser divulgados a qualquer outra pessoa, incluindo a parte designada ou os seus representantes legais.

(4) The Secretary for Home Affairs shall give public notice, in 2 newspapers having wide circulation and in such other manner as he may determine, and notify any reporting person or any party that holds, controls or has in his or its custody or possession the funds or other assets of the designated party of any freezing order granted under this section."

(4) O Secretário de Assuntos Internos deverá dar aviso público, em 2 jornais de ampla circulação e de qualquer outra forma que ele determinar, e notificar qualquer pessoa denunciante ou qualquer parte que detenha, controle ou tenha sob sua custódia ou posse os fundos ou outros ativos da parte designada de qualquer ordem de congelamento concedida nos termos desta seção."

The templates for the notification to the National Sanctions Secretariat under section 23(4) of the UNSA and for the reporting on positive name match under section 25(2) of the UNSA can be accessed via the following links:

Os modelos para a notificação ao Secretariado Nacional de Sanções, nos termos do artigo 23(4) da UNSA, e para o relatório de correspondência positiva de nomes, nos termos do artigo 25(2) da UNSA, podem ser acedidos através dos seguintes links:

- https://nssec.govmu.org/Documents/Guidelines/Template%20for%20Notification%20to%20the%20NSSec%20under%20section%2023(4)%20of%20the%20UN%20Sanctions%20Act%202019.xls?csf=1& e=Rk2Gvx
- https://nssec.govmu.org/Documents/Guidelines/Template%20for%20Reporting%20on%20Positive%20Match%20under%20section%2025(2)
- https://nssec.govmu.org/Documents/Guidelines/Template%20for%20Notification%20to%20the%20NSSec%20under%20section%23(4)%20of%20the%20UN%20Sanctions%20Act%202019.xls?csf=1&e=Rk2Gvx
- https://nssec.govmu.org/Documents/Guidelines/Template%20for%20Reporting%20on%20Positive%20Match%20under%20section%2025(2)%20of%20the%20Unit

%20of%20the%20United%20Sanctions%20Act%202019.xls? csf=1&e=RINwkf

ed%20Sanctions%20Act%202019.xls?csf=1&e=RINwkf

4.3 Rights of bona fide third parties

i. Safeguards for the rights of bona fide third parties are provided for under sections 28 and 29 of the UNSA. Accordingly, any freezing order or prohibition under the Act applies without prejudice to the rights of bona fide third parties.

ii. Pursuant to section 28(1) of the UNSA, any person who has an interest in any funds or other assets which is subject to a freezing order may apply to the Designated Judge to exclude his interest from the freezing order.

ii. Where such an application is granted, the order will be publicised by the Secretary for Home Affairs and any person who holds, controls or has in his custody or possession funds or other assets of a bona fide third party must immediately comply with the order granted by a Designated Judge. Failure to comply with the order is, under section 28(6) of the Act, an offence punishable by a fine not exceeding one million rupees and to imprisonment for a term not exceeding 5 years.

v. In accordance with section 29(1) of the UNSA, any person who has an interest in any funds or other assets which is subject to a prohibition under the Act may apply to the NSC to exclude his interest from the prohibition.

v. An order from the NSC to vary the prohibition will be publicised by the Secretary for Home Affairs. Any person who holds, controls or has in his custody or possession funds or other assets of a bona fide third party must immediately comply with the order of the NSC. Failure to comply with the order is, under

4.3 Direitos de terceiros de boa-fé

i. As salvaguardas para os direitos de terceiros de boa-fé estão previstas nas seções 28 e 29 da UNSA. Consequentemente, qualquer ordem de congelamento ou proibição nos termos da Lei aplica-se sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa-fé.

ii. Nos termos do artigo 28(1) da UNSA, qualquer pessoa que tenha interesse em quaisquer fundos ou outros ativos sujeitos a uma ordem de congelamento pode solicitar ao Juiz Designado a exclusão do seu interesse da ordem de congelamento.

ii. Caso tal pedido seja deferido, a ordem será divulgada pelo Secretário do Interior e qualquer pessoa que detenha, controle ou tenha sob sua custódia ou posse fundos ou outros bens de terceiros de boa-fé deverá cumprir imediatamente a ordem emitida por um Juiz Designado. O descumprimento da ordem constitui, nos termos do artigo 28(6) da Lei, uma infração punível com multa não superior a um milhão de rupias e pena de prisão não superior a 5 anos.

v. De acordo com a seção 29(1) da UNSA, qualquer pessoa que tenha interesse em quaisquer fundos ou outros ativos que estejam sujeitos a uma proibição sob a Lei pode solicitar ao NSC a exclusão de seu interesse da proibição.

v. Uma ordem do Conselho de Segurança Nacional (CSN) para alterar a proibição será divulgada pelo Secretário de Assuntos Internos. Qualquer pessoa que detenha, controle ou tenha sob sua custódia ou posse fundos ou outros bens de terceiros de boa-fé deve cumprir imediatamente a ordem do

section 29(6) of the UNSA, an offence punishable by a fine not exceeding one million rupees and to imprisonment for a term not exceeding 5 years.

CSN. O não cumprimento da ordem constitui, nos termos do artigo 29(6) da Lei de Segurança Nacional (UNSA), uma infração punível com multa não superior a um milhão de rupias e pena de prisão não superior a 5 anos.

4.4 Lapse of Freezing Orders and Prohibitions

Where the name of designated party has been removed from the list of designated party or where the name of a listed party has been removed from the relevant UN Sanctions List, any freezing order against the designated party or the prohibitions against the listed party lapses with immediate effect. In such cases, the Company must in accordance with section 34(1)(a) of the Act, immediately unfreeze any funds or other assets, it holds, controls or has in his custody or possession, that belongs to the designated party or listed party.

4.4 Caducidade das ordens de congelamento e proibições

Caso o nome da parte designada seja removido da lista de partes designadas ou caso o nome de uma parte listada seja removido da Lista de Sanções da ONU relevante, qualquer ordem de congelamento contra a parte designada ou as proibições contra a parte listada caducarão com efeito imediato. Nesses casos, a Empresa deverá, em conformidade com a seção 34(1)(a) da Lei, descongelar imediatamente quaisquer fundos ou outros ativos que detenha, controle ou tenha sob sua custódia ou posse, pertencentes à parte designada ou à parte listada.

5. Politically Exposed Persons (PEP)

A. PEP

PEPs are individuals who are or have been entrusted with prominent public functions, for example Heads of State or government, senior politicians, senior government, judicial or military officials, senior executives of state-owned corporations, important political party officials.

Business relationships with family members or close associates of PEPs involve reputational risks similar to those with PEPs themselves. The definition is not intended to cover middle ranking or more junior individuals in the foregoing categories (FATF definition of PEPs). PEP status itself does not, of course, incriminate individuals or entities. It may,

5. Pessoas Politicamente Expostas (PEP)

A. INTRODUÇÃO

As PEPs são indivíduos que ocupam ou ocuparam cargos públicos de destaque, como chefes de Estado ou de governo, políticos de alto escalão, altos funcionários governamentais, judiciais ou militares, altos executivos de empresas estatais e importantes membros de partidos políticos.

Relações comerciais com familiares ou pessoas próximas de PEPs envolvem riscos reputacionais semelhantes aos riscos enfrentados pelas próprias PEPs. A definição não se destina a abranger indivíduos de nível médio ou inferior nas categorias mencionadas anteriormente (definição de PEPs do GAFI). O status de PEP em si não

however, put a customer into a higher risk category.

incrimina, obviamente, indivíduos ou entidades. Pode, no entanto, colocar um cliente em uma categoria de risco mais elevada.

In relation to a foreign PEP, whether as customer or beneficial owner, in addition to performing the standard CDD measures, the business unit shall:

Em relação a uma Pessoa Politicamente Exposta (PEP) estrangeira, seja como cliente ou beneficiário final, além de executar as medidas padrão de Due Diligence do Cliente (CDD), a unidade de negócios deverá:

(a) put in place and maintain appropriate risk management systems to determine whether the customer or beneficial owner is a PEP;

(a) Implementar e manter sistemas adequados de gestão de riscos para determinar se o cliente ou beneficiário final é uma Pessoa Politicamente Exposta (PEP);

(b) obtain senior management approval before establishing or continuing, for existing customers, such business relationships;

(b) Obter a aprovação da alta administração antes de estabelecer ou manter, para clientes existentes, tais relações comerciais;

(c) take reasonable measures to establish the source of wealth and the source of funds of customers and beneficial owners identified as PEPs; and

(c) Tomar medidas razoáveis para estabelecer a origem da riqueza e a origem dos fundos de clientes e beneficiários finais identificados como PEPs; e

(d) conduct enhanced ongoing monitoring on that relationship.

(d) Realizar um monitoramento contínuo reforçado dessa relação.

In relation to domestic PEPs or an international organization PEP, in addition to performing the CDD measures required under these regulations —

Em relação a PEPs nacionais ou a uma PEP de organização internacional, além de executar as medidas de CDD exigidas por estes regulamentos —

(a) take reasonable measures to determine whether a customer or the beneficial owner is such a person; and

(a) tomar medidas razoáveis para determinar se um cliente ou o beneficiário efetivo é essa pessoa; e

(b) in cases when there is higher risk business relationship with a domestic PEP or an international organization PEP, adopt the measures in paragraphs (l)(b) to (d).

(b) nos casos em que exista uma relação comercial de maior risco com uma PEP nacional ou uma PEP de organização internacional, adote as medidas dos parágrafos (l)(b) a (d).

The relevant requirements of the above paragraphs shall apply to family members or close associates of all types of PEP.

Os requisitos pertinentes dos parágrafos acima aplicam-se a familiares ou pessoas próximas de todos os tipos de PEP (Pessoas Politicamente Expostas).

Regulation 15(5) of the FIAMLR 2018 defines the terms "close associates" and "family members" as follows :

O artigo 15(5) do FIAMLR 2018 define os termos "associados próximos" e "membros da família" da seguinte forma:

"close associates"

a. means an individual who is closely connected to a PEP, either socially or professionally; and
b. includes any other person as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee

"associados próximos"

a. Significa um indivíduo que está intimamente ligado a um PEP, seja social ou profissionalmente; e
b. Inclui qualquer outra pessoa que possa ser especificada por uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional.

"family members"

a. means an individual who is related to a PEP either directly through consanguinity, or through marriage or similar civil forms of partnership; and
b. includes any other person as may be specified by a supervisory authority or regulatory body after consultation with the National Committee

"membros da família"

a. significa um indivíduo que é parente de uma PEP, seja diretamente por consanguinidade, seja por casamento ou formas semelhantes de união civil; e
b. Inclui qualquer outra pessoa que possa ser especificada por uma autoridade supervisora ou órgão regulador após consulta ao Comitê Nacional.

B. Implementation of normal CDD measures 14[16]

For foreign and domestic/international organisation PEPs, the Company shall implement effective CDD measures in line with FIAMLR 2018. Reg 15 imposes additional requirements for PEPs which are summarised below.

B. Implementação de medidas normais de CDD[16]

Para PEPs estrangeiras e nacionais/internacionais, a Empresa deverá implementar medidas eficazes de CDD em conformidade com o FIAMLR 2018. O Regulamento 15 impõe requisitos adicionais para PEPs, que são resumidos abaixo.

C. Enhanced measures

For foreign PEPs: Reg 15(1)(a) of FIAMLR 2018 requires appropriate risk management

C. Medidas reforçadas

Para PEPs estrangeiros: O Regulamento 15(1)(a) do FIAMLR 2018 exige sistemas de

[16] Regulamento 3-10 da FIAMLR 2018
Regulations 3-10 of FIAMLR 2018

systems to determine whether the customer or beneficial owner is a foreign PEP. This means that proactive steps must be taken, such as assessing customers on the basis of the risk criteria, risk profiles, the business model, verification of CDD information and the business unit's own research, to determine whether a customer or a beneficial owner is a foreign PEP.

gestão de risco adequados para determinar se o cliente ou beneficiário efetivo é um PEP estrangeiro. Isto significa que devem ser tomadas medidas proativas, tais como a avaliação dos clientes com base nos critérios de risco, perfis de risco, modelo de negócio, verificação das informações de CDD e investigação interna da unidade de negócio, para determinar se um cliente ou beneficiário efetivo é um PEP estrangeiro.

For domestic/international organization PEPs: Reg 15(2) of FIAMLR 2018 requires taking reasonable measures, based on the assessment of the level of risk, to determine whether the customer or beneficial owner is a domestic PEP/international organization PEP. This means reviewing according to relevant risk factors, CDD data collected in order to determine whether a customer or beneficial owner is a domestic/international organization PEP. The Company will determine the risk of the business relationship and in low risk cases, no further steps will be required.

Para PEPs nacionais/internacionais: O Regulamento 15(2) da FIAMLR 2018 exige a adoção de medidas razoáveis, com base na avaliação do nível de risco, para determinar se o cliente ou beneficiário efetivo é uma PEP nacional ou internacional. Isso significa analisar, de acordo com os fatores de risco relevantes, os dados de CDD coletados para determinar se um cliente ou beneficiário efetivo é uma PEP nacional ou internacional. A empresa determinará o risco da relação comercial e, em casos de baixo risco, nenhuma outra medida será necessária.

D. Risk Mitigation Measures

For Foreign PEPs: Apply the enhanced risk mitigation measures of Reg 15 (1)(b) to (d) in all cases

D. Medidas de mitigação de riscos

Para PEPs estrangeiros: Aplique as medidas reforçadas de mitigação de risco do Regulamento 15 (1)(b) a (d) em todos os casos.

For domestic/international organization PEP: In cases of a higher risk business relationship with the PEP apply the enhanced risk mitigation measures of Reg 15 (1)(b) to (d).

Para organizações nacionais/internacionais PEP: Em casos de relacionamento comercial de maior risco com a PEP, aplique as medidas aprimoradas de mitigação de risco do Regulamento 15 (1)(b) a (d).

The Company's PEP identification process will be supported by a Lexis Screening and Media Check.

O processo de identificação de PEPs (Pessoas Politicamente Expostas) da empresa será apoiado por uma verificação da Lexis e uma análise da mídia.

Once the client onboarding team identifies a PEP, the relevant officer will notify CO and will update the Customer Risk Assessment

Assim que a equipe de integração de clientes identificar uma Pessoa Politicamente Exposta (PEP), o funcionário responsável notificará a

accordingly supported by relevant enhanced due diligence. The officer shall mandatorily gather information about the individual PEP's business or status and their source of funds and wealth.

CO (Coordenação de Operações) e atualizará a Avaliação de Risco do Cliente de acordo, com base na devida diligência reforçada pertinente. O funcionário deverá obrigatoriamente coletar informações sobre os negócios ou a situação da PEP em questão, bem como sobre a origem de seus fundos e patrimônio.

Prior to proceeding with onboarding, the officer shall seek for approval of senior management in writing (Including email approval).

Antes de prosseguir com o processo de integração, o funcionário deverá solicitar a aprovação da alta administração por escrito (incluindo aprovação por e-mail).

In the event that the Company is unable to perform the required EDD, the latter shall terminate the business relationship and file a STR under section 14 of the FIAMLA.

Caso a Empresa não consiga realizar a Due Diligence Reforçada (EDD) exigida, esta deverá rescindir o contrato comercial e apresentar uma Declaração de Transação Suspeita (STR) nos termos do artigo 14 da Lei de Investimentos e Mercados Financeiros (FIAMLA).

Records of any risk mitigation control and measures will be documented and maintained.

Todos os controles e medidas de mitigação de riscos serão documentados e mantidos sob registro.

E. Ongoing Monitoring of PEP

E. Monitoramento contínuo da PEP

Once a business relationship has been established with a PEP, on-going monitoring must be conducted on all related transactions to ensure that they are in line with the customer's source of funds and wealth and original account mandate. This can be achieved by requesting for additional information to understand the purpose of a transaction and verifying the provenance of the source of funds and where required, to request for evidentiary documents such as agreements, invoices, bank statements, etc.

Uma vez estabelecida uma relação comercial com uma PEP (Pessoa Politicamente Exposta), é necessário realizar um monitoramento contínuo de todas as transações relacionadas para garantir que estejam de acordo com a origem dos fundos e do patrimônio do cliente, bem como com o mandato original da conta . Isso pode ser feito solicitando informações adicionais para entender a finalidade da transação e verificando a procedência dos fundos e, quando necessário, solicitando documentos comprobatórios, como contratos, faturas, extratos bancários, etc.

Furthermore, quarterly Lexis Check and Internet Check must be conducted on the PEP

Além disso, verificações trimestrais no LexisCheck e na Internet devem ser realizadas

and evidences of such screening kept on records.

Annual CDD reviews must be conducted on all customers identified as PEPs and approved by Board / Senior Management.

The following information and documentation must be reviewed/reconfirmed/updated when conducting an annual review of a PEP investor:

- all KYC information;
- the relevance of the EDD conducted initially including reconfirmation of the customer ' s source of funds and source of wealth; and
- where adverse information such as ongoing litigation or regulatory proceedings were noted as part of the on-boarding information, further checks must be undertaken to ascertain any outcomes or obtain updated information.

Information obtained from the customer may be compared against additional independent sources in order to verify the accuracy of the information. The formal decision and reasons to either maintain or terminate the PEP relationship must be documented.

F. Factors to consider in establishing/maintaining/terminating a customer relationship with a PEP

The following are factors, which should be considered in deciding whether to establish/

no PEP e as evidências dessa verificação devem ser mantidas em registro.

As revisões anuais de CDD (Due Diligence do Cliente) devem ser realizadas em todos os clientes identificados como PEPs (Pessoas Politicamente Expostas) e aprovadas pelo Conselho/Alta Administração.

As seguintes informações e documentação devem ser revisadas/reconfirmadas/atualizadas ao realizar uma revisão anual de um investidor PEP:

- Todas as informações KYC;
- a relevância da Due Diligence Reforçada (EDD) realizada inicialmente, incluindo a reconfirmação da origem dos fundos e da origem da riqueza do cliente; e
- Nos casos em que informações adversas, como litígios em andamento ou processos regulatórios, forem mencionadas como parte das informações de integração, verificações adicionais deverão ser realizadas para apurar quaisquer desfechos ou obter informações atualizadas.

As informações obtidas do cliente podem ser comparadas com outras fontes independentes para verificar sua precisão. A decisão formal e os motivos para manter ou encerrar o relacionamento com a PEP (Pessoa Politicamente Exposta) devem ser documentados.

F. Fatores a considerar ao estabelecer/manter/encerrar um relacionamento com um PEP (Pessoa Politicamente Exposta).

Os seguintes fatores devem ser considerados ao decidir se deve estabelecer, manter ou

maintain/terminate a customer relationship with a PEP:

- funding of the account: are the funds/proceeds in the Company 's account in line with the customer ' s source of funds and wealth and original account mandate;
- is there a history of suspicious or unexplained transactions;
- is the customer responsive to requests for up to date information.

There should be a detailed consideration of the rationale for establishing, maintaining, or terminating the business relationship with the PEP.

[Note – where a customer has been accepted and the said customer or its beneficial owner or its associate or its family member is subsequently found to be, or subsequently becomes a PEP, appropriate EDD and Company Board's approval should be obtained as per above in order to continue such business relationships.]

encerrar um relacionamento comercial com uma PEP (Pessoa Politicamente Exposta):

- Financiamento da conta: os fundos/receitas na conta da empresa estão de acordo com a origem dos fundos e o patrimônio do cliente, bem como com o mandato original da conta?
- Existe histórico de transações suspeitas ou inexplicáveis?
- O cliente responde prontamente às solicitações de informações atualizadas?

Deve haver uma análise detalhada da justificativa para estabelecer, manter ou encerrar a relação comercial com a PEP (Pessoa Politicamente Exposta).

[Nota – Caso um cliente tenha sido aceito e, posteriormente, seja considerado ou venha a ser considerado uma Pessoa Politicamente Exposta (PEP), a devida Due Diligence Reforçada (EDD) e a aprovação do Conselho de Administração da empresa deverão ser obtidas conforme descrito acima para que tais relações comerciais possam ser mantidas.]

G. Connected persons that are PEPs

'Connected persons' will include underlying principals such as beneficial owners and controllers.

The Company must apply appropriate EDD measures on a risk-sensitive basis where an applicant for business or customer (or any connected person, such as a beneficial owner or controller) is a PEP, and must ensure that they operate adequate policies, procedures and controls to comply with this requirement.

G. Pessoas conectadas que são PEPs

O termo "pessoas relacionadas" incluirá os principais envolvidos, como beneficiários finais e controladores.

A empresa deve aplicar medidas de Due Diligence Reforçada (EDD) adequadas, com base na avaliação de risco, sempre que um candidato a negócios ou cliente (ou qualquer pessoa relacionada, como um beneficiário efetivo ou controlador) for uma Pessoa Politicamente Exposta (PEP), e deve garantir que opere políticas, procedimentos e

The Company must:

(a) develop and document a clear policy on the acceptance of business relationships or one-off transactions with such persons, and ensure that this is adequately communicated;
(b) obtain and document the approval of senior management prior to establishing relationships with such persons;
(c) where such persons are discovered to be so only after a relationship has commenced, thoroughly review the relationship and obtain senior management approval for its continuance; and
(d) apply EDD measures to establish the source of funds and source of wealth of such persons.

6. Adverse Media - Determining the level of significance of information

The following should be considered when determining the level of significance of any information identified as a result of adverse media searches:

- Date of occurrence: The date of occurrence should be considered as the most recent date associated with the event/activity, as opposed to the first time it was reported. E.g., where the adverse media relates to alleged events, the date of the latest investigation or allegation should be used; where an offence has been confirmed, the date of conviction should be used. Although the length of time since an event occurred may not ultimately alter its significance, more recent events should be treated with

controles adequados para cumprir esse requisito.

A empresa deve:

(a) Desenvolver e documentar uma política clara sobre a aceitação de relações comerciais ou transações pontuais com essas pessoas e garantir que isso seja comunicado adequadamente;
(b) Obter e documentar a aprovação da alta administração antes de estabelecer relações com essas pessoas;
(c) Nos casos em que se descubra que essas pessoas são assim apenas após o início de um relacionamento, revise-o minuciosamente e obtenha a aprovação da alta administração para sua continuidade; e
(d) Aplicar medidas de Due Diligence Reforçada (EDD) para apurar a origem dos fundos e a origem da riqueza dessas pessoas.

6. Mídia Negativa - Determinando o nível de importância da informação

Os seguintes aspectos devem ser considerados ao determinar o nível de relevância de qualquer informação identificada como resultado de buscas negativas na mídia:

- Data da ocorrência: A data da ocorrência deve ser considerada como a data mais recente associada ao evento/atividade, e não a data da primeira vez em que foi relatado. Por exemplo, quando a cobertura negativa da mídia se refere a supostos eventos, deve-se usar a data da investigação ou alegação mais recente; quando um crime foi confirmado, deve-se usar a data da condenação. Embora o tempo decorrido desde a ocorrência de um evento possa não alterar sua relevância

additional caution, particularly in the case of alleged events as there may be less information available to validate the legitimacy of the event.

- Note: 'recent' means between 12 months to 5 years depending on the nature, severity and penalty of the alleged/confirmed offence.
- The nature of the allegation/fact: The full nature of the allegation, including any criminal or civil indictments should be recorded. It should be noted whether the allegation relates to money laundering or terrorist financing or potentially could result in money laundering or terrorist financing.
- Whether the information is allegation or fact: Consider whether the information identified is alleged, e.g. rumours, arrests but no charges brought, or whether actual involvement has been confirmed, e.g. through convictions or fines.
- Reliability of the source of the information: Identify and record each source consulted for information obtained.

7. Documentation of adverse media

In respect of the above, the Company shall document:

- the source and date of the search;
- actions taken to confirm or discount any potential match;

final, eventos mais recentes devem ser tratados com maior cautela, especialmente no caso de supostos eventos, pois pode haver menos informações disponíveis para validar a legitimidade do evento.

- Nota: "recente" significa entre 12 meses e 5 anos, dependendo da natureza, gravidade e penalidade da alegada/confirmada infração.
- Natureza da alegação/fato: A natureza completa da alegação, incluindo quaisquer acusações criminais ou civis, deve ser registrada. Deve-se observar se a alegação se relaciona à lavagem de dinheiro ou ao financiamento do terrorismo ou se potencialmente poderia resultar em lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.
- Se a informação é uma alegação ou um fato: Considere se a informação identificada é alegada, por exemplo, rumores, prisões sem acusações formais, ou se o envolvimento real foi confirmado, por exemplo, por meio de condenações ou multas.
- Confiabilidade da fonte de informação: Identifique e registre cada fonte consultada para obter as informações.

7. Documentação de notícias negativas

Com relação ao exposto acima, a Empresa deverá documentar:

- a fonte e a data da pesquisa;
- Ações tomadas para confirmar ou descartar qualquer possível correspondência;

- details of the negative press;
- any actions taken to verify or disprove the claims; and
- any additional actions taken as a result of this information such as treating the customer as high risk and/or seeking proof of source of wealth/funds etc.

- detalhes da imprensa negativa;
- quaisquer medidas tomadas para verificar ou refutar as alegações; e
- Quaisquer medidas adicionais tomadas em decorrência dessas informações, como tratar o cliente como de alto risco e/ou solicitar comprovação da origem dos recursos/fundos, etc.

8. Verification of source of funds and source of wealth

The source of funds and source of wealth are required to be verified to demonstrate a thorough understanding of the source of the initial and ongoing funds and wealth that will pass through the customer ' s account/product held at the Company. Where initial funding is provided by third parties, the Company should ensure that the relationship between the parties is fully documented and a rationale for such a relationship is recorded and analysed. If there is no proven rationale for the existence of such a relationship, further due diligence must be conducted and if required, escalated to Compliance for further investigation.

The source of funds and source of wealth of the PEP must be verified in accordance with the source of funds and source of wealth requirements applicable to that PEP.

8. Verificação da origem dos fundos e da origem da riqueza

A origem dos fundos e da riqueza deve ser verificada para demonstrar um conhecimento profundo da procedência dos fundos e da riqueza iniciais e contínuos que circularão pela conta/produto do cliente mantido na Empresa. Quando o financiamento inicial for fornecido por terceiros, a Empresa deve garantir que a relação entre as partes esteja totalmente documentada e que a justificativa para tal relação seja registrada e analisada. Se não houver justificativa comprovada para a existência de tal relação, uma diligência prévia adicional deverá ser realizada e, se necessário, o caso deverá ser encaminhado ao Departamento de Compliance para investigação complementar.
A origem dos fundos e a origem da riqueza da PEP devem ser verificadas de acordo com os requisitos de origem de fundos e origem de riqueza aplicáveis a essa PEP.

9. Customer Risk Profiling

The Company must identify and assess its potential exposure to inherent ML, TF and sanctions risks introduced as a result of entering into a business relationship with a customer. The Company assesses business relationship risks through a Customer Risk Profiling Toolkit.

9. Perfil de risco do cliente

A empresa deve identificar e avaliar sua potencial exposição aos riscos inerentes de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e sanções decorrentes do estabelecimento de uma relação comercial com um cliente. A empresa avalia os riscos da relação comercial por meio de um conjunto

de ferramentas de perfil de risco do cliente.

The Company will take a number of factors into consideration including but not limited to the following:

- Nature and type of Customer;
- Geographical location of the customer;
- Customer's source and destination of funds;
- Customer's Activity and Transaction Frequency;
- Product type
- Automatic risk adjustment to 'High' based on High Risk Indicators such as: a) Incomplete CDD, b) Dealing with PEP, c) Dealing with Sanctioned countries, d) Unsupported bank transactions, e) World Check Hit or any adverse info from media or internet, f) Reliance on Third Parties (not meeting requirements of FIAMLR 2018).

A empresa levará em consideração diversos fatores, incluindo, mas não se limitando aos seguintes:

- Natureza e tipo do cliente;
- Localização geográfica do cliente;
- Origem e destino dos fundos do cliente;
- Atividade do cliente e frequência de transações;
- Tipo de produto
- Ajuste automático de risco para 'Alto' com base em indicadores de alto risco, tais como: a) CDD incompleta, b) Negociação com PEP, c) Negociação com países sancionados, d) Transações bancárias não comprovadas, e) Notificação de irregularidades em relatórios de triagem ou qualquer informação adversa proveniente da mídia ou da internet, f) Dependência de terceiros (não atendendo aos requisitos da FIAMLR 2018).

Risk profiling is applicable to:

- New Customers (at on-boarding stage); and
- Existing Customers.

A avaliação de risco aplica-se a:

- Novos clientes (na fase de integração); e
- Clientes existentes.

The following Risk Profiling Classification & Review Date:

• High risk	• every 12 months
• Medium risk	• every 24 months
• Low risk	• every 36 months

• Alto risco	• a cada 12 meses
• Risco médio	• a cada 24 meses
• Baixo risco	• a cada 36 meses

Customer Risk profiling will be carried out by the Company Administrator for both new and existing customers.

The approval process will be as follows:

• Senior/Team Leader level	• Low and Medium risks
• Senior Management / Director level	• High-risk customers
• Director level	• PEP customers

The Company is required to review its customer risk profiling methodology to ensure the customer risk categories remain relevant and reflective of the real risk that the Company is exposed to as a result of its customer relationships. Frequency to review the methodology shall be annual.

A avaliação do perfil de risco do cliente será realizada pelo Administrador da Empresa, tanto para clientes novos quanto para os já existentes.

O processo de aprovação será o seguinte:

• Nível Sênior/Líder de Equipe	• Riscos baixos e médios
• de Gerência Sênior / Diretor	• Clientes de alto risco
• Nível de diretor	• Clientes PEP

A Empresa deverá rever sua metodologia de perfil de risco do cliente para garantir que as categorias de risco permaneçam relevantes e reflitam o risco real ao qual a Empresa está exposta em decorrência de seus relacionamentos com os clientes. A revisão da metodologia deverá ocorrer anualmente.

10. Ongoing customer maintenance

On-going monitoring is essential to ensure that the ML, TF and sanctions risk profile of customers remain current.

Periodic reviews of customers shall be conducted to monitor business relationships on an on-going basis so that risk of money laundering and / or terrorist financing can be identified and mitigated.

This will include review of CDD documents on a risk-based approach to ensure that up-to-date information is held in relation to business relationships. Any deficiencies noted will be reported to the Board of the Company with appropriate recommendations in compliance with the laws of Mauritius.

10. Manutenção contínua do cliente

O monitoramento contínuo é essencial para garantir que o perfil de risco de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e sanções dos clientes permaneça atualizado.

Devem ser realizadas revisões periódicas dos clientes para monitorar os relacionamentos comerciais de forma contínua, de modo que o risco de lavagem de dinheiro e/ou financiamento do terrorismo possa ser identificado e mitigado.

Isso incluirá a revisão dos documentos de CDD (Due Diligence do Cliente) com base em uma abordagem de risco para garantir que as informações relativas aos relacionamentos comerciais estejam atualizadas. Quaisquer deficiências observadas serão comunicadas ao Conselho de Administração da empresa, com as devidas recomendações, em conformidade com as leis de Maurício.

As a general guideline, the ongoing review of the customer relationship shall be conducted within the specified time frames according to the customer's risk profile which is as follows:

• High risk	• every 12 months
• Medium risk	• every 24 months
• Low risk	• every 36 months

Como diretriz geral, a revisão contínua do relacionamento com o cliente deve ser realizada dentro dos prazos especificados, de acordo com o perfil de risco do cliente, conforme segue:

• Alto risco	• a cada 12 meses
• Risco médio	• a cada 24 meses
• Baixo risco	• a cada 36 meses

11. Transaction Monitoring

The Company shall monitor its business relations with customers on an ongoing basis and observe the conduct of customers' activities and transactions to ensure that same are consistent with its knowledge of the customer, its business and risk profile and where appropriate, the source of funds.

The ongoing monitoring of customers' activities and transactions is a fundamental aspect of effective ongoing CDD measures in the identification and mitigation of money laundering and terrorist financing risks.

Transaction Monitoring is a process put in place to monitor all transactions and activity of the Company on an ongoing basis, which involves a combination of real-time and post-event monitoring. In the case of real time monitoring, the focus is on transactions/activity where information/instructions are received before a payment instruction is processed. Post-event monitoring consists of reviewing transactions/activity on a periodic basis (e.g. monthly).

11. Monitoramento de transações

A Empresa deverá monitorar suas relações comerciais com os clientes de forma contínua e observar a conduta das atividades e transações dos clientes para garantir que as mesmas sejam consistentes com o conhecimento que possui do cliente, de seus negócios e perfil de risco e, quando apropriado, da origem dos fundos.

O monitoramento contínuo das atividades e transações dos clientes é um aspecto fundamental das medidas eficazes de CDD (Due Diligence do Cliente) na identificação e mitigação dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

O Monitoramento de Transações é um processo implementado para monitorar todas as transações e atividades da empresa de forma contínua, envolvendo uma combinação de monitoramento em tempo real e monitoramento pós-evento. No caso do monitoramento em tempo real, o foco está nas transações/atividades em que as informações/instruções são recebidas antes do processamento de uma ordem de pagamento. O monitoramento pós-evento consiste na revisão das

transações/atividades periodicamente (por exemplo, mensalmente).

The over-riding principle is to ensure that unusual transactions and activity are identified and subject to a heightened level of scrutiny or examination within the shortest delay and properly documented.

O princípio fundamental é garantir que transações e atividades incomuns sejam identificadas e submetidas a um nível elevado de escrutínio ou exame no menor prazo possível e devidamente documentadas.

Where the risks of money laundering or terrorism financing are higher, enhanced CDD measures must be conducted which are consistent with the risks identified. Of note, Transaction Monitoring can trigger an Internal Investigation and warrant a STR report, in case a suspicious transaction is identified.

Nos casos em que os riscos de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo forem elevados, devem ser implementadas medidas de Due Diligence Reforçada (EDD) que sejam compatíveis com os riscos identificados. É importante salientar que o Monitoramento de Transações pode desencadear uma Investigação Interna e justificar um Relatório de Transação Suspeita (STR, na sigla em inglês), caso seja identificada uma transação suspeita.

The CO will conduct sample checks on the transaction monitoring process.

O CO realizará verificações amostrais no processo de monitoramento de transações.

12. Enterprise Level AML/CFT Risk Assessment

An enterprise level AML/CFT risk assessment is an analysis of potential threats and vulnerabilities to money laundering and terrorist financing to which the Company 's business is exposed to.

Risk management requires a systematic approach; it is a cyclical process. The Company is expected to perform the whole cycle of identification, analysis and testing of the effectiveness of controls at regular intervals, because risks are not static. Risks to the Company may change as a result of both internal and external factors.

Since the risks of AML/CFT vary from business to business and are not static, it is the responsibility of the Company to identify the vulnerabilities and risks faced, maintain an up

12. Avaliação de risco de AML/CFT em nível empresarial

Uma avaliação de risco AML/CFT em nível empresarial é uma análise das potenciais ameaças e vulnerabilidades à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo às quais os negócios da empresa estão expostos.

A gestão de riscos exige uma abordagem sistemática; trata-se de um processo cíclico. Espera-se que a Empresa execute todo o ciclo de identificação, análise e teste da eficácia dos controles em intervalos regulares, pois os riscos não são estáticos. Os riscos para a Empresa podem mudar em decorrência de fatores internos e externos.

Como os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (AML/CFT) variam de empresa para empresa e não são estáticos, é responsabilidade da empresa

to date understanding of these risks, and develop and implement appropriate strategies to mitigate and control those identified risks. This includes adjustment of such mitigation when needed. The appropriate strategy in order to manage and control those risks is to have an effective internal compliance culture. While the responsibility for the quality and execution of the risk analyses lies with the first line of defence, t he ultimate responsibility for the Enterprise Level AML/CFT Risk Assessment lies with the Board of directors. The role of Compliance is process monitoring, facilitating and testing.

identificar as vulnerabilidades e os riscos enfrentados, manter um entendimento atualizado desses riscos e desenvolver e implementar estratégias adequadas para mitigá-los e controlá-los. Isso inclui o ajuste dessas medidas de mitigação quando necessário. A estratégia adequada para gerenciar e controlar esses riscos é ter uma cultura de compliance interna eficaz. Embora a responsabilidade pela qualidade e execução das análises de risco recaia sobre a primeira linha de defesa, **a** responsabilidade final pela Avaliação de Risco de AML/CFT em nível corporativo é do Conselho de Administração. O papel do Compliance é o monitoramento, a facilitação e a avaliação dos processos.

The Company shall conduct the risk assessment in line with Section 17 (2) of the FIAMLA 2002 which mandates that it takes into account:

A Empresa deverá realizar a avaliação de riscos em conformidade com o Artigo 17 (2) da FIAMLA 2002, que exige que leve em consideração:

(a) all relevant risk factors including –

  (i) the nature, scale and complexity of the reporting person's activities;

  (ii) the products and services provided by the reporting person;

  (iii) the persons to whom and the manner in which the products and services are provided;

  (iv) the nature, scale, complexity and location of the customer's activities;

  (v) reliance on third parties for elements of the customer due diligence process; and

  (vi) technological developments.

(b) the outcome of any risk assessment carried out at a national level and any guidance issued.

(a) todos os fatores de risco relevantes, incluindo –

  (i) a natureza, a escala e a complexidade das atividades da pessoa que reporta;

  (ii) Os produtos e serviços fornecidos pela pessoa que reporta;

  (iii) as pessoas a quem os produtos e serviços são fornecidos e a forma como são fornecidos;

  (iv) a natureza, a escala, a complexidade e a localização das atividades do cliente;

  (v) dependência de terceiros para elementos do processo de due diligence do cliente; e

  (vi) desenvolvimentos tecnológicos.

(b) o resultado de qualquer avaliação de risco realizada em nível nacional e quaisquer orientações emitidas.

The risk factors under Section 3.18 (a) above are non-exhaustive list and it is for the Company to assess and decide what is

Os fatores de risco mencionados na Seção 3.18 (a) acima não constituem uma lista exaustiva, cabendo à Empresa avaliar e

appropriate and relevant in the circumstances of the business. In cases, where not all the risk elements have been considered when conducting the business risk assessment, the Company has to demonstrate how effective and robust its business risk assessment is in line with its inherent risks and vulnerabilities and the FSC will assess to what extent the business risk assessment conducted reflect residual risks faced by the Company.

decidir o que é apropriado e relevante para as circunstâncias do negócio. Nos casos em que nem todos os elementos de risco tenham sido considerados na avaliação de riscos do negócio, a Empresa deverá demonstrar a eficácia e robustez de sua avaliação de riscos em relação aos seus riscos e vulnerabilidades inerentes, e a FSC avaliará em que medida a avaliação de riscos realizada reflete os riscos residuais enfrentados pela Empresa.

The assessment must be undertaken as soon as reasonably practicable after a financial institution commences business and regularly reviewed and amended to keep it up to date. It is expected that this risk assessment is reviewed at least annually and in case of trigger events and this review should be documented to evidence that an appropriate review has taken place.

A avaliação deve ser realizada o mais brevemente possível após o início das atividades de uma instituição financeira e revisada e atualizada regularmente para mantê-la em dia. Espera-se que essa avaliação de risco seja revisada pelo menos anualmente e em caso de eventos que a desencadeiem, sendo que essa revisão deve ser documentada para comprovar que uma avaliação adequada foi realizada.

AML and TF Risk Assessment Framework has been designed pursuant to FIAMLA 2002 and in line with the FSC Handbook which provides the methodology to conduct the risk assessment exercise and will help in:

A Estrutura de Avaliação de Riscos de AML e Tráfico de Fronteiras foi concebida em conformidade com a FIAMLA 2002 e alinhada com o Manual da FSC, que fornece a metodologia para conduzir o exercício de avaliação de riscos e auxiliará em:

(i) identifying the inherent risks;
(ii) evaluating the risk control programs; and
(iii) assessing the residual risks.

(i) Identificar os riscos inerentes;
(ii) avaliar os programas de controle de risco; e
(iii) Avaliando os riscos residuais.

The Company shall document the risk assessments in writing, keep it up to date and, on request, make it available to relevant competent authorities without delay.

A Empresa deverá documentar as avaliações de risco por escrito, mantê-las atualizadas e, mediante solicitação, disponibilizá-las sem demora às autoridades competentes.

13. Suspicious Transaction Reporting

a. Recognition of Suspicious Transactions

Section 2 of the FIAMLA 2002 defines a suspicious transaction as " …. a transaction which –

(a) gives rise to a reasonable suspicion that it may involve -

(i) the laundering of money or the proceeds of any crime; or

(ii) funds linked or related to, or to be used for, the financing of terrorism or proliferation financing or, any other activities or transaction related to terrorism as specified in the Prevention of Terrorism Act or under any other enactment, whether or not the funds represent the proceeds of a crime;;

(b) is made in circumstances of unusual or unjustified complexity;

(c) appears to have no economic justification or lawful objective;

(d) is made by or on behalf of a person whose identity has not been established to the satisfaction of the person with whom the transaction is made; or

(e) gives rise to suspicion for any other reason."

The word "transaction" is also defined in section 2 of FIAMLA 2002, as follows –

"" transaction" includes -

13. Relatório de Transação Suspeita

a. Reconhecimento de transações suspeitas

A Seção 2 da FIAMLA 2002 define uma transação suspeita como " *… uma transação que –*

(a) suscita suspeita razoável de que possa envolver -

(i) a lavagem de dinheiro ou dos proventos de qualquer crime; ou

(ii) fundos vinculados ou relacionados com, ou destinados a serem utilizados para, o financiamento do terrorismo ou o financiamento da proliferação ou quaisquer outras atividades ou transações relacionadas com o terrorismo, conforme especificado na Lei de Prevenção do Terrorismo ou em qualquer outra legislação, independentemente de os fundos representarem ou não o produto de um crime;

(b) é feita em circunstâncias de complexidade incomum ou injustificada;

(c) aparentemente não tem justificativa econômica ou objetivo lícito;

(d) for feita por ou em nome de uma pessoa cuja identidade não tenha sido estabelecida a contento da pessoa com quem a transação é feita; ou

(e) suscita suspeita por qualquer outro motivo."

O termo "transação" também é definido na seção 2 da FIAMLA 2002, da seguinte forma:

" *transação" inclui* -

(a) opening an account, issuing a passbook, renting a safe deposit box, entering into a fiduciary relationship or establishing any other business relationship, whether electronically or otherwise; and

(b) a proposed transaction or attempted transaction."

This definition is not exhaustive.

The assessment of suspicion should be based on a reasonable evaluation of different factors, including the knowledge of the Customer 's business, financial history, unusual pattern of activity, risk profile, background and behaviour. All circumstances surrounding a transaction should be reviewed. It follows that an important precondition for recognition of a suspicious transaction or activity is that the employees of the Company must know enough about the business relationship to recognise that a transaction or activity is unusual.

In case of suspicion, an employee is not expected to know the exact nature of the underlying criminal offence (called the predicate offence), or that the particular funds were those arising out of the crime or being used to finance international terrorism. The simple rule is, where a transaction raises any suspicion, the employee should as a first step request more information from the customer about the circumstances surrounding the transaction. He must decide if the explanation received is reasonable and legitimate and if not, report the transaction to the MLRO.

b. Internal Reporting of Suspicious Transactions

It is a statutory obligation on all employees to report suspicious transactions promptly and

(a) abrir uma conta, emitir um livrete de poupança, alugar um cofre, estabelecer uma relação fiduciária ou qualquer outra relação comercial, seja eletronicamente ou não; e

(b) uma transação proposta ou tentativa de transação."

Esta definição não é exaustiva.

A avaliação de suspeita deve basear-se numa análise criteriosa de diversos fatores, incluindo o conhecimento do negócio do Cliente, histórico financeiro, padrões de atividade incomuns, perfil de risco, antecedentes e comportamento. Todas as circunstâncias que envolvem uma transação devem ser analisadas. Consequentemente, uma condição essencial para o reconhecimento de uma transação ou atividade suspeita é que os funcionários da Empresa tenham conhecimento suficiente sobre a relação comercial para reconhecer que uma transação ou atividade é incomum.

Em caso de suspeita, não se espera que um funcionário saiba a natureza exata do crime subjacente (chamado de crime antecedente), ou que os fundos em questão sejam provenientes do crime ou estejam sendo usados para financiar o terrorismo internacional. A regra básica é: quando uma transação levantar qualquer suspeita, o funcionário deve, como primeiro passo, solicitar mais informações ao cliente sobre as circunstâncias da transação. Ele deve decidir se a explicação recebida é razoável e legítima e, caso contrário, reportar a transação ao responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro.

b. Denúncia interna de transações suspeitas

É obrigação legal de todos os funcionários reportar transações suspeitas de forma

directly to the MLRO or to his deputy in his absence. This should normally be done via an Internal STR Form ("ISF") as per Annexure 7.

imediata e direta ao responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro (MLRO) ou ao seu substituto, na ausência deste. Normalmente, isso deve ser feito por meio de um Formulário Interno de Relatório de Transações Suspeitas (ISF, na sigla em inglês), conforme descrito abaixo. ***Anexo 7*** .

In urgent circumstances, an internal STR may be reported to the MLRO verbally and followed by the ISF. Failure to report suspicious transactions will constitute a breach of the FIAMLA 2002 and may entail criminal sanctions and interference with the preparation or submission of an internal STR may lead to disciplinary sanctions.

Em circunstâncias urgentes, uma comunicação interna sobre transações suspeitas (STR, na sigla em inglês) pode ser feita verbalmente ao responsável pela prevenção da lavagem de dinheiro (MLRO, na sigla em inglês), seguida de comunicação à equipe de segurança interna (ISF, na sigla em inglês). A omissão na comunicação de transações suspeitas constitui uma violação da Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo de 2002 (FIAMLA 2002) e pode acarretar sanções penais, e a interferência na elaboração ou submissão de uma STR interna pode levar a sanções disciplinares.

The MLRO shall be of sufficiently senior status and shall have relevant and necessary competence, authority and independence.

O responsável pela prevenção da lavagem de dinheiro (MLRO) deve ter um nível hierárquico suficientemente elevado e possuir a competência, a autoridade e a independência relevantes e necessárias.

The contact details of the MLRO and those of the Deputy MLRO are provided below:

Os dados de contato do MLRO e do MLRO Adjunto são fornecidos abaixo:

	MLRO	**Deputy MLRO**
Name	Uttra D. Boodan	Meetish Ramdeehul
Email	uttra.boodan@allserv.mu	meetish.ramdeehul@allserv.mu

	MLRO	**Vice-diretor de prevenção à lavagem de dinheiro**
Nome	Uttra D. Boodan	Meetish Ramdeehul
E-mail	uttra.boodan@allserv.mu	meetish.ramdeehul@allserv.mu

Telephone	+230 5771 4060	+230 573 27095

All suspicions reported to the MLRO will be recorded in writing, even if the suspicion is reported verbally. The internal STR should include full details of the Customer and a full statement as to the information giving rise to the suspicion. The MLRO will acknowledge receipt of the internal STR and, at the same time, provide a reminder of the obligation to do nothing that might prejudice enquiries – that is, 'tipping off' the customer or any other person which is a criminal offence under Section 16 of the FIAMLA 2002 and upon conviction, be liable to a fine not exceeding 5 million rupees and to imprisonment not exceeding 10 years.

Section 3(3) of FIAMLR 2018 stipulates that " Where a person suspects money laundering, terrorism financing or proliferation financing, and he reasonably believes that performing the CDD process, may tip-off the customer, he shall not pursue the CDD process and shall file a suspicious transaction report under section 14 of the Act".

Where an internal STR has been made, the MLRO shall assess the information contained within the disclosure to determine whether there are reasonable grounds for knowing or suspecting that the activity is related to money laundering, terrorism financing or proliferation financing. The MLRO will validate all internal STRs before submissions to the FIU and make sure that reports are not made in bad faith, maliciously and without reasonable grounds.

Telefone	+230 5771 4060	+230 573 27095

Todas as suspeitas comunicadas ao Responsável pela Prevenção da Lavagem de Dinheiro (MLRO) serão registradas por escrito, mesmo que a suspeita seja relatada verbalmente. O Relatório de Suspeita Interno (STR, na sigla em inglês) deve incluir todos os detalhes do Cliente e uma declaração completa sobre as informações que deram origem à suspeita. O MLRO acusará o recebimento do STR interno e, ao mesmo tempo, lembrará a todos da obrigação de não fazer nada que possa prejudicar as investigações – ou seja, ***não "informar"*** o cliente ou qualquer outra pessoa, o que constitui crime nos termos do Artigo 16 da Lei de Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo de 2002 (FIAMLA 2002), sujeito a multa de até 5 milhões de rúpias e pena de prisão de até 10 anos.

A Seção 3(3) da FIAMLR 2018 estipula que "Quando uma pessoa suspeita de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou financiamento da proliferação, e acredita razoavelmente que a realização do processo de CDD pode alertar o cliente, ela não deve prosseguir com o processo de CDD e deve apresentar um relatório de transação suspeita de acordo com a seção 14 da Lei".

Quando um Relatório de Transações Suspeitas (RTS) interno for elaborado, o Responsável pela Prevenção à Lavagem de Dinheiro (RTPD) deverá avaliar as informações contidas na divulgação para determinar se existem fundamentos razoáveis para saber ou suspeitar que a atividade esteja relacionada à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo ou ao financiamento da proliferação. O RTPD validará todos os RTS internos antes do envio à Unidade de Inteligência Financeira (UIF) e garantirá que os relatórios não sejam feitos de má-fé,

maliciosamente e sem fundamentos razoáveis.

c. Reporting of Suspicious Transactions to the FIU

Once the MLRO receives an ISF from the relevant staff member, he/she will determine whether the information contained in the internal STR gives rise to a suspicion that a Customer is engaged in ML, TF, or proliferation financing. In this respect, the MLRO shall have unfettered access to any or all information which he may need in considering his report. In making his/her judgment, the MLRO will consider all relevant information that has been made available to him. Regulation 29. (1) of the FIAMLR 2018 provides that, 'subject to regulation 26(3), where an internal disclosure has been made, the MLRO shall assess the information contained within the disclosure to determine whether there are reasonable grounds for knowing or suspecting that the activity is related to mone y laundering, terrorism financing or proliferation financing.'

c. Comunicação de transações suspeitas à UIF (Unidade de Inteligência Financeira).

Assim que o responsável pela prevenção da lavagem de dinheiro (MLRO) receber uma Declaração Interna de Segurança (ISF) do funcionário relevante, ele/ela determinará se as informações contidas na Declaração Interna de Segurança (STR) levantam suspeitas de que um Cliente esteja envolvido em lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou financiamento da proliferação. Nesse sentido, o MLRO terá acesso irrestrito a todas as informações que precisar para analisar seu relatório. Ao formular seu parecer, o MLRO considerará todas as informações relevantes que lhe foram disponibilizadas. O Artigo 29.º, n.º 1, da Lei de Prevenção da Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo de 2018 (FIAMLR 2018 *) prevê que, "sujeito ao Artigo 26.º, n.º 3, quando uma divulgação interna for feita, o MLRO deverá avaliar as informações nela contidas para determinar se existem motivos razoáveis para saber ou suspeitar que a atividade esteja relacionada à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo ou ao financiamento da proliferação".*

If, after completing the review he/she believes that there is (are) no fact(s) which can negate the suspicion, he/she has the obligation to report the transaction to the FIU through the latter's online platform, GoAML. If, on the other hand, the MLRO does not find it appropriate to report a transaction to the FIU, he/she will document the reasons for not doing so. This information may be required to supplement the initial report or as evidence of good practice and best endeavours if, at some future dates, there is an investigation, and the suspicions are confirmed. On-going

Se, após concluir a análise, o responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro (MLRO) acreditar que não há fatos que possam refutar a suspeita, ele/ela tem a obrigação de reportar a transação à Unidade de Inteligência Financeira (UIF) por meio da plataforma online desta, GoAML. Se, por outro lado, o MLRO não considerar apropriado reportar uma transação à UIF, ele/ela deverá documentar os motivos para tal omissão. Essas informações poderão ser necessárias para complementar o relatório inicial ou como evidência de boas práticas e esforços

communication between the MLRO and the reporting staff is important.

redobrados, caso haja uma investigação futura e as suspeitas sejam confirmadas. A comunicação contínua entre o MLRO e a equipe responsável pela comunicação é fundamental.

The MLRO is expected to act autonomously, promptly, honestly and reasonably, and to make any determination in good faith.

Espera-se que o responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro (MLRO) atue de forma autônoma, rápida, honesta e razoável, e que tome qualquer decisão de boa-fé.

d. Reporting Obligations and Offences

Section 14(1) of the FIAMLA provides that "Notwithstanding section 300 of the Criminal Code and any other enactment, every reporting person or auditor shall, as soon as he becomes aware of a suspicious transaction, make a report to FIU of such transaction not later than 5 working days after the suspicion arose."

Pursuant to section 14(3) of the FIAMLA -

"Where a reporting person or an auditor –

(a) becomes aware of a suspicious transaction; or

(b) ought reasonably to have become aware of a suspicious transaction,

and he fails to make a report to FIU of such transaction not later than 5 working days after the suspicion arose he shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding one million rupees and to imprisonment for a term not exceeding 5 years."

For further information, please refer to the summary of offences annexed to this document.

d. Obrigações de comunicação e infrações

A Seção 14(1) da FIAMLA estabelece que "Não obstante o artigo 300 do Código Penal e qualquer outra legislação, toda pessoa declarante ou auditor deverá, assim que tomar conhecimento de uma transação suspeita, fazer um relatório à FIU dessa transação no prazo máximo de 5 dias úteis após o surgimento da suspeita".

Nos termos do artigo 14(3) da FIAMLA -

"Onde uma pessoa que reporta ou um auditor –

(a) toma conhecimento de uma transação suspeita; ou

(b) deveria razoavelmente ter tomado conhecimento de uma transação suspeita,

e se ele não fizer um relatório à FIU sobre tal transação no prazo máximo de 5 dias úteis após o surgimento da suspeita, cometerá uma infração e, se condenado, estará sujeito a uma multa não superior a um milhão de rupias e a uma pena de prisão não superior a 5 anos."

Para obter mais informações, consulte o resumo das infrações em anexo a este documento.

e. Registers of Internal and External Disclosures

The Company must establish and maintain separate registers of –

(a) all internal disclosures; and

(b) all external disclosures.

The registers of internal disclosures and external disclosures may be contained in a single document if the details required to be included in those registers can be presented separately for internal disclosures and external disclosures upon request by a competent authority.

The registers must include details of:

(a) the date on which the report is made;

(b) the person who makes the report;

(c) for internal disclosures, whether it is made to the Money Laundering Reporting Officer or Deputy Money Laundering Reporting Officer; and

(d) information sufficient to identify the relevant papers.

f. Reporting under the FCC Act 2023

In alignment with section 56 of the FCC Act 2023, notwithstanding any other enactment, where in the discharge of his/her functions, any person has reasonable grounds to suspect that an offence under the FCC Act has been, is being or is likely to be

e. Registros de divulgações internas e externas

A empresa deve estabelecer e manter registros separados de –

(a) todas as divulgações internas; e

(b) todas as divulgações externas.

Os registos de divulgações internas e externas podem estar contidos num único documento, desde que os detalhes que devem ser incluídos nesses registos possam ser apresentados separadamente para divulgações internas e externas, mediante solicitação de uma autoridade competente.

Os registros devem incluir detalhes de:

(a) a data em que o relatório é feito;

(b) a pessoa que elabora o relatório;

(c) para divulgações internas, quer sejam feitas ao Responsável pela Comunicação do Branqueamento de Capitais ou ao Responsável Adjunto pela Comunicação do Branqueamento de Capitais; e

(d) informações suficientes para identificar os documentos relevantes.

f. Relatórios de acordo com a Lei da FCC de 2023

Em conformidade com a seção 56 da Lei da FCC de 2023, e não obstante qualquer outra legislação, sempre que, no exercício de suas funções, qualquer pessoa [17]tiver motivos razoáveis para suspeitar que uma infração à Lei da FCC foi, está sendo ou provavelmente

[17]A pessoa é definida como uma pessoa física ou jurídica nos termos da Lei FCC de 2023.
Person is defined as a natural or legal person under the FCC Act 2023.

committed, he/she shall refer the matter to the Commission for investigation.[17]

Further to provisions of section 113 of the FCC Act, notwithstanding any other enactment, where in the discharge of his/her functions, any person 16 has reasonable grounds to suspect that a person 17 has acquired unexplained wealth, he/she shall make a written report of the matter to the Commission.[18][19]

será cometida, deverá encaminhar o assunto à Comissão para investigação.

Em conformidade com as disposições da seção 113 da Lei da FCC, e não obstante qualquer outra legislação, sempre que, no exercício de suas funções, qualquer pessoa [18]tiver motivos razoáveis para suspeitar que alguém [19]adquiriu riqueza inexplicável, deverá apresentar um relatório escrito do assunto à Comissão.

14. Training

The Board and all relevant employees of the Company shall receive regular mandatory training to enable them to comply with the:

- provisions of the relevant legislations;
- any internal rules applicable to them, and
- AML/CFT Risk Framework.

Company employees are required to be appropriately trained for purposes of AML, CFT and sanctions in accordance with the degree of their engagement in relation to ML, TF and Sanctions risk.

The training shall cover the following:

(i) Money laundering & Terrorist Financing

(ii) Risk Based Approach to AML/CFT

14. Treinamento

O Conselho de Administração e todos os funcionários relevantes da Empresa receberão treinamento obrigatório regular para que possam cumprir com as seguintes exigências:

- disposições das legislações pertinentes;
- quaisquer regras internas que lhes sejam aplicáveis, e
- Estrutura de Risco de AML/CFT.

Os funcionários da empresa devem receber treinamento adequado em matéria de AML (Antilavagem de Dinheiro), CFT (Combate ao Financiamento do Terrorismo) e sanções, de acordo com o grau de seu envolvimento em relação aos riscos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e sanções.

O treinamento deverá abranger o seguinte:

(i) Lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo

(ii) Abordagem baseada em risco para o combate à lavagem de

[18]A pessoa é definida como uma pessoa física ou jurídica nos termos da Lei FCC de 2023.
Person is defined as a natural or legal person under the FCC Act 2023.
[19]A pessoa é definida como uma pessoa física ou jurídica nos termos da Lei FCC de 2023.
Person is defined as a natural or legal person under the FCC Act 2023.

			dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
(iii)	Mauritius AML/CFT Legislative Framework	(iii)	Quadro Legislativo de Maurício em matéria de AML/CFT
(iv)	Regulatory Stance in the event of non-compliance to AML/CFT Laws	(iv)	Posição regulatória em caso de descumprimento das leis de AML/CFT (Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo)
(v)	Sanctions	(v)	Sanções
(vi)	Responsibilities of Board of Directors	(vi)	Responsabilidades do Conselho de Administração
(vii)	AML/CFT Business Risk Assessment	(vii)	Avaliação de Risco Empresarial de AML/CFT
(viii)	Suspicious Transactions Reporting Obligations.	(viii)	Obrigações de comunicação de transações suspeitas.

New employees would receive an introductory training on AML/CFT prior to them becoming actively involved in day-to-day operations and in any event before they engage into the provisions of financial services to Customers.

Os novos funcionários receberiam um treinamento introdutório sobre AML/CFT (Antilavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo) antes de se envolverem ativamente nas operações diárias. e, em qualquer caso, antes de se envolverem na prestação de serviços financeiros aos Clientes.

Refresher training for all relevant staff shall be provided at least on an annual basis. An effective training will develop an adequate internal compliance culture which is aimed at bringing down any cultural differences in the attitudes of its staff towards the ML and TF problem.

Deverá ser oferecido treinamento de reciclagem para todos os funcionários relevantes pelo menos anualmente. Um treinamento eficaz desenvolverá uma cultura interna de conformidade adequada, visando reduzir quaisquer diferenças culturais nas atitudes dos funcionários em relação ao problema de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

The Company must maintain records of all AML/CFT training delivered to employees. These records must include:

A empresa deve manter registros de todos os treinamentos de AML/CFT (Antilavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo) ministrados aos funcionários. Esses registros devem incluir:

(a) the dates on which the training was provided;

(b) the nature of the training, including its content and mode of delivery; and

(c) the names of the employees who received the training.

A training log will be maintained by the Company.

The effectiveness of each training conducted shall be evaluated to measure the understanding of the employees post the trainings. The evaluation enables the Company to:

- identify the gaps and ensure that adequate time and resources are allocated for more focused trainings;
- monitor the quality of reports of the relevant employees;

(a) as datas em que a formação foi ministrada;

(b) a natureza da formação, incluindo o seu conteúdo e modo de ministração; e

(c) os nomes dos funcionários que receberam o treinamento.

A empresa manterá um registro de treinamento.

A eficácia de cada treinamento realizado será avaliada para mensurar a compreensão dos funcionários após os treinamentos. A avaliação permite à Empresa:

- Identificar as lacunas e garantir que sejam alocados tempo e recursos adequados para treinamentos mais específicos;
- Monitorar a qualidade dos relatórios dos funcionários relevantes;

15. Record Keeping

Record keeping obligations are applicable to CDD, transactional and other information required to manage ML, TF, proliferation and sanctions related risks in relation to the customers/officers/service providers.

Such records shall include details about the flow of customer's funds, customer statements and customers' identification and verification data and or documents.

When the Company establishes a business relationship with a customer, the Company must keep record of:

- the identity and address of the customer;

15. Registro de informações

As obrigações de manutenção de registros aplicam-se à CDD (Due Diligence do Cliente), às informações transacionais e a outras informações necessárias para gerenciar os riscos relacionados à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, à proliferação e às sanções em relação aos clientes/funcionários/prestadores de serviços.

Esses registros devem incluir detalhes sobre o fluxo de fundos do cliente, extratos bancários e dados e/ou documentos de identificação e verificação do cliente.

Quando a empresa estabelece uma relação comercial com um cliente, a empresa deve manter registro de:

- a identidade e o endereço do cliente;

- if the customer is acting on behalf of another person:
  - the identity and address of the person on whose behalf the customer is acting; and
  - the customers authority to act on behalf of that other person;
- if another person is acting on behalf of the customer:
  - the identity and address of that other person; and
  - that other person's authority to act on behalf of the customer;
- the nature of the business relationship or transaction;
- the intended purpose of the business relationship; and
- the source of funds which the prospective customer is expected to use in concluding transactions in the course of the business relationship;
- in the case of a transaction:
  - the amount involved and the currency in which it was denominated;
  - the date on which the transaction was concluded;
  - the parties to the transaction;
  - the nature of the transaction; and
  - business correspondence;
- any document or copy of a document obtained by the Company in order to verify a person ' s identity.

Furthermore, the Company must keep records of:

- Se o cliente estiver agindo em nome de outra pessoa:
  - a identidade e o endereço da pessoa em nome de quem o cliente está agindo; e
  - a autoridade do cliente para agir em nome dessa outra pessoa;
- Se outra pessoa estiver agindo em nome do cliente:
  - a identidade e o endereço dessa outra pessoa; e
  - a autoridade dessa outra pessoa para agir em nome do cliente;
- a natureza da relação comercial ou da transação;
- a finalidade pretendida da relação comercial; e
- A fonte de recursos que o potencial cliente deverá utilizar para concluir transações no decorrer da relação comercial;
- No caso de uma transação:
  - o montante envolvido e a moeda em que era denominado;
  - a data em que a transação foi concluída;
  - as partes envolvidas na transação;
  - a natureza da transação; e
  - correspondência comercial;
- Qualquer documento ou cópia de documento obtido pela Empresa para verificar a identidade de uma pessoa.

Além disso, a empresa deve manter registros de:

- All reports made to and by the MLRO/Deputy MLRO/CO;
- All training provided in relation to AML and CFT.

Records should be sufficient to provide adequate evidence to the relevant local authorities to conduct their investigations.

Period for which records must be kept

The Company must keep all the records which relate to:

- the establishment of a business relationship, for at least seven years from the date on which the

business relationship is terminated;

- a transaction which is concluded, for at least 7 years from the date on which that transaction is concluded; and

- reports made by and to the MLRO/CO, for at least 7 years from the date on which the report is made.

  Transactional records and or documents are kept at either the Company 's and or Company Administrator ' s registered office.

  In line with regulation 14 (3) of the FIAMLR 2018, the Company shall ensure that all CDD information and transaction records are kept in such a manner that they are swiftly made available to the FIU or any relevant regulatory body or supervisory authority upon request. The Company's records shall be maintained in soft copy version which will automatically be recorded on the Company Administrator's Server. Relevant original documentation will be kept in hard copy on the physical

- Todos os relatórios feitos para e pelo MLRO/MLRO Adjunto/CO;
- Todo o treinamento fornecido está relacionado a AML e CFT.

Os registros devem ser suficientes para fornecer evidências adequadas às autoridades locais competentes para a realização de suas investigações.

Período durante o qual os registros devem ser mantidos.

A empresa deve manter todos os registros relacionados a:

- o estabelecimento de uma relação comercial, por pelo menos sete anos a partir da data em que a

A relação comercial foi encerrada;

- uma transação que seja concluída, por pelo menos 7 anos a partir da data em que essa transação for concluída; e

- Relatórios elaborados pelo e para o MLRO/CO, por pelo menos 7 anos a partir da data em que o relatório foi elaborado.

  Os registros e/ou documentos transacionais são mantidos na sede social da Empresa e/ou do Administrador da Empresa.

  Em conformidade com o regulamento 14 (3) do FIAMLR 2018, a Empresa deverá assegurar que todas as informações de CDD e os registos de transações sejam mantidos de forma a serem disponibilizados prontamente à UIF ou a qualquer organismo regulador ou autoridade de supervisão competente, mediante pedido. Os registos da Empresa serão mantidos em formato eletrónico, sendo automaticamente gravados no servidor do Administrador da Empresa. A documentação original

Company files which will be archived as per data protection laws and retrieved as and when required.

relevante será mantida em formato físico nos arquivos da Empresa, arquivados de acordo com a legislação de proteção de dados e recuperados sempre que necessário.

16. Independent Audit

a. Introduction

Regulation 22(1) (d) of the FIAMLR 2018 requires that financial institutions shall have in place an audit function to review and verify compliance with and effectiveness of the measures taken in accordance with the FIAMLA 2002 and FIAMLR 2018.

An AML/CFT independent audit is a vital element of any effective compliance programme for financial institutions. By virtue of the FIAMLA 2002 and FIAMLR 2018, there is a statutory obligation on every financial institution to have in place an audit function which will allow the reporting entity to evaluate its AML/CFT programme and to ascertain whether the established policies, procedures, systems and controls are adapted with the money laundering and terrorism financing risks identified. The objective of an independent audit is to form a view of the overall integrity and effectiveness of the AML programme, including policies, procedures and processes.

Conducting a successful independent audit enables a financial institution to ensure that its policies, procedures and controls

16. Auditoria Independente

a. Introdução

O Regulamento 22(1) (d) do FIAMLR 2018 exige que as instituições financeiras tenham uma função de auditoria para rever e verificar a conformidade e a eficácia das medidas tomadas de acordo com a FIAMLA 2002 e o FIAMLR 2018.

Uma auditoria independente de AML/CFT (Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo) é um elemento vital de qualquer programa de compliance eficaz para instituições financeiras. Em virtude da FIAMLA 2002 (Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo de 2002) e do FIAMLR 2018 (Regulamento de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo de 2018), existe uma obrigação legal para toda instituição financeira de possuir uma função de auditoria que permita à entidade declarante avaliar seu programa de AML/CFT e verificar se as políticas, procedimentos, sistemas e controles estabelecidos estão adequados aos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo identificados. O objetivo de uma auditoria independente é formar uma opinião sobre a integridade e a eficácia geral do programa de AML, incluindo políticas, procedimentos e processos.

A realização de uma auditoria independente bem-sucedida permite que uma instituição financeira assegure que suas

remain up to date, recognise deficiencies in regulatory compliance system and develop ways to remediate the breaches in order to be compliant with the prevailing legislation.

políticas, procedimentos e controles permaneçam atualizados, identifique deficiências no sistema de conformidade regulatória e desenvolva maneiras de remediar as violações, a fim de estar em conformidade com a legislação vigente.

b. Scope of independent audit

In line with international best practices, the independent audit exercise should be risk-based. Independent audit is the Company 's final line of defence, therefore, it is vital to ensure that the AML/CFT independent audit is tailored to the Company 's risks.

b. Âmbito da auditoria independente

Em consonância com as melhores práticas internacionais, a auditoria independente deve ser baseada em riscos. A auditoria independente é a última linha de defesa da empresa; portanto, é fundamental garantir que a auditoria independente de AML/CFT seja adaptada aos riscos da empresa.

The scope of the independent audit exercise is mainly a verification of the AML/CFT risk faced by the financial institution.

O objetivo da auditoria independente é principalmente verificar o risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (AML/CFT) enfrentado pela instituição financeira.

Typically, every independent audit should mandatorily test compliance in the following non-exhaustive areas:

Normalmente, toda auditoria independente deve obrigatoriamente testar a conformidade nas seguintes áreas, entre outras:

- AML/CFT policies and procedures;
- Internal Risk Assessment;
- Risk Assessment on the use of third-party service providers (Outsourcing);
- CO function and effectiveness;
- MLRO function and effectiveness;
- Implementation and Effectiveness of Mitigating Controls, including customer due diligence and enhanced measures;
- AML/CFT Training;

- Políticas e procedimentos de AML/CFT;
- Avaliação interna de riscos;
- Avaliação de riscos na utilização de prestadores de serviços terceirizados (Terceirização);
- Função e eficácia do CO;
- Função e eficácia do MLRO;
- Implementação e eficácia dos controles mitigadores, incluindo a devida diligência do cliente e medidas aprimoradas;
- Treinamento em AML/CFT;

- Record Keeping Obligations;
- Targeted Sanctions; and
- Suspicious Transaction Monitoring and Reporting.

If the Company relies on automated systems or manual processes to implement its AML/CFT programme, the reliability of these systems and processes should also be considered during the independent audit on a risk-basis.

- Obrigações de manutenção de registros;
- Sanções direcionadas; e
- Monitoramento e Relatório de Transações Suspeitas.

Caso a empresa utilize sistemas automatizados ou processos manuais para implementar seu programa de AML/CFT (Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo), a confiabilidade desses sistemas e processos também deverá ser considerada durante a auditoria independente, com base na avaliação de riscos.

c. Choosing the Audit Professional

Regulation 22 (1) (d) of the FIAMLR 2018 requires the audit process to be carried out independently. This implies that the person or firm conducting the audit should be independent and must not be involved in the development of a financial institution's AM L/CFT risk assessment, or the establishment, implementation or maintenance of its AML/CFT programme.

The audit function should therefore be independent of, and separate from the operational and executive team dealing with the AML/CFT processes of the Company. An independent audit review may be conducted by an internal or external audit professional.

The person or firm conducting the audit should have the necessary skills, qualifications, relevant experience of the audit process,

c. Como escolher o profissional de auditoria

O artigo 22.º, n.º 1, alínea d), do FIAMLR 2018 exige que o processo de auditoria seja realizado de forma independente. Isto implica que a pessoa ou empresa que realiza a auditoria deve ser independente e não deve estar envolvida no desenvolvimento da avaliação de risco de AML/CFT de uma instituição financeira, nem no estabelecimento, implementação ou manutenção do seu programa de AML/CFT.

A função de auditoria deve, portanto, ser independente e separada da equipe operacional e executiva responsável pelos processos de AML/CFT (Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo) da empresa. Uma revisão de auditoria independente pode ser conduzida por um profissional de auditoria interna ou externa.

A pessoa ou empresa que realiza a auditoria deve possuir as habilidades, qualificações e experiência relevantes necessárias no

have a proper understanding of the FIAMLA 2002 and its supporting regulations as well as sufficient knowledge of the Financi al institution's industry. In order to ensure that the audit is properly conducted as required under the FIAMLA 2002 and FIAMLR 2018, the audit professional needs to provide quality recommendations, so that the financial institution can use the findings and recommendations to improve upon deficient areas.

processo de auditoria, além de um conhecimento adequado da FIAMLA 2002 e seus regulamentos complementares, bem como conhecimento suficiente do setor da instituição financeira. Para garantir que a auditoria seja conduzida adequadamente, conforme exigido pela FIAMLA 2002 e pela FIAMLR 2018, o profissional de auditoria precisa fornecer recomendações de qualidade, para que a instituição financeira possa utilizar as conclusões e recomendações para aprimorar as áreas com deficiências.

d. Assessing the "independence" of the audit professional

In all cases, the Company must be satisfied and able to demonstrate that the person or the firm undertaking the audit is adequately independent from the area of the business function responsible for risk assessment and AML/CFT programme, and ensure that there are no conflicts of interest. Therefore, the independent audit may be conducted by an in-house audit professional not involved in the development and implementation of the AML/CFT programme or outsourced to external accountants or independent consultants duly regulated or registered by relevant competent authorities.

When sourcing an external audit professional to conduct the audit, the Company should conduct some level of due diligence as listed in section 13.3 of the FSC Handbook to confirm the proposed or selected professional candidate has the requisite competence. The criteria considered by the Company when assessing the independence and relevant experience of the external audit professional to effectively perform the audit, should be

d. Avaliando a "independência" do profissional de auditoria

Em todos os casos, a Empresa deve certificar-se e ser capaz de demonstrar que a pessoa ou empresa que realiza a auditoria é suficientemente independente da área da função empresarial responsável pela avaliação de riscos e pelo programa de AML/CFT, e garantir que não existam conflitos de interesses. Portanto, a auditoria independente pode ser conduzida por um profissional de auditoria interno não envolvido no desenvolvimento e implementação do programa de AML/CFT ou terceirizada para contabilistas externos ou consultores independentes devidamente regulamentados ou registrados pelas autoridades competentes relevantes.

Ao contratar um profissional de auditoria externa para realizar a auditoria, a Empresa deve conduzir uma diligência prévia, conforme descrito na seção 13.3 do Manual da FSC, para confirmar se o profissional proposto ou selecionado possui a competência necessária. Os critérios considerados pela Empresa ao avaliar a independência e a experiência relevante do profissional de auditoria externa para realizar a auditoria de forma

properly documented and shall be made available to the FSC upon request.

In order to assess the independence of the audit professional, the Company should ensure that the following non-exhaustive pertinent areas are addressed:

- Was the audit professional involved in the development of the entity's risk assessment? Or the creation, implementation or maintenance of the AML/CFT programme?

- Does the audit professional have financial interest in the business? If yes, would their interests be harmed by the results of the audit, or could there be influence over the audit outcome?

- Does the audit professional have any relationship with any shareholder, director, senior management and or employees?

eficaz devem ser devidamente documentados e disponibilizados à FSC mediante solicitação.

Para avaliar a independência do profissional de auditoria, a Empresa deve assegurar que as seguintes áreas pertinentes, em caráter não exaustivo, sejam abordadas:

- O profissional de auditoria esteve envolvido no desenvolvimento da avaliação de riscos da entidade? Ou na criação, implementação ou manutenção do programa de AML/CFT?

- O profissional de auditoria tem interesse financeiro na empresa? Em caso afirmativo, seus interesses seriam prejudicados pelos resultados da auditoria, ou ele poderia influenciar o resultado da auditoria?

- O profissional de auditoria possui algum tipo de relação com acionistas, diretores, membros da alta administração e/ou funcionários?

e. Frequency of the Independent Audit

The frequency and extent of the review should be commensurate with the Company 's size, nature, context, complexity and internal risk assessment.

All financial institutions should consider the appropriateness and effectiveness of its compliance arrangements and its policy for the review of compliance at a minimum annually, or whenever material changes to the financial institution or legislative and regulatory obligations occur. However, the Company can determine for itself the frequency to have its audits conducted. The greater the AML risk of the Company,

e. Frequência da Auditoria Independente

A frequência e a abrangência da revisão devem ser compatíveis com o porte, a natureza, o contexto, a complexidade e a avaliação interna de riscos da empresa.

Todas as instituições financeiras devem avaliar a adequação e a eficácia de seus mecanismos de conformidade e sua política de revisão de conformidade, no mínimo anualmente, ou sempre que ocorrerem mudanças significativas na instituição financeira ou nas obrigações legislativas e regulatórias. Contudo, a empresa pode determinar a frequência com que suas auditorias serão realizadas.

and of the rate of change of the Company 's business, the greater should be the frequency of audit.

Quanto maior o risco de lavagem de dinheiro da empresa e a velocidade de mudança de seus negócios, maior deverá ser a frequência das auditorias.

For any business that does not have clients during the reporting period, the Company must ascertain the frequency to conduct its independent audit. It may be appropriate that the audit cycle be extended if the Company has no clients and no clients have been on-boarded or exited since the previous independent audit is conducted.

Para qualquer empresa que não tenha clientes durante o período de referência, a Companhia deve determinar a frequência com que realiza sua auditoria independente. Pode ser apropriado estender o ciclo de auditoria se a Companhia não tiver clientes e nenhum cliente tiver sido admitido ou desligado desde a realização da última auditoria independente.

For a Company that is in process of being wound up, it is recommended that at least one final independent audit is carried out until the Company is no more considered as a reporting entity under the FIAMLA 2002.

Para uma empresa em processo de liquidação, recomenda-se que seja realizada pelo menos uma auditoria independente final até que a empresa deixe de ser considerada uma entidade declarante nos termos da FIAMLA 2002.

The basis for the audit frequency must be clearly articulated in the Company 's audit policy and scope.

A base para a frequência das auditorias deve ser claramente definida na política e no escopo de auditoria da empresa.

f. Key components of the AML/CFT programme

The independent audit report must express views on whether the AML/CFT risk assessment and the AML/CFT programme comply with the requirements of FIAMLA 2002 and supporting legislations and whether the programme is functioning effectively in practice as required and intended, and has been over the course of the period. The independent audit will involve obtaining a good understanding of the Company 's business, reviewing relevant core documents, file testing, testing of the live application of policies and procedures, and interviewing a cross-section of players. The audit process must have sufficient depth and breadth to

f. Componentes-chave do programa de AML/CFT

O relatório de auditoria independente deve expressar opiniões sobre se a avaliação de risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (AML/CFT) e o programa de AML/CFT estão em conformidade com os requisitos da Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo de 2002 (FIAMLA 2002) e legislações complementares, e se o programa está funcionando efetivamente na prática, conforme exigido e pretendido, e se assim tem sido ao longo do período analisado. A auditoria independente envolverá a obtenção de um bom entendimento dos negócios da empresa, a revisão de documentos essenciais relevantes, testes

support the findings and to make the report worthwhile.

de arquivos, testes da aplicação prática de políticas e procedimentos e entrevistas com uma amostra representativa de pessoas envolvidas. O processo de auditoria deve ter profundidade e abrangência suficientes para fundamentar as conclusões e tornar o relatório relevante.

Within the framework of the AML/CFT programme itself, the independent audit shall inter alia:

No âmbito do próprio programa de AML/CFT (Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo), a auditoria independente deverá, entre outras coisas:

- address the adequacy of AML/CFT risk assessment, including whether it addresses the specific business activities of that particular Company;
- Abordar a adequação da avaliação de risco de AML/CFT, incluindo se ela aborda as atividades comerciais específicas dessa empresa em particular;
- test compliance of the Company 's AML/CFT programme, policies and procedures with the FIAMLA 2002, FIAMLR 2018, and the FSC Handbook and a general review of the effectiveness of the compliance function considering the risks identified through the risk assessment;
- Testar a conformidade do programa, das políticas e dos procedimentos de AML/CFT (Antilavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo) da empresa com a FIAMLA 2002, a FIAMLR 2018 e o Manual da FSC, além de uma revisão geral da eficácia da função de compliance, considerando os riscos identificados por meio da avaliação de riscos;
- assess the employees' adherence to the AML policies and procedures;
- Avaliar a adesão dos funcionários às políticas e procedimentos de AML (Anti-Money Laundering, ou Prevenção à Lavagem de Dinheiro);
- assess employees' knowledge of the AML/CFT laws, regulations, guidance, and policies & procedures;
- Avaliar o conhecimento dos funcionários sobre as leis, regulamentos, orientações e políticas e procedimentos de AML/CFT (Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo);
- examine the adequacy of CDD) and EDD policies, procedures and processes, and whether they comply with higher-level internal requirements in the Company. This may include considering the adequacy of on boarding paperwork and considering
- Analisar a adequação das políticas, procedimentos e processos de Due Diligence do Cliente (CDD) e Due Diligence Reforçada (EDD), e verificar se estão em conformidade com os requisitos internos de nível superior da empresa. Isso pode incluir a avaliação

the adequacy of enhanced measures against the findings of the risk assessment;

- conduct appropriate customer file testing, with particular emphasis on high-risk operations (products, service, customer and geographical locations);
- examine the adequacy of the policies and procedures as well as the processes for identifying and reporting suspicious transactions promptly;

- if an automated system is not used to identify or aggregate large transactions, the audit should include sample test of how the CO conducts monitoring;

- conduct appropriate transaction file testing, including a review of 'not filed' (closed as not suspicious) internal suspicious transactions reports, to determine the adequacy, completeness and effectiveness of the STR filing process;

- examine the adequacy of the policies and procedures as well as the processes for screening for targeted sanctions as well as implementing prohibitions, freezing assets, and reporting to competent authorities;

- review how the financial institution is screening for targeted sanctions without delay when on boarding clients or conducting transactions and when the lists are updated (within hours), and the appropriateness of periodic screening frequency;

da adequação da documentação de integração e a consideração da adequação das medidas reforçadas em relação às conclusões da avaliação de risco.

- Realizar testes adequados nos arquivos dos clientes, com ênfase especial em operações de alto risco (produtos, serviços, clientes e localizações geográficas);
- Analisar a adequação das políticas e procedimentos, bem como os processos para identificar e comunicar prontamente transações suspeitas;
- Caso não seja utilizado um sistema automatizado para identificar ou agregar grandes transações, a auditoria deverá incluir um teste de amostragem de como a entidade responsável realiza o monitoramento;
- Realizar testes adequados nos arquivos de transações, incluindo uma revisão de relatórios internos de transações suspeitas "não arquivados" (encerrados por não serem suspeitos), para determinar a adequação, integridade e eficácia do processo de arquivamento de relatórios de transações suspeitas;
- Examinar a adequação das políticas e procedimentos, bem como os processos de triagem para sanções específicas, implementação de proibições, congelamento de ativos e comunicação às autoridades competentes;
- Analisar como a instituição financeira realiza a verificação de sanções específicas sem demora no cadastro de clientes ou na realização de transações, quando as listas são atualizadas (em questão de horas) e a adequação da frequência da verificação periódica;

- conduct appropriate testing of targeted sanctions screening records, including a review of false positives, to determine the adequacy, completeness and effectiveness of the targeted sanctions screening process;

- examine the integrity and the accuracy of the management information systems use in the AML compliance programme; and

- assess training adequacy including its comprehensiveness, accuracy of materials, training schedule and attendance tracking.
- Overall, the audit professional should decide whether the audit coverage and frequency are appropriate to the risk profile of the Company.

- Realizar testes adequados nos registros de triagem de sanções direcionadas, incluindo uma revisão de falsos positivos, para determinar a adequação, a integridade e a eficácia do processo de triagem de sanções direcionadas;
- Examinar a integridade e a precisão dos sistemas de informação de gestão utilizados no programa de conformidade com as normas de AML (Anti-Money Laundering, ou Prevenção à Lavagem de Dinheiro); e
- Avaliar a adequação do treinamento, incluindo sua abrangência, precisão dos materiais, cronograma de treinamento e controle de frequência.
- De forma geral, o profissional de auditoria deve decidir se a abrangência e a frequência da auditoria são adequadas ao perfil de risco da empresa.

g. Audit outcome, report and recommendations

The audit will result in a signed and dated written report by the audit professional to ensure that the audit programme:

- covers all relevant components of the compliance programme as required under FIAMLA 2002 and relevant regulations;

- was adequate and effective throughout a specified period;
- identifies areas where the Company did not meet minimum legal or regulatory standards, and include actions that are required to rectify non-compliance as well as identifying areas for recommended changes in behaviour and practice to improve the effectiveness of the AML/CFT

g. Resultado da auditoria, relatório e recomendações

A auditoria resultará em um relatório escrito, assinado e datado pelo profissional de auditoria, para garantir que o programa de auditoria:

- Abrange todos os componentes relevantes do programa de conformidade, conforme exigido pela FIAMLA 2002 e regulamentos pertinentes;
- Foi adequado e eficaz durante todo o período especificado;
- Identifica as áreas em que a empresa não cumpriu os padrões legais ou regulamentares mínimos e inclui as ações necessárias para corrigir a não conformidade, bem como as áreas para recomendações de mudanças de comportamento e práticas para melhorar a eficácia da

programme's impl ementation. This includes an indication of where there are potential failings and a recommended course of action.

implementação do programa de AML/CFT (Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo). Isso inclui uma indicação de possíveis falhas e uma recomendação de ação.

A key element of the whole audit process is effective follow-up. Failure to address recommendations and findings of previous audits should be red flagged to the Board or audit committee (if applicable) and will be in any regulatory inspection. The findings of the independent audit report, highlighting recommendations and deficiencies, should be reported to senior management and to the Board of directors.

Um elemento fundamental de todo o processo de auditoria é o acompanhamento eficaz. A falta de implementação das recomendações e conclusões de auditorias anteriores deve ser comunicada ao Conselho de Administração ou ao comitê de auditoria (se aplicável) e será levada em consideração em qualquer inspeção regulatória. As conclusões do relatório de auditoria independente, destacando as recomendações e deficiências, devem ser comunicadas à alta administração e ao Conselho de Administração.

It is the responsibility of the Board of directors of the Company to take appropriate corrective actions to remediate any issues identified in the independent audit report within the specified timelines.

É responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia tomar as medidas corretivas apropriadas para sanar quaisquer problemas identificados no relatório de auditoria independente dentro dos prazos estipulados.

h. Filing to the FSC

h. Documentação enviada à FSC

Financial institutions are not required to file their independent audit report with the FSC periodically. However, the Company shall file its independent audit report for a specified period, upon the request of the FSC.

As instituições financeiras não são obrigadas a apresentar periodicamente seus relatórios de auditoria independente à FSC. No entanto, a Companhia deverá apresentar seu relatório de auditoria independente referente a um período específico, mediante solicitação da FSC.

All independent audit documentation, including, inter alia, work plan, audit scope, transaction testing, should also be properly documented and shall be made available to the FSC upon request.

Toda a documentação de auditoria independente, incluindo, entre outros, o plano de trabalho, o escopo da auditoria e os testes de transação, deve ser devidamente documentada e disponibilizada à FSC mediante solicitação.

The FSC may inter-alia, request the following information:

i. whether the Company has adequate policies and procedures in place for independent audit exercise;
ii. what AML/CFT issues have been identified;
iii. what are the controls and procedures in place to ensure that all risks identified are remediated in a timely manner;
iv. when the Company has conducted its last independent audit;
v. when the next independent audit exercise would be scheduled;
vi. whether, from a corporate governance perspective, the Company is considering of rotating the audit professional after performing audit after a specific number of years, as it deems appropriate.

A FSC poderá, entre outras coisas, solicitar as seguintes informações:

i. se a empresa possui políticas e procedimentos adequados para a realização de auditorias independentes;
ii. Quais questões de AML/CFT foram identificadas?
iii. Quais são os controles e procedimentos em vigor para garantir que todos os riscos identificados sejam remediados em tempo hábil?
iv. quando a empresa tiver realizado sua última auditoria independente;
v. Quando será agendada a próxima auditoria independente;
vi. Do ponto de vista da governança corporativa, a empresa está considerando a possibilidade de rotatividade do profissional de auditoria após a realização de auditorias, a cada determinado número de anos, conforme julgar apropriado?

17. Inspections

The Company shall be prepared at all times to attend to an Inspection by the Regulator and shall put at the disposal of the Commission all necessary information and documents as may be sought by the Regulator in alignment with section 19K of the FIAMLA 2002 (and section 43 (1) of the FSA) which provides for the following:

"A regulatory body may, at any time and in such manner as it may determine, cause to be carried out on the business premises of a member falling under its purview or at such other place as it may determine, an inspection and an audit of its books and records to verify whether the member is complying or has complied with this Act or the United Nations (Financial Prohibitions, Arms Embargo and

17. Inspeções

A Empresa deverá estar preparada em todos os momentos para atender a uma Inspeção do Regulador e deverá colocar à disposição da Comissão todas as informações e documentos necessários que o Regulador possa solicitar, em conformidade com a seção 19K da FIAMLA 2002 (e a seção 43 (1) da FSA), que prevê o seguinte:

"Um órgão regulador pode, a qualquer momento e da maneira que determinar, mandar realizar, nas instalações comerciais de um membro sob sua jurisdição ou em qualquer outro local que determinar, uma inspeção e auditoria de seus livros e registros para verificar se o membro está cumprindo ou cumpriu esta Lei ou a Lei das Nações Unidas (Proibições Financeiras, Embargo de

Travel Ban) Sanctions Act, or any regulations made or guidelines issued under those Acts."

In line with section 43A

(1) (1) The frequency and intensity of an inspection carried out under section 43 shall be determined on the basis of, but not limited to –

i. the money laundering or terrorism financing risks and policies, internal controls and procedures associated with a licensee, as assessed by the Commission;

ii. the money laundering or terrorism financing risks present in Mauritius; and

iii. the characteristics of the licensee and the degree of discretion allowed to the licensee under the risk-based approach implemented by the Commission

(2) (2) The Commission shall review the assessment of the money laundering or terrorism financing profile of a licensee as and when there are major developments in the management and operations of the licensee.

The Company shall, in alignment with section 43A (3) ensure that the Commission is provided with any information relating to its business or to the business administered or managed by it for its clients to assess the risks of money laundering, terrorist financing and proliferation financing, at such intervals and within such time as the Commission may require. In so doing, the Board of the Company shall ensure that necessary resources are provided to the relevant officers of the Company coordinating the above exercise with the Commission.

Armas e Proibição de Viagens), ou quaisquer regulamentos elaborados ou diretrizes emitidas sob essas Leis."

Em conformidade com a seção 43A

(1) A frequência e a intensidade de uma inspeção realizada ao abrigo do artigo 43.º serão determinadas com base em, mas não se limitando a:

i. os riscos de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo e as políticas, controles internos e procedimentos associados a um licenciado, conforme avaliado pela Comissão;

ii. os riscos de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo presentes em Maurício; e

iii. As características do licenciado e o grau de discricionariedade permitido ao licenciado no âmbito da abordagem baseada no risco implementada pela Comissão.

(2) A Comissão deverá rever a avaliação do perfil de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo de um licenciado sempre que ocorram desenvolvimentos importantes na gestão e nas operações do mesmo.

A Empresa deverá, em conformidade com a secção 43A (3), assegurar que a Comissão receba todas as informações relativas à sua atividade ou à atividade por ela administrada ou gerida para os seus clientes, a fim de avaliar os riscos de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação, nos intervalos e prazos que a Comissão possa exigir. Ao fazê-lo, o Conselho de Administração da Empresa deverá assegurar que sejam disponibilizados os recursos necessários aos responsáveis da Empresa que coordenam o referido exercício junto da Comissão.

The Company shall keep records of such inspections and inform the Board members of the process and outcomes in a timely manner.

A empresa deverá manter registros dessas inspeções e informar os membros do Conselho de Administração sobre o processo e seus resultados em tempo hábil.

18. Summary of offences

The FIAMLA and FIAML Regulations 2018 state offences related to ML and TF (as explained above). Some of these offences, as applicable to financial institutions, are listed below for ease of reference:

Section 3 of the FIAMLA states:

(1) Any person who –

(a) engages in a transaction that involves property which is, or in whole or in part directly or indirectly represents, the proceeds of any crime; or

(b) receives, is in possession of, conceals, disguises, transfers, converts, disposes of, removes from or brings into Mauritius any property which is, or in whole or in part directly or indirectly represents, the proceeds of any crime, where he suspects or has reasonable grounds for suspecting that the property is derived or realized, in whole or in part, directly or indirectly from any crime, shall commit an offence.

(2) A bank, financial institution, cash dealer or member of a relevant profession or occupation that fails to take such measures as are reasonably necessary to ensure that neither it nor any service offered by it, is capable of being used by a person to commit or to facilitate the commission of a money laundering offence or the financing of terrorism shall commit an offence.

18. Resumo das infrações

Os Regulamentos FIAMLA e FIAML de 2018 definem os crimes relacionados com o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (conforme explicado acima). Alguns desses crimes, aplicáveis às instituições financeiras, estão listados abaixo para facilitar a consulta:

A Seção 3 da FIAMLA estabelece:

(1) Qualquer pessoa que –

(a) se envolver em uma transação que envolva bens que sejam, ou que representem total ou parcialmente, direta ou indiretamente, o produto de qualquer crime; ou

(b) receber, possuir, ocultar, disfarçar, transferir, converter, dispor, remover ou introduzir em Maurício qualquer propriedade que seja, ou no todo ou em parte direta ou indiretamente represente, o produto de qualquer crime, quando suspeitar ou tiver motivos razoáveis para suspeitar que a propriedade é derivada ou realizada, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, de qualquer crime, cometerá um crime.

(2) Um banco, instituição financeira, comerciante de dinheiro ou membro de uma profissão ou ocupação relevante que não tome as medidas razoavelmente necessárias para garantir que nem ele nem qualquer serviço por ele oferecido seja capaz de ser usado por uma pessoa para cometer ou facilitar a prática de um crime de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, cometerá um crime.

(3) In this Act, reference to concealing or disguising property which is, or in whole or in part, directly or indirectly, represents, the proceeds of any crime, shall include concealing or disguising its true nature, source, location, disposition, movement or ownership of or rights with respect to it.

(3) Nesta Lei, a referência a ocultar ou disfarçar bens que sejam, ou que no todo ou em parte, direta ou indiretamente, representem, o produto de qualquer crime, incluirá ocultar ou disfarçar a sua verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade ou direitos a eles relacionados.

Section 4 of the FIAMLA states:

A Seção 4 da FIAMLA estabelece:

Without prejudice to section 109 of the Criminal Code (Supplementary) Act, any person who agrees with one or more other persons to commit an offence specified in section 3(1) and (2) shall commit an offence.

Sem prejuízo do disposto no artigo 109.º da Lei do Código Penal (Suplementar), qualquer pessoa que concorde com uma ou mais pessoas em cometer uma infração especificada no artigo 3.º (1) e (2) comete uma infração.

Section 5 of the FIAMLA states:

A Seção 5 da FIAMLA estabelece:

(1) Notwithstanding section 37 of the Bank of Mauritius Act 2004, but subject to subsection (2), any person who makes or accepts any payment in cash in excess of 500,000 rupees or an equivalent amount in foreign currency, or such amount as may be prescribed, shall commit an offence.

(1) Não obstante o disposto no artigo 37.º da Lei do Banco da Maurícia de 2004, mas sujeito ao disposto no n.º (2), qualquer pessoa que efetue ou aceite qualquer pagamento em numerário superior a 500.000 rupias ou a um montante equivalente em moeda estrangeira, ou a um montante que possa ser prescrito, comete uma infração.

(2) Subsection (1) shall not apply to an exempt transaction.

(2) A subsecção (1) não se aplica a uma transação isenta.

Section 8 of the FIAMLA states:

A Seção 8 da FIAMLA estabelece:

(1) Any person who -

(1) Qualquer pessoa que -

(a) commits an offence under this Part; or

(a) comete uma infração nos termos desta Parte; ou

(b) disposes or otherwise deals with property subject to a forfeiture order under subsection (2), shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding 2 million rupees and to penal servitude for a term not exceeding 10 years.

(b) alienar ou de outra forma lidar com bens sujeitos a uma ordem de confisco nos termos do parágrafo (2), será, mediante condenação, passível de multa não superior a 2 milhões de rupias e de prisão penal por um período não superior a 10 anos.

(2) Any property belonging to or in the possession or under the control of any person

(2) Qualquer propriedade pertencente, na posse ou sob o controlo de qualquer pessoa

who is convicted of an offence under this Part shall be deemed, unless the contrary is proved, to be derived from a crime and the Court may, in addition to any penalty imposed, order that the property be forfeited.

(3) Sections 150, 151 and Part X of the Criminal Procedure Act and the Probation of Offenders Act shall not apply to a conviction under this Part.

Section 16 (3A) of FIAMLA states:

Legal consequences of reporting

Any person who fails to comply with subsection (1) shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding 5 million rupees and to imprisonment for a term not exceeding 10 years.

Section 17(C) (6) of FIAMLA states:

Customer due diligence requirements

Any person who knowingly provides any false or misleading information to a reporting person in connection with CDD requirements under the FIAMLA or any guidelines issued under this Act shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding 500, 000 rupees and to imprisonment for a term not exceeding 5 years.

Section 19 of FIAMLA states:

Offences relating to obligation to report and keep records and to disclosure of information prejudicial to a request

(1) Any reporting person, or any director, employee, agent or other legal representative

condenada por uma infração ao abrigo desta Parte será considerada, salvo prova em contrário, como proveniente de um crime e o Tribunal poderá, para além de qualquer pena imposta, ordenar que a propriedade seja confiscada.

(3) As secções 150, 151 e a Parte X da Lei do Processo Penal e a Lei da Liberdade Condicional dos Infratores não se aplicam a uma condenação ao abrigo desta Parte.

A Seção 16 (3A) da FIAMLA estabelece:

Consequências legais da denúncia

Qualquer pessoa que não cumprir o disposto na subseção (1) cometerá uma infração e, se condenada, estará sujeita a uma multa não superior a 5 milhões de rupias e a uma pena de prisão não superior a 10 anos.

A Seção 17(C) (6) da FIAMLA estabelece:

Requisitos de due diligence do cliente

Qualquer pessoa que, conscientemente, fornecer informações falsas ou enganosas a um responsável pela prestação de contas em relação aos requisitos de CDD (Due Diligence do Cliente) previstos na FIAMLA (Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo) ou em quaisquer diretrizes emitidas ao abrigo desta Lei, cometerá uma infração e, se condenada, estará sujeita a uma multa não superior a 500.000 rupias e a uma pena de prisão não superior a 5 anos.

A Seção 19 da FIAMLA estabelece:

Infrações relacionadas à obrigação de relatar e manter registros e à divulgação de informações prejudiciais a uma solicitação.

(1) Qualquer pessoa declarante, ou qualquer diretor, funcionário, agente ou outro

of a reporting person who, knowingly or without reasonable excuse –

(a) fails to comply with Sections 17, 17A, 17B. 17C, 17D, 17E, 17F or 17G;

(b) destroys or removes any record, register or document which is required under this Act or any regulations; or

(c) facilitates or permits the performance under a false identity of any transaction falling within this Part, shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding 10 million rupees and to imprisonment for a term not exceeding 5 years.

(2) Any person who –

(a) falsifies, conceals, destroys or otherwise disposes of or causes or permits the falsification, concealment, destruction or disposal of any information, document or material which is or is likely to be relevant to a request to under the Mutual Assistance in Criminal and Related Matters Act 2003; or knowing or suspecting that an investigation into a money laundering offence has been or is about to be conducted, divulges that fact or other information to another person whereby the making or execution of a request to under the Mutual Assistance in Criminal and Related Matters Act 2003 is likely to be prejudiced, shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to a fine not exceeding one million rupees and to imprisonment for a term not exceeding 5 years.

Section 19E of FIAMLA states:

Duty to provide information

Any person who fails to comply with a request made under subsection (2)(b) shall commit an offence and shall, on conviction, be liable to

representante legal de uma pessoa declarante que, conscientemente ou sem justificativa razoável –

(a) não cumprir as Seções 17, 17A, 17B, 17C, 17D, 17E, 17F ou 17G;

(b) destrói ou remove qualquer registo, cadastro ou documento que seja exigido por esta Lei ou por quaisquer regulamentos; ou

(c) facilitar ou permitir a realização, sob identidade falsa, de qualquer transação abrangida por esta Parte, constitui uma infração e, se condenado, estará sujeito a uma multa não superior a 10 milhões de rupias e a pena de prisão não superior a 5 anos.

(2) Qualquer pessoa que –

(a) falsificar, ocultar, destruir ou de outra forma dispor, ou causar ou permitir a falsificação, ocultação, destruição ou disposição de qualquer informação, documento ou material que seja ou possa ser relevante para um pedido ao abrigo da Lei de Assistência Mútua em Matérias Criminais e Afins de 2003; ou, sabendo ou suspeitando que uma investigação sobre um crime de lavagem de dinheiro foi ou está prestes a ser conduzida, divulgar esse facto ou outras informações a outra pessoa, de modo que a elaboração ou execução de um pedido ao abrigo da Lei de Assistência Mútua em Matérias Criminais e Afins de 2003 possa ser prejudicada, cometerá um crime e, se condenado, estará sujeito a uma multa não superior a um milhão de rupias e a uma pena de prisão não superior a 5 anos.

A Seção 19E da FIAMLA estabelece:

Dever de fornecer informações

Qualquer pessoa que não cumprir um pedido feito ao abrigo da subsecção (2)(b) cometerá uma infração e, se condenada, estará sujeita

a fine not exceeding one million rupees and to imprisonment for a term not exceeding 5 years.

FIAML Regulations 2018

Regulation 33 states that any person who contravenes these regulations shall commit an offence and shall on conviction, be liable to a fine not exceeding one million rupees and to imprisonment for a term not exceeding 5 years.

Section 51 (1) FCC 2023

Penalty for breach of guidelines

Where a person breaches, without reasonable excuse, the provisions of any guidelines issued by the Commission, he shall be liable to pay to the Commission a penalty representing 10,000 rupees per month or part of the month, until such time as the breach is remedied, provided that the total penalty payable shall not exceed one million rupees. (2) Any person who is dissatisfied with a decision of the Commission under to subsection (1) may, within 28 days of the imposition of the penalty, apply to the Supreme Court for a judicial review of such decision.

Section 146 FCC 2023

Ordering deprivation of monetary benefits and property

Where a person is convicted of an offence under this Act and the Court is satisfied that, as a result of committing the offence, the person has benefited from monetary benefits or from a property, the Court may, in addition to the fine and imprisonment imposed for that offence, order the person to pay a penalty in an amount not exceeding 100 times the amount of the monetary benefits or value of the property and that penalty shall be recovered in the same manner as a fine.

a uma multa não superior a um milhão de rupias e a uma pena de prisão não superior a 5 anos.

Regulamentos da FIAML de 2018

O artigo 33º estabelece que qualquer pessoa que infringir este regulamento cometerá uma infração e, se condenada, estará sujeita a uma multa não superior a um milhão de rupias e a uma pena de prisão não superior a 5 anos.

Seção 51 (1) FCC 2023

Penalidade por violação das diretrizes

(1) Caso uma pessoa viole, sem justificativa razoável, as disposições de quaisquer diretrizes emitidas pela Comissão, estará sujeita ao pagamento à Comissão de uma multa correspondente a 10.000 rupias por mês ou fração de mês, até que a violação seja sanada, desde que o valor total da multa a pagar não exceda um milhão de rupias. (2) Qualquer pessoa que esteja insatisfeita com uma decisão da Comissão nos termos do inciso (1) poderá, no prazo de 28 dias a contar da imposição da multa, solicitar ao Supremo Tribunal a revisão judicial dessa decisão.

Seção 146 FCC 2023

Ordenar a privação de benefícios monetários e de propriedade.

Quando uma pessoa for condenada por uma infração nos termos desta Lei e o Tribunal estiver convencido de que, como resultado da prática da infração, a pessoa obteve benefícios monetários ou de um bem, o Tribunal poderá, além da multa e da pena de prisão impostas por essa infração, ordenar que a pessoa pague uma penalidade em um valor não superior a 100 vezes o valor dos benefícios monetários ou o valor do bem, e

essa penalidade será cobrada da mesma forma que uma multa.

Section 150 (1) FCC 2023

Compounding of offences

The Commission may compound any offence committed by any person under this Act or under the Declaration of Assets Act where that person agrees, in writing, to pay such amount, not exceeding the maximum penalty specified for the offence, as may be acceptable by the Commission.

Seção 150 (1) FCC 2023

Composição de delitos

A Comissão poderá celebrar acordo para qualquer infração cometida por qualquer pessoa ao abrigo desta Lei ou da Lei de Declaração de Bens, desde que essa pessoa concorde, por escrito, em pagar um montante, não superior à pena máxima prevista para a infração, que seja aceitável pela Comissão.

19. DUTIES AND OBLIGATIONS SUMMARY

A. Director Duties

Key responsibilities of the Directors of the Company shall be to:

- Develop a strategic plan to advance the Company's mission and objectives and to promote revenue, profitability, and growth as an organization.
- Review activity reports and financial statements to determine progress and status in attaining objectives and revise objectives and plans in accordance with current conditions.
- Oversee foreign operations to include evaluating operating and financial performance.
- Promote the Company to local, regional, national, and international constituencies.

19. RESUMO DAS FUNÇÕES E OBRIGAÇÕES

A. Deveres do Diretor

As principais responsabilidades dos Diretores da Empresa serão:

- Desenvolver um plano estratégico para promover a missão e os objetivos da empresa, bem como impulsionar a receita, a lucratividade e o crescimento da organização.
- Analisar relatórios de atividades e demonstrações financeiras para determinar o progresso e o status em relação ao alcance dos objetivos e revisar os objetivos e planos de acordo com as condições atuais.
- Supervisionar as operações no exterior, incluindo a avaliação do desempenho operacional e financeiro.
- Promover a empresa junto aos públicos local, regional, nacional e internacional.

- Evaluate performance of executives for compliance with established policies and objectives of the company and contributions in attaining objectives.
- Oversee Company operations to insure production efficiency, quality, service, and cost-effective management of resources.
- Troubleshooting trading related issues.
- Assert appropriate trade execution at Liquidity Provider.

- Avaliar o desempenho dos executivos quanto ao cumprimento das políticas e objetivos estabelecidos pela empresa, bem como suas contribuições para o alcance desses objetivos.
- Supervisionar as operações da empresa para garantir a eficiência da produção, a qualidade, o serviço e a gestão rentável dos recursos.
- Solução de problemas relacionados a negociações.
- Garantir a execução adequada das ordens no Provedor de Liquidez.

General Director duties under Mauritian Law

Any director of the Company must as from the date of his appointment:

- Comply with certain duties and obligations as set out under the Companies Act 2001 of Mauritius (the " Act ").
- These duties and obligations will apply in the same way to 'alternate directors'.

Deveres do Diretor-Geral de acordo com a legislação mauriciana.

Qualquer diretor de a Empresa deve como de o data de dele encontro:

- Cumprir com certo obrigações e obrigações como definir fora sob o Empresas Agir 2001 de Maurício (o " **Agir** ").
- Esses obrigações e obrigações aplicar em o mesmo caminho para 'alternar diretores.

a) ATTENDANCE AT MEETINGS

Directors should attend meetings of the Company with reasonable regularity, unless prevented from doing so by illness or reasonable excuse.

Private companies may operate on a more relaxed regime and the attendance at meetings of the directors of the company would depend upon how a particular Company's business is organized and the

a) PRESENÇA EM REUNIÕES

Os diretores devem comparecer às reuniões da empresa com antecedência razoável. regularidade, a menos que impedido de fazendo então Por motivo de doença ou justificativa razoável.

As empresas privadas podem operar em um regime mais flexível e a presença nas reuniões dos diretores da empresa dependerá de como um especial Da empresa negócios é organizado e o papel

part which the director could reasonably be expected to play.

Also, a director who tenders an apology prior to the meeting and has that apology accepted by the Board could be considered to have a “reasonable excuse”.

Where a director is not able to attend a meeting of the directors, he may appoint an alternate to act in his stead.

- In compliance with the provisions of the Act, an alternate director has the same rights, duties and liabilities as any other director in the same position.

qual o diretor poderia razoavelmente ser esperado jogar .

Também, um diretor Quem licitações um desculpa anterior para a reunião e tem que desculpa aceito por o Quadro poderia ser considerado para ter um *"razoável desculpa"* .

Caso um diretor não possa comparecer a uma reunião do conselho de administração, ele poderá nomear um substituto para agir em seu lugar.

- Em conformidade com as disposições da Lei, um diretor suplente tem os mesmos direitos. obrigações e passivos como qualquer outro diretor em o mesma posição.

b) DISCLOSURE OF INTEREST (SECTION 143(1)(I) OF ACT)

If directors are interested in a transaction to which the Company is a party, then they have a duty to disclose such interest 18 to the board of the Company prior to entering

b) DECLARAÇÃO DE INTERESSE (ARTIGO 143(1)(I) DA LEI)

Caso os diretores estejam interessados em uma transação na qual a Empresa esteja envolvida, é um festa, então eles ter um obrigação para divulgar tal interesse [20]ao

[20] Significado de "interessado"

UM diretor de um empresa podemos ser interessado em um transação da qual a empresa é parte, incluindo, entre outras, aquelas em que o diretor é parte para, ou podemos ou poderia derivar um material financeiro aproveitar o transação ou tem um material financeiro interesse em ou com outra parte envolvida na transação.

Nem todas as transações se enquadram no âmbito da seção mencionada acima. Transações entre holdings e subsidiárias estão excluídas.

Em um privado empresa , sujeita à constituição da empresa, a interessado diretor poderia ainda comparecer à reunião e votar em qualquer assunto relacionado à transação, desde que tenha divulgado seu interesse nos termos da Seção 148 de o Agir. Ele poderia também sinal qualquer documento em relação à transação em nome de de a empresa.

into such transactions and record such interest in the interest register of the Company.[20]

Note that a failure by a director to comply with the disclosure requirement shall not affect the validity of a transaction entered into by the Company or the director.

A director of the Company shall not be required to comply with the disclosure requirement under Section 148 of the Act where the transaction or proposed transaction is between the director and the Company; and the transaction or proposed transaction is or is to be entered into in the ordinary course of the Company's business and on usual terms and conditions.

conselho da empresa antes da celebração de tais transações . e registro tal interesse em o interesse registro de a Empresa.

Note-se que o incumprimento, por parte de um administrador, da obrigação de divulgação não afetará a validade de uma transação celebrada pela empresa ou pelo administrador.

Um diretor da empresa não será obrigado a cumprir a exigência de divulgação prevista na Seção 148 da Lei quando a transação ou proposta de transação for entre o diretor e o Empresa; e o A transação ou transação proposta está sendo ou será realizada no curso normal dos negócios da Empresa e em termos e condições usuais.

c) EXERCISE DEGREE OF CARE, DILIGENCE AND SKILL AND ACT IN THE BEST INTEREST OF THE COMPANY

Directors should exercise their powers honestly in good faith in the best interests of the Company and for the respective

c) EXERCER GRAU DE CUIDADO, DILIGÊNCIA E HABILIDADE E AGIR NO MELHOR INTERESSE DA EMPRESA

Os administradores devem exercer seus poderes honestamente, de boa-fé, no melhor interesse da empresa e para os

---

Meaning of "interested"

A director of a company is interested in a transaction to which the company is a party if, among other things, the director is a party to, or will or may derive a material financial benefit from, the transaction, or has a material financial interest in another party to the transaction.

Not all transactions fall within the scope of the above section. Transactions between holding companies and subsidiaries are excluded.

In a private company, subject to the company's constitution, an interested director may still attend the meeting and vote on any matter relating to the transaction, provided that he has disclosed his interest under Section 148 of the Act. He may also sign any document relating to the transaction on behalf of the company.

purposes for which such powers are explicitly and impliedly conferred.

respectivos fins para os quais tais poderes são conferidos, explícita e implicitamente.

Directors should exercise such degree of care, diligence and skill that a reasonably prudent person would exercise in comparable circumstances.

Os diretores devem exercer esse grau de cuidado, diligência e habilidade que um razoavelmente prudente pessoa seria exercício Em circunstâncias comparáveis.

A director of a company which is a wholly-owned subsidiary may, when exercising powers or performing duties as a director, if expressly permitted to do so by the constitution of the company, act in a manner which he believes is in the best interests of that company's holding company even though it may not be in the best interests of the company

Um diretor de uma empresa que seja subsidiária integral pode, ao exercer poderes ou desempenhar funções. como um diretor, se expressamente permitido para fazer então por a constituição da empresa, agir de uma maneira que ele acredita é em o melhor interesses disso da empresa empresa holding até no entanto isto poderia não ser em o melhor interesses do empresa

A director of a company which is a subsidiary, other than a wholly-owned subsidiary, may, when exercising powers or performing duties as a director, if expressly permitted to do so by the constitution of the company and with the prior agreement of the shareholders (other than its holding company), act in a manner which he believes is in the best interests of that company's holding company even though it may not be in the best interests of the company.

UM diretor de um empresa qual é um subsidiária, outro que uma empresa totalmente detida subsidiária, poderia, quando exercícios poderes ou realizando obrigações como um diretor, se expressamente permitido para façam isso pela constituição de a empresa e com o prévio acordo dos acionistas (exceto sua controladora), agir em um maneiras qual ele acredita é em o melhores interesses de que da empresa contenção empresa até embora possa não ser do melhor interesse de a empresa.

d) ACTIONS TO BE DULY AUTHORIZED

d) AÇÕES A SEREM DEVIDAMENTE AUTORIZADAS

Directors should exercise their powers in accordance with the Companies Act of 2001 and within the limits and subject to the

Diretores deve exercício deles poderes em conformidade de acordo com a Lei das Sociedades de 2001 e dentro dos limites e sujeitos a ela. para o condições e restrições

conditions and restrictions established by the company's constitution.

Directors should obtain the authorization of a meeting of shareholders before doing any act or entering into any transaction for which the authorization or consent of a meeting of shareholders is required by the Companies Act 2001 or the company's constitution.

estabelecido por a constituição da empresa.

Diretores deve obter o autorização de um reunião dos acionistas antes de praticar qualquer ato ou celebrar qualquer transação que exija autorização ou consentimento da assembleia. de acionistas é obrigatório por o Empresas Lei de 2001 ou o estatuto da empresa.

"Major Transaction"

Section 130 of the Act provides that a company shall not enter into a 'major transaction' unless the transaction is:

(a) approved by special resolution, or

contingent on approval by special resolution

Major transaction means:

- → the acquisition of, or an agreement to acquire, whether contingent or not, assets, the value of which is more than 75% of the value of the company's assets before the acquisition;
- → the disposition of or an agreement to dispose of, whether contingent or not, assets of the company, the value of which is more than 75% of the value of the company's assets before the disposition; or
- → a transaction that has or is likely to have the effect of the company acquiring rights or interests or incurring obligations or liabilities the

"Principal Transação"

Seção 130 de o Agir fornece que um empresa podemos não entrar em um 'principal transação' a menos que o transação é:

(a) aprovado por especial resolução, ou

contingente sobre aprovação por especial resolução

Principal transação significa:

- → o aquisição de, ou um acordo para adquirir, sejam contingentes ou não, os ativos, o valor de que é mais do que 75% de o valor do da empresa ativos antes da aquisição;
- → a alienação ou um acordo para alienar, seja contingente ou não, ativos de o empresa, o valor dos quais é mais que 75% do valor dos ativos da empresa antes da alienação; ou
- → um transação que tem ou é provável para ter o efeito do empresa adquirindo direitos ou interesses ou contrair obrigações ou passivos cujo

value of which is more than 75% of the value of the company's assets before the transaction

Also note that, a simple ordinary resolution of shareholders would be required where the aforesaid transaction involves more than 50% of the value of the company's assets before the transaction.

Furthermore, it is to be noted that the requirement under Section 130 of the Act does not apply to Investment Companies as defined in the Act and may, for Category One or Category Two Global Business companies, be disapplied by a unanimous shareholders' re solution. However, the unanimous shareholders' resolution will have to be renewed each time there is a change in shareholders by reason of a transfer of shares, issue of shares to new shareholders or by death, bankruptcy or otherwise.

e) COMPETITION WITH THE COMPANY

Directors should not compete with the company or become a director or officer of a competing company, unless it is approved by the company.

f) KEEPING OF ACCOUNTING RECORDS

Directors should keep proper accounting records in accordance with Act and make such records available for inspection.

g) INSOLVENCY

valor seja superior a 75% de o valor de o da empresa ativos antes da transação

Note-se ainda que, uma simples deliberação ordinária dos acionistas será necessária sempre que a referida transação envolver mais de 50% do valor dos ativos da empresa antes da transação.

Além disso, cabe observar que a exigência do Artigo 130 da Lei não se aplica às Sociedades de Investimento, conforme definidas na Lei, e pode, para empresas de Negócios Globais de Categoria Um ou Categoria Dois, ser dispensada por resolução unânime dos acionistas. No entanto, o unânime acionistas resolução vai precisa ser renovado cada tempo lá é um mudar em acionistas em razão de transferência de ações, emissão de ações para novos acionistas ou por falecimento, falência ou outros motivos.

e) CONCORRÊNCIA COM A EMPRESA

Os diretores não devem competir com a empresa nem se tornar diretores ou executivos de uma empresa concorrente, a menos que seja aprovado pela empresa.

f) MANUTENÇÃO DE REGISTROS CONTÁBEIS

Os diretores devem manter registros contábeis adequados, de acordo com com Agir e fazer tal registros disponível para inspeção.

g) INSOLVÊNCIA

Where directors believe that the company is unable to pay its debts as they fall due, they should forthwith call a meeting of the Board to consider whether the Board should appoint a liquidator or an administrator.

Onde diretores acreditar que o empresa é impossível para Se a empresa pretende pagar suas dívidas à medida que vencem, deve convocar imediatamente uma reunião do Conselho de Administração para deliberar sobre a nomeação de um liquidatário ou de um administrador judicial.

"Solvency test"

"Teste de solvência"

The law provides that a certain number of transactions cannot be approved by the Board of directors unless the directors are satisfied that the company would, upon such transactions being effected, satisfy the solvency test. The directors would be required to sign a Solvency Certificate stating that, in their opinion, the company shall satisfy the solvency test upon the transactions being effected.

A lei prevê que um certo número de transações não pode ser aprovado pelo Conselho de Administração, a menos que os diretores... são satisfeito que o empresa seria, sobre tais transações ser efetuado, satisfazer o solvência teste. Os diretores seria ser obrigatório para sinal um Solvência Certificado declarando que, em deles opinião, o empresa podemos satisfazer o teste de solvência no momento da efetivação das transações.

Examples would be:

- ⚫ Making distributions
- ⚫ Acquisition or redemption of company's own shares [Sect. 68 of the Act]
- ⚫ Financial assistance in connection with purchase of shares [Sect. 81 of the Act]
- Reduction of stated capital [Sect. 68(4) of the Act]

Exemplos seria ser:

- Fazendo distribuições
- Aquisição ou redenção de da empresa ter ações [Seção 68 de a Lei]
- Financeiro assistência em conexão com comprar de ações [Seção 81 de a Lei]
- Redução de declarou capital [Seção. 68(4) de o Agir]

SATISFYING THE solvency test?

Aprovado no teste de solvência?

For the purposes of the Act, a company shall satisfy the solvency test where:

(a) the company is able to pay its debts as they become due in the normal course of business; and

(b) the value of the company's assets is greater than the sum of :

(i) the value of its liabilities; and

(ii) the company's stated capital.

Para efeitos de Nos termos da Lei, uma empresa deverá satisfazer o teste de solvência quando:

(a) o empresa é capaz para pagar isso é dívidas como eles tornam-se devidos no curso normal de negócios; e

(b) o valor de o da empresa ativos é maior que a soma de :

(i) o valor de isso é passivos; e

(ii) o capital social declarado da empresa.

In determining whether the value of a company's assets is greater than the value of its liabilities, the Board may take into account the most recent financial statements of the company, prepared in accordance with the International Accounting Standards.

Em determinando se o valor de um da empresa ativos é maior que o valor de isso é passivos, o Quadro poderia Levar em consideração as demonstrações financeiras mais recentes da empresa, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

h) POWERS OF DIRECTORS NOT TO BE DELEGATED

- Section 52: Powers of the Board to issue shares at any time, to any person and in any number

- Section 56: Consideration for issue of shares

  In issuing shares, the Board shall determine the amount of the consideration for which the shares shall be issued and shall ensure that such consideration is fair and reasonable to

h) PODERES DOS DIRETORES NÃO PODEM SER DELEGADOS

- Seção 52: Poderes de o Quadro para emitir ações no a qualquer momento, para qualquer pessoa e em qualquer número.

- Seção 56: Consideração para emitir de ações

  Em emissão ações, o Quadro podemos determinar o O valor da contraprestação pela qual as ações serão emitidas deverá ser definido, e a empresa deverá garantir que essa contraprestação seja

the company and to all existing shareholders.

- ⚫ Section 57(3): Shares not paid in cash
- Section 61: Board to authorize distribution
- ⚫ Section 64: Issuing shares in lieu of dividends
- ⚫ Section 65: Offering shareholders discounts
- ⚫ Section 69: Purchase of own shares
- ⚫ Section 78: Redemption of shares at option of Company
- Section 81: Restriction on giving financial assistance
- ⚫ Section 88: Change of registered office
- ⚫ Section 246 and 247: Amalgamation proposal

i) Change in personal particulars of directors

Under Section 142 of the Act, if there are any changes in the personal particulars of directors as recorded, such as name, address, passport number etc, they are required to provide details of such changes in the prescribed form to the Registrar of Companies.

justa e razoável para a empresa e para todos os acionistas existentes .

- Seção 57(3): Ações não pago em dinheiro
- Seção 61: Quadro para autorizar distribuição
- Seção 64: Emissão ações em lugar de dividendos
- Seção 65: Oferta acionistas descontos
- Seção 69: Comprar de ter ações
- Seção 78: Redenção de ações no opção da Empresa
- Seção 81: Restrição sobre dando financeiro assistência
- Seção 88: Mudar de registrado escritório
- Seção 246 e 247: Amalgamação proposta

i) Alteração nos dados pessoais dos diretores

Sob Seção 142 do Agir, se houver são qualquer mudanças Nos dados pessoais dos diretores, conforme registrados, como nome, endereço, número do passaporte etc., eles são obrigados a fornecer detalhes de tal mudanças em o prescrito forma ao Secretário de Estado de Empresas.

B. Dealing Team

The Dealing Team shall ensure discharge of operations is done professionally, efficiently and in a manner that complies with Mauritius laws and international best practice. Some of the main responsibilities of dealing team shall be to:

- Make important policy, planning, and strategy decisions.
- Develop, implement and review operational policies and procedures.
- Oversee budgeting, reporting, planning, and auditing.
- Supervise traders and other personnel while ensuring regulatory and internal compliance.
- Monitor and handle client risk management during the intra-day trading session.
- Set up a trading system compatible with Reuters that triggers buy and sell signals on a daily basis.
- Liaise with banks to monitor the liquidity and manage the settlement among clients, the Company and the stock market.
- To study and analyse the condition of the market and conduct detailed research on the financial, social, and economic data and information.
- To recommend ideas and suggestions in order to improve the present algorithms or help in the creation of new ones.
- To design potential strategies related to trading and determine a course of action that needs to be taken.
- To evaluate the risk involved and make appropriate decisions and prepare the relevant reports.
- To constantly monitor and review the transactions to verify the accuracy and ensure that they are in conformance with the rules and regulations.

B. Equipe de Negociação

A Equipe de Operações deverá assegurar que as operações sejam realizadas de forma profissional, eficiente e em conformidade com as leis de Maurício e as melhores práticas internacionais. Algumas das principais responsabilidades da equipe de operações serão:

- Tomar decisões importantes em matéria de políticas, planejamento e estratégia.
- Desenvolver, implementar e rever políticas e procedimentos operacionais.
- Supervisionar o orçamento, a elaboração de relatórios, o planejamento e a auditoria.
- Supervisionar os operadores de mercado e outros funcionários, garantindo a conformidade com as normas regulamentares e internas.
- Monitorar e gerenciar o risco do cliente durante a sessão de negociação intradiária.
- Configure um sistema de negociação compatível com a Reuters que dispare sinais de compra e venda diariamente.
- Interagir com os bancos para monitorar a liquidez e gerenciar a liquidação entre clientes, a empresa e o mercado de ações.
- Estudar e analisar a situação do mercado e realizar pesquisas detalhadas sobre os dados e informações financeiras, sociais e econômicas.
- Recomendar ideias e sugestões para melhorar os algoritmos existentes ou auxiliar na criação de novos.
- Desenvolver estratégias potenciais relacionadas à negociação e determinar o curso de ação necessário.
- Avaliar os riscos envolvidos, tomar as decisões adequadas e elaborar os relatórios pertinentes.
- Monitorar e revisar constantemente as transações para verificar a precisão e garantir que estejam em conformidade com as regras e regulamentos.

- Collaborate with the board of the Company and the compliance team of the Company to furnish timely and necessary information and reports.

- Colaborar com o conselho de administração e a equipe de compliance da empresa para fornecer informações e relatórios necessários e em tempo hábil.

C. Shareholder Duties/Obligations

A shareholder of the Company must, as from the date of his/her name is entered into the share register of the Company, comply with certain duties and obligations as set out under the Companies Act 2001 of Mauritius (the " Act ").

C. Deveres/Obrigações dos Acionistas

UM acionista de a empresa deve, como de o data de dele/dela O nome é inserido no registro de ações da empresa, em conformidade. com certo obrigações e obrigações como definir fora sob o Empresas Agir 2001 de Maurício (o " **Agir** ").

In General

Traditionally, shareholders are the owners of the company and provide financial backing in return for potential dividends or other compensation over the lifetime of a company.

A shareholder doesn't manage the day-to-day business of the company as this is handled by the board of directors. However, decisions in relation to the company's goals and overall performance often require

- Changes to the constitution of the company
- Declaring a final dividend
- Reducing the capital of the company
- Re-appointing a statutory auditor
- Winding up the company by way of voluntary liquidation

Shareholders' decisions can be made by written resolution or at general meetings, where shareholders discuss the company's performance and vote on relevant resolutions.

Em geral

Tradicionalmente, os acionistas são os proprietários da empresa e fornecem apoio financeiro em troca de potenciais dividendos ou outras remunerações ao longo da vida útil da empresa.

Um acionista não administra o dia a dia da empresa, pois essa responsabilidade cabe ao conselho de administração. No entanto, decisões relacionadas aos objetivos e ao desempenho geral da empresa geralmente exigem a aprovação dos acionistas, incluindo (mas não se limitando a) as seguintes:

- Alterações nos estatutos da empresa
- Declarar um dividendo final.
- Reduzir o capital da empresa
- Reconduzir um auditor estatutário
- Encerramento da empresa por meio de liquidação voluntária.

As decisões dos acionistas podem ser tomadas por meio de resolução escrita ou em assembleias gerais, onde os acionistas discutem o desempenho da empresa e votam nas resoluções pertinentes.

There are two types of general meetings, annual general meeting (AGM), which are held once a year and extraordinary general meeting (EGM), which take place when required.

Unless the company's constitution provides otherwise, the shareholder may appoint a proxy to attend and vote in his/her place when he/she is unable to attend a general meeting.

Though it is not possible for shareholders to amend decisions made by directors or interfere with the running of the company, it is possible for them to convene a general meeting and raise a motion to remove a director,

Existem dois tipos de assembleias gerais: a assembleia geral ordinária (AGO), que é realizada uma vez por ano, e a assembleia geral extraordinária (AGE), que ocorre quando necessário.

A menos que os estatutos da empresa disponham de forma diversa, o acionista pode nomear um procurador para comparecer e votar em seu lugar quando estiver impossibilitado de comparecer a uma assembleia geral.

Embora os acionistas não possam alterar decisões tomadas pelos diretores ou interferir na gestão da empresa, eles podem convocar uma assembleia geral e apresentar uma moção para destituir um diretor, ou todo o conselho, ou podem alterar o estatuto social para restringir os poderes do diretor.

D. Duties of the shareholders of the Company

The fundamental duties of the shareholders of the Company include:

j) Attendance & Voting at Shareholder meetings

k) Disclosure of Interest

l) Inform the Company Secretary of changes in personal particulars for relevant and timely due diligence exercises and filings with the Registrar of Companies

m) Brainstorming and deciding the powers they will bestow upon the Company's directors, including appointing and removing the directors of the Company from office.

n) Deciding on how much the directors of the Company receive for their salary, unless waived or otherwise convened with each relevant stakeholder.

D. Deveres dos acionistas da empresa

Os deveres fundamentais dos acionistas da Companhia incluem:

j) Presença e votação nas assembleias de acionistas.

k) Declaração de Interesses

l) Informar o Secretário da Empresa sobre quaisquer alterações nos dados pessoais para fins de diligência prévia e arquivamento junto ao Registro de Empresas, garantindo a devida agilidade e conformidade com as normas vigentes.

m) Realizar um brainstorming e decidir sobre os poderes que serão conferidos aos diretores da empresa, incluindo a nomeação e a destituição dos diretores do cargo.

n) Decidir sobre o valor da remuneração dos diretores da empresa, salvo se houver renúncia a esse direito ou se o assunto for

discutido com cada parte interessada relevante.

o) Making decisions on instances the directors have no power over, including making changes to the Company's constitution.

o) Tomar decisões sobre assuntos em que os diretores não têm poder, incluindo alterações nos estatutos da empresa.

p) Checking and making approvals of the financial statements of the Company. q)

p) Verificar e aprovar as demonstrações financeiras da empresa.

q) Help ensure the business meets its strategic objectives. Shareholders can do this by contributing their experience to the business and adding their perspective on the task at hand. This can involve sharing opinions as well as providing necessary materials and resources. A supportive shareholder makes a huge difference to a business and is crucial to its success as a whole. A shareholder shall ensure that a business is equipped with the means to flourish. This will often result in a successful business which in turn, return great profits of which the shareholders are able to reap a percentage of their investment.

q) Ajude a garantir que a empresa atinja seus objetivos estratégicos.

Os acionistas podem contribuir com sua experiência para o negócio e adicionar sua perspectiva à tarefa em questão. Isso pode envolver o compartilhamento de opiniões, bem como o fornecimento de materiais e recursos necessários. Um acionista que apoia o negócio faz uma enorme diferença para uma empresa e é crucial para o seu sucesso como um todo. Um acionista deve garantir que a empresa esteja equipada com os meios para prosperar. Isso geralmente resulta em um negócio bem-sucedido que, por sua vez, gera grandes lucros, dos quais os acionistas podem receber uma porcentagem de seu investimento.

r) Approving changes affecting a corporation's structure or business activities (Business Plan).

r) Aprovar alterações que afetem a estrutura ou as atividades comerciais de uma empresa (Plano de Negócios).

The rights and obligations of a shareholder are catered for under Part IX - Shareholders and their Rights and Obligations, of the Act.

Os direitos e obrigações de um acionista estão previstos na Parte IX - Acionistas e seus Direitos e Obrigações, da Lei.

Can you be a director and a shareholder?

Board members of the Company can also be shareholders of the Company. While you can legally combine it with a director's role, it's important to perform the expected duties for each position. For example, suppose

É possível ser diretor e acionista ao mesmo tempo?

Os membros do Conselho de Administração da empresa também podem ser acionistas. Embora seja legalmente possível acumular as funções de membro do Conselho de Administração com a de diretor, é importante cumprir as obrigações esperadas para cada cargo. Por exemplo, se você adquirir ações ordinárias como diretor, suas responsabilidades combinadas podem incluir direcionar os esforços estratégicos da empresa e votar em assuntos corporativos. A primeira obrigação seria divulgar seu interesse e garantir que essa divulgação seja registrada no cadastro de conflitos de interesse da empresa.

According to section 84 of the Act, a shareholder is entitled to a statement of right. Please find below an extract of the provision:

De acordo com o artigo 84 da Lei, o acionista tem direito a uma declaração de direitos. Segue abaixo um trecho da referida disposição legal:

"...(1) Every company shall issue to a shareholder, on request, a statement that sets out –
(a) the class of shares held by the shareholder, the total number of shares of that class issued by the company, and the number of shares of that class held by the shareholder;
(b) the rights, privileges, conditions and limitations, including restrictions on transfer, attaching to the shares held by the shareholder; and
(c) the rights, privileges, conditions and limitations attaching to the classes of shares other than those held by the shareholder.
(2) The company shall not be under any obligation to provide a shareholder with a statement if –
(a) a statement has been provided within the previous 6 months;
(b) the shareholder has not acquired or disposed of shares since the previous statement was provided;

"...(1) Todas as sociedades anônimas devem emitir a um acionista, mediante solicitação, uma declaração que indique –
(a) a classe de ações detidas pelo acionista, o número total de ações dessa classe emitidas pela empresa e o número de ações dessa classe detidas pelo acionista;
(b) os direitos, privilégios, condições e limitações, incluindo restrições à transferência, inerentes às ações detidas pelo acionista; e
(c) os direitos, privilégios, condições e limitações inerentes às classes de ações que não sejam as detidas pelo acionista.
(2) A empresa não terá qualquer obrigação de fornecer um extrato a um acionista se –
(a) uma declaração foi fornecida nos últimos 6 meses;
(b) o acionista não adquiriu nem alienou ações desde que a declaração anterior foi prestada;

(c) the rights attached to shares of the company have not been altered since the previous statement was provided; and
(d) there are no special circumstances which would make it unreasonable for the company to refuse the
request. (3) The statement shall not be evidence of title to the shares or of any of the matters set out in it.
(4) The statement shall state in a prominent place that it is not evidence of title to the shares or of the matters set out in it…"

(c) os direitos inerentes às ações da empresa não foram alterados desde a declaração anterior; e
(d) não existem circunstâncias especiais que tornariam irrazoável para a empresa recusar o pedido.
(3) A declaração não constitui prova de titularidade das ações ou de qualquer das matérias nela descritas.
(4) A declaração deve indicar em local visível que não constitui prova de titularidade das ações ou das matérias nela descritas…"

E. Duties and Responsibilities of the Compliance Officer

In accordance with Regulations 22 (1) (a) of FIAML Regulations 2018, the financial institution shall designate a compliance officer at senior management level and approved as officer under Section 24 of the FSA.

The Compliance Officer ('CO') is responsible for the implementation and ongoing compliance of the financial institution with internal programmes, controls and procedures with the requirements of the FIAMLA and FIAML Regulations 2018.

Senior management is defined under the FIAML Regulations 2018 as an officer or employee with sufficient knowledge of the institution's money laundering and terrorist financing risk exposure and sufficient seniority to take decisions affecting its risk exposure, and need not, in all cases, be a member of the board of directors.

In accordance with Regulations 22(3) of the FIAML Regulations 2018, the functions of the Compliance Officer include:

E. Deveres e responsabilidades do responsável pela conformidade

De acordo com o Regulamento 22 (1) (a) do Regulamento FIAML 2018, a instituição financeira deve designar um responsável pela conformidade no nível da gestão sénior e aprovado como responsável nos termos da Secção 24 da FSA.

O Oficial de Conformidade ('CO') é responsável pela implementação e conformidade contínua da instituição financeira com os programas, controles e procedimentos internos, em conformidade com os requisitos dos Regulamentos FIAMLA e FIAML de 2018.

A alta administração é definida nos termos do Regulamento FIAML de 2018 como um funcionário ou empregado com conhecimento suficiente da exposição da instituição ao risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e com senioridade suficiente para tomar decisões que afetem essa exposição ao risco, não sendo, em todos os casos, necessariamente membro do conselho de administração.

De acordo com o Artigo 22(3) do Regulamento FIAML de 2018, as funções do Oficial de Conformidade incluem:

- Ensuring continued compliance with the requirements of the FIAMLA and FIAML Regulations 2018 subject to the ongoing oversight of the Board and Senior Management;
- Undertaking day-to-day oversight of the programme for combatting money laundering and terrorism financing;
- Regular reporting, including reporting of non-compliance, to the Board and Senior Management on an annual basis or at shorter intervals whenever required.

- Contributing to designing, implementing and maintaining internal compliance manuals, policies, procedures and systems for combatting money laundering and terrorism financing.

The Compliance Officer also ensures that:

- The Investment Dealer has an adequate system to comply with relevant laws, Guidelines, etc.;
- An appropriate system exists to monitor operational performances and make recommendations to rectify any deficiencies;
- He / she acts as the principal point of contact with the regulators.

The Compliance Officer is responsible for developing, maintaining and implementing plans in relation to compliance, which shall comprise of the following:

- Identifying key controls and inclusion in the Manual
- Designing checklists for monitoring compliance
- Conducting compliance checks

- Garantir a conformidade contínua com os requisitos dos Regulamentos FIAMLA e FIAML de 2018, sob a supervisão constante do Conselho de Administração e da Alta Direção;
- Responsável pela supervisão diária do programa de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- Elaboração de relatórios regulares, incluindo a comunicação de casos de não conformidade, para o Conselho de Administração e a Alta Direção, anualmente ou em intervalos mais curtos, sempre que necessário.

- Contribuir para a concepção, implementação e manutenção de manuais, políticas, procedimentos e sistemas internos de conformidade para o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

O responsável pela conformidade também garante que:

- A corretora de investimentos possui um sistema adequado para cumprir as leis, diretrizes e demais exigências pertinentes;
- Existe um sistema adequado para monitorar o desempenho operacional e fazer recomendações para corrigir quaisquer deficiências;
- Ele/ela atua como o principal ponto de contato com os órgãos reguladores.

O Responsável pela Conformidade é responsável por desenvolver, manter e implementar planos relacionados à conformidade, que devem incluir o seguinte:

- Identificação dos principais controles e sua inclusão no Manual.
- Elaboração de listas de verificação para monitoramento da conformidade.
- Realização de verificações de conformidade

- Making appropriate recommendations where improvements are necessary
- Reporting findings to the Board, as may be required
- Organizing training sessions on compliance
- Updating the Board on new laws and regulations
- Monitoring the risk rating of each client
- Updating the manual for consideration and approval by the Board of Directors

The Compliance Officer must carry out compliance reviews to ensure that procedures and controls set out in the Manual are completed at all times. This should help ensure that the Investment Dealer operates within the parameters of the guidelines, codes and other regulations set out by the regulators.

While it is not anticipated that the Compliance Officer will personally conduct all monitoring and testing, the expectation is that he / she will have oversight of any monitoring and testing being conducted by the Company. The circumstances of the Company may be such that, due to the small number of employees, the CO holds additional functions or is responsible for other aspects of the Company's operations. Where this is the case, the Company must ensure that any conflicts of interest between the responsibilities of the CO role and those of any other functions are identified, documented and appropriately managed.

- Fazer recomendações adequadas quando forem necessárias melhorias.
- Apresentar os resultados ao Conselho, conforme necessário.
- Organizar sessões de treinamento sobre conformidade.
- Atualização do Conselho sobre novas leis e regulamentos.
- Monitorar a classificação de risco de cada cliente.
- Atualização do manual para consideração e aprovação pelo Conselho de Administração.

O Responsável pela Conformidade deve realizar revisões de conformidade para garantir que os procedimentos e controles estabelecidos no Manual sejam cumpridos em todos os momentos. Isso deve ajudar a assegurar que a Corretora de Investimentos opere dentro dos parâmetros das diretrizes, códigos e demais regulamentações estabelecidas pelos órgãos reguladores.

Embora não se preveja que o Responsável pela Conformidade realize pessoalmente todo o monitoramento e os testes, espera-se que ele/ela supervisione todo o monitoramento e os testes realizados pela Empresa.

As circunstâncias da empresa podem ser tais que, devido ao pequeno número de funcionários, o Diretor de Operações (CO) desempenhe funções adicionais ou seja responsável por outros aspectos das operações da empresa. Nesses casos, a empresa deve garantir que quaisquer

conflitos de interesse entre as responsabilidades do cargo de CO e as de quaisquer outras funções sejam identificados, documentados e gerenciados adequadamente.

The CO however should be independent of the core operating activities of the Company and should not be engaged in soliciting business.

O CO, no entanto, deve ser independente das atividades operacionais principais da empresa e não deve se envolver na captação de negócios.

For the avoidance of doubt, the same individual can be appointed to the positions of Money Laundering Reporting Officer ("MLRO") and CO, provided the financial institution considers this appropriate with regard to the respective demands of the two roles and whether the individual has sufficient time and resources to fulfil both roles effectively.

Para que não restem dúvidas, a mesma pessoa pode ser nomeada para os cargos de Oficial de Reporte de Lavagem de Dinheiro ("MLRO") e de Oficial de Conformidade (CO), desde que a instituição financeira considere isso apropriado em relação às respectivas exigências das duas funções e se a pessoa tiver tempo e recursos suficientes para desempenhar ambas as funções de forma eficaz.

The Compliance Officer must report to the Board of Directors of his / her findings arising from the compliance reviews.

O responsável pela conformidade deve apresentar ao Conselho de Administração um relatório com as suas conclusões resultantes das revisões de conformidade.

When a breach or potential breach is identified, the Compliance Officer shall forthwith notify the Board for needful action.

Quando uma violação ou potencial violação for identificada, o Oficial de Conformidade deverá notificar imediatamente o Conselho para as devidas providências.

F. Duties and Responsibilities of the MLRO and DMLRO

F. Deveres e responsabilidades do MLRO e do DMLRO

Adequate procedures should be implemented by Licensees to ensure that their MLRO has timely access to customer identification data and other CDD information, transaction records, and other relevant information in order to properly evaluate internal suspicious transaction reports.

Os licenciados devem implementar procedimentos adequados para garantir que seu responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro (MLRO) tenha acesso oportuno aos dados de identificação do cliente e outras informações de due diligence do cliente (CDD), registros de transações e outras informações relevantes, a fim de avaliar adequadamente os relatórios internos de transações suspeitas.

MLROs must be autonomous in their decisions as to whether a suspicious transaction report should be made to the FIU.

Os responsáveis pela prevenção da lavagem de dinheiro (MLROs) devem ter autonomia para decidir se devem ou não reportar uma

MLROs may consult with colleagues as part of the evaluation process. However, the MLRO must be free to make his or her decision and without undue influence, pressure or fear of repercussions in the event that senior colleagues disagree with his/her decision. Where a MLRO validates an internal report about a transaction that has aroused suspicion, he/she has a legal obligation to make a report to the FIU.

The MLRO and Deputy MLRO in the absence of the MLRO:

- is the main point of contact with the Financial Intelligence Unit ("FIU") in the handling of disclosures;
- has unrestricted access to the CDD information of the Company's customers, including the beneficial owners thereof;
- has sufficient resources to perform his or her duties;
- is available on a day-to-day basis;
- reports directly to, and may have regular contact with the Board; and
- is fully aware of both his personal obligations and those of the Investment Dealer under FIAMLA and FIAML Regulations 2018, the FSC Handbook and this Compliance Procedures Manual.

Additionally, the MLRO is responsible for developing, maintaining and implementing plans in relation to money laundering and terrorist financing deterrence procedures, which shall comprise of the following:

transação suspeita à Unidade de Inteligência Financeira (UIF).

Os responsáveis pela prevenção da lavagem de dinheiro (MLROs) podem consultar colegas como parte do processo de avaliação. No entanto, o MLRO deve ter liberdade para tomar sua decisão, sem influência indevida, pressão ou receio de represálias caso colegas de nível superior discordem de sua decisão. Quando um MLRO valida um relatório interno sobre uma transação que tenha despertado suspeitas, ele/ela tem a obrigação legal de fazer um relatório à Unidade de Inteligência Financeira (UIF).

O MLRO (Responsável pela Prevenção à Lavagem de Dinheiro) e o MLRO Adjunto, na ausência do MLRO:

- É o principal ponto de contato com a Unidade de Inteligência Financeira ("UIF") no tratamento de divulgações;
- tem acesso irrestrito às informações de CDD dos clientes da Empresa, incluindo os beneficiários finais;
- possui recursos suficientes para desempenhar suas funções;
- Está disponível diariamente;
- Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e pode ter contato regular com ele; e
- está plenamente ciente de suas obrigações pessoais e das obrigações do Corretor de Investimentos, conforme os Regulamentos FIAMLA e FIAML de 2018, o Manual da FSC e este Manual de Procedimentos de Conformidade.

Além disso, o responsável pela prevenção da lavagem de dinheiro (MLRO) é responsável por desenvolver, manter e implementar planos relacionados a procedimentos de prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, que devem incluir o seguinte:

- Designing appropriate system for the management of money laundering and terrorist financing risks;
- Providing advice and organizing training sessions on anti-money laundering and prevention of terrorist financing;
- Acting as the central point of contact for receipt of Money Laundering Suspicious Reports made by staff and subsequent validation, reporting and liaison with the FIU;
- Keeping records on money laundering and terrorist financing suspicion and advise the Company on necessary course of action concerning client relationship when filing a suspicious transaction report;
- Monitoring the risk rating of each client;
- Where necessary, updating the Manual with regards to money laundering and terrorist financing matters for consideration by the Board of Directors;
- Reporting of all money-laundering and terrorist financing issues to the Board on a annual basis, or at shorter interval, if required;
- Undertaking a review of all internal disclosures in the light of all available relevant information and determining whether or not such internal disclosures have substance and require an external disclosure to be made to the FIU;
- Maintaining all related records;

- Desenvolver um sistema adequado para a gestão dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo;
- Prestar consultoria e organizar sessões de treinamento sobre o combate à lavagem de dinheiro e à prevenção do financiamento do terrorismo;
- Atuando como ponto de contato central para o recebimento de denúncias de suspeita de lavagem de dinheiro feitas por funcionários e subsequente validação, reporte e contato com a Unidade de Inteligência Financeira (UIF);
- Manter registros sobre suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e aconselhar a empresa sobre as medidas necessárias em relação ao relacionamento com o cliente ao registrar uma denúncia de transação suspeita;
- Monitorar a classificação de risco de cada cliente;
- Quando necessário, atualizar o Manual no que diz respeito a questões de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo para consideração pelo Conselho de Administração;
- A comunicação de todas as questões relacionadas com lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo ao Conselho, anualmente ou em intervalos mais curtos, se necessário;
- Realizar uma revisão de todas as divulgações internas à luz de todas as informações relevantes disponíveis e determinar se tais divulgações internas têm fundamento e exigem uma divulgação externa à UIF (Unidade de Inteligência Financeira);
- Manter todos os registros relacionados;

- Providing guidance on how to avoid tipping off the customer if any disclosure is made; and
- Liaising with the FIU, and if required with the FSC, and participating in any other third-party enquiries in relation to money laundering or terrorist financing prevention, detection, investigation or compliance.

- Fornecer orientações sobre como evitar alertar o cliente caso alguma informação seja divulgada; e
- Manter contato com a UIF (Unidade de Inteligência Financeira) e, se necessário, com a FSC (Comissão de Supervisão Financeira), além de participar de quaisquer outras investigações de terceiros relacionadas à prevenção, detecção, investigação ou conformidade com relação à lavagem de dinheiro ou ao financiamento do terrorismo.

20. Adverse Media Reports

The Company has outsourced the screening function to its Management Company which uses an automated screening engine. The engine may come across Adverse Media and / or hits in the following circumstances:

- Upon verifying the trust worthiness of a client during the client acceptance phase.
- After the client has been accepted, as part of the ongoing monitoring of the client.

In both circumstances, the adverse report will be review/investigated and discounted as far as feasible and escalated to the Compliance Officer who shall prepare a compliance report, including therein his/her recommendations, and submit to the Board, which shall resolve on the next course of action.

The report shall be signed off by the Compliance Officer and a director. In the event of a 100% positive match, the report shall be filed with the FSC.

20. Reportagens negativas na mídia

A empresa terceirizou a função de triagem para sua empresa de gestão, que utiliza um mecanismo de triagem automatizado. O mecanismo pode encontrar notícias negativas e/ou resultados negativos nas seguintes circunstâncias:

- Ao verificar a idoneidade de um cliente durante a fase de aceitação do cliente.
- Após a aceitação do cliente, como parte do acompanhamento contínuo do mesmo.

Em ambas as circunstâncias, o relatório adverso será analisado/investigado e desconsiderado na medida do possível, sendo encaminhado ao Oficial de Conformidade, que elaborará um relatório de conformidade, incluindo suas recomendações, e o submeterá ao Conselho, que decidirá sobre os próximos passos.

O relatório deverá ser assinado pelo Oficial de Conformidade e por um diretor. Em caso de correspondência 100% positiva, o relatório deverá ser arquivado junto à FSC.

21. Risk Classification Guide

μ: High-Risk Jurisdiction

21. Guia de Classificação de Riscos

Jurisdição de Alto Risco

To assess whether a jurisdiction is a High-Risk jurisdiction, due consideration shall be given to:

- FATF High-risk and other monitored jurisdictions
- European Commission AML/CFT List of High Risk Third Countries
- European Commission's list of non - cooperative jurisdictions for tax purposes
- Transparency International's Annual Corruption Perceptions Index
- OECD Global Forum on Tax Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes Ratings
- Office of Foreign Affairs Control (OFAC) Countries List
- Basel AML Index
- Corruption Perception Index
- Global Peace Index
- Global Terrorism Index
- Financial Secrecy Index
- Run through "Know Your Country" FATF AML Deficiency List & Use "Google Boolean"

Business Activity Classification:

a) List of activities classified as High Risk:

1. Extractive Industries: Entities that deal in the extraction of natural resources, such as oil, minerals, gas and timber.
2. Government/Public Procurement Activities
3. Defence Industry: Contracting Work of highly specialised goods, systems and services.

Para avaliar se uma jurisdição é de alto risco, deve-se levar em consideração os seguintes aspectos:

- Jurisdições de alto risco e outras jurisdições monitoradas pela GAFI
- Lista de países terceiros de alto risco da Comissão Europeia em matéria de AML/CFT (Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo).
- Lista da Comissão Europeia de jurisdições não cooperantes para fins fiscais.
- Índice Anual de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional
- Classificações do Fórum Global da OCDE sobre Transparência Fiscal e Troca de Informações para Fins Tributários
- Lista de países do Escritório de Controle de Assuntos Externos (OFAC)
- Índice AML de Basileia
- Índice de Percepção da Corrupção
- Índice Global da Paz
- Índice Global de Terrorismo
- Índice de Sigilo Financeiro
- Analise a lista de deficiências de AML (Anti-Money Laundering) da GAFI (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro) do programa "Conheça seu país" e utilize a função "Google Boolean".

Classificação da Atividade Empresarial:

a) Lista de atividades classificadas como de alto risco:

1. Indústrias extrativas: Entidades que atuam na extração de recursos naturais, como petróleo, minerais, gás e madeira.
2. Atividades de compras governamentais/públicas
3. Indústria de Defesa: Contratação de serviços para a produção de bens,

sistemas e serviços altamente especializados.

4. Human Health Activities: Provision of health services, pharmaceutical products, and medical devices, including research, development, dispensing and promotion of same.
5. Large Infrastructure Projects: Contracting work for construction, continuing maintenance and upkeep.
6. Privatisation: Buying or obtaining from government something of large economic value through the process of privatisation.
7. Activities related to so-called "windfall revenue" including significant amounts of foreign aid.
8. FX Trading 9. Jewels, gems and precious metal dealers
9. Real estate agents
10. Cash Pooling Structures
11. Virtual currency trading (e.g. bitcoins)
12. Dealing in cultural objects like in sculpture, statues, antiques, collector items, archaeological pieces
13. NGO's and NPO (Non -profit organization)
14. Online trading/online marketing and E-commerce
15. Activities in gambling sector and casinos
16. Money Service provider
17. Trust and Company service Provider

b) List of activities classified as Medium Risk:

4. Atividades de Saúde Humana: Prestação de serviços de saúde, produtos farmacêuticos e dispositivos médicos, incluindo pesquisa, desenvolvimento, distribuição e promoção dos mesmos.
5. Grandes projetos de infraestrutura: Contratação de serviços de construção, manutenção contínua e conservação.
6. Privatização: Aquisição ou compra de algo de grande valor econômico do governo por meio do processo de privatização.
7. Atividades relacionadas às chamadas "receitas inesperadas", incluindo quantias significativas de ajuda externa.
8. Negociação de câmbio
9. Comerciantes de joias, pedras preciosas e metais preciosos
10. Agentes imobiliários
11. Estruturas de Gestão Centralizada de Caixa
12. Negociação de moedas virtuais (ex: bitcoins)
13. Negociação de objetos culturais como esculturas, estátuas, antiguidades, itens de colecionador e peças arqueológicas.
14. ONGs e OSCs (Organizações sem fins lucrativos)
15. Comércio online/marketing online e comércio eletrônico
16. Atividades no setor de jogos de azar e cassinos
17. Provedor de serviços financeiros
18. Prestador de serviços de confiança e empresa

b) Lista de atividades classificadas como de risco médio:

1. Legal Professions (including Law firms/ Barristers, Notaries, attorneys)
2. Accountancy sector (including Accounting firm and Auditors)
3. Trust and Company service Provider
4. Consultancy
5. Trading (e.g. Import and Export)
6. Life Insurance Sector
7. Banking Sector
8. Financial Institutions regulated by the FSC
9. Non-financial Entities regulated by the FSC
10. Financial Institutions regulated by BOM
11. Credit Union
12. Securities sector

c) List of activities classified as Low Risk:

1. Public Listed Companies on stock exchange
2. International Organisation (e.g. United Nation)
3. Government administrations or enterprises and statutory bodies

1. Profissões jurídicas (incluindo escritórios de advocacia/advogados, notários, procuradores)
2. Setor contábil (incluindo escritórios de contabilidade e auditores)
3. Prestador de serviços de confiança e empresa
4. Consultoria
5. Comércio (ex: importação e exportação)
6. Setor de Seguros de Vida
7. Setor bancário
8. Instituições financeiras regulamentadas pela FSC
9. Entidades não financeiras regulamentadas pela FSC
10. Instituições financeiras regulamentadas pelo BOM
11. Cooperativa de Crédito
12. Setor de títulos

c) Lista de atividades classificadas como de baixo risco:

1. Empresas de capital aberto listadas na bolsa de valores
2. Organização Internacional (ex: Nações Unidas)
3. Administrações ou empresas governamentais e órgãos estatutários

22. Due Diligence Documents Guide

List A - Individual

Information to be verified:[21]
(1) For a customer who is a natural person, the Company being a reporting person shall obtain and verify –[22]

22. Guia de Documentos de Due Diligence

Lista A - Indivíduos

Informação a ser verificada [21]**:**
(1) Para um cliente que seja pessoa física, a Empresa, na qualidade de pessoa declarante, [22]*deverá obter e verificar –*

[21]Regulamento 4 do Regulamento FIAML de 2018 e Secção 5.3 do Manual AML e CFT da FSC.
Regulation 4 of the FIAML Regulations 2018 and Section 5.3 of the FSC's AML and CFT Handbook.

[22]Conforme a Seção 2 da FIAMLA, uma pessoa declarante significa um banco, instituição financeira, operador de caixa ou membro de uma profissão ou ocupação relevante, o que também inclui a Empresa.
As per Section 2 of FIAMLA, a reporting person means a bank, financial institution, cash dealer or member of a relevant profession or occupation which also includes the Company.

(a) the full legal and any other names, including, marital name, former legal name or alias; *(b) the date and place of birth;* *(c) sex* *(d) the nationality;* *(e) the current and permanent address; and* *(f) such other information as may be specified by a relevant supervisory authority or regulatory body.* *(2) For the purposes of paragraph (1), documentary evidence as may be specified by a relevant regulatory body or supervisory authority shall be used for the purposes of verification of identity requirement.*	*(a) o nome legal completo e quaisquer outros nomes, incluindo nome de casado, nome legal anterior ou pseudônimo;* *(b) a data e o local de nascimento;* *(c) sexo* *(d) a nacionalidade;* *(e) o endereço atual e permanente; e* *(f) quaisquer outras informações que possam ser especificadas por uma autoridade supervisora ou órgão regulador competente.* *(2) Para efeitos do parágrafo (1), as provas documentais que possam ser especificadas por um organismo regulador ou autoridade de supervisão competente serão utilizadas para efeitos de verificação do requisito de identidade.*
Documents required	**Documentos necessários**
1) Verification of identity:[2] [3]	**Certified true copy of either of the following:✓a national identity card (make sure to seek recto verso where applicable); ✓a current valid passport (make sure to see the MRZ, the clear picture, assess duration if aligned with country of issuance); or ✓a current valid driving licence. *From**	**1) Verificação de identidade [23]:**	**Cópia autenticada [24]de um dos seguintes documentos:** **✓ um documento de identidade nacional (certifique-se de verificar o anverso, quando aplicável);** **✓ um passaporte válido (verifique a Zona de Referência de Mercadorias, a foto**

[23] **Nos casos em que a pessoa jurídica com a qual a pessoa física está associada seja considerada de alto risco, ou quando uma classificação de alto risco for atribuída ao indivíduo principal, os métodos de verificação dependerão do grau de risco da relação, sendo necessário mais de um método.**
Where the legal person with which the natural person is associated is high risk, or where a high risk rating would otherwise be attached to the individual principal, then the methods of verification will depend on the riskiness of the relationship and more than one method will be necessary.

[24]O termo "cópia autenticada" implica que o documento deve ser devidamente certificado como uma cópia fiel do documento original por um advogado, notário, atuário, contador ou qualquer outra pessoa com qualificação profissional reconhecida, diretor ou secretário de uma instituição financeira regulamentada em Maurício, membro do judiciário ou um alto funcionário público.
O certificador deve indicar claramente seu nome, data da certificação, endereço e cargo/função, juntamente com informações de contato para facilitar sua localização.
The term 'certified true copy" implies that the document must be appropriately certified as a true copy of the original document either by a lawyer, notary, actuary, accountant or any other person holding a recognized professional qualification, director or secretary of a regulated financial institution in Mauritius, a member of the judiciary or a senior civil servant. The certifier should clearly state his/her name, date of certification, address and position/capacity on it together with contact details to aid tracing of the certifier.

	a risk based approach, the Company may opt to seek for multiple identification documents, on a case to case basis.[24][25]		nítida e verifique se a validade corresponde à do país emissor); ou ✓ Carteira de habilitação válida [25]. *Adotando uma abordagem baseada em risco, a Empresa poderá optar por solicitar múltiplos documentos de identificação, caso a caso.
2)	Verification of current and permanent residential address:[26]	Original or certified true copy of either a: ✓recent utility bill (gas, water, electricity or landline telephone) – not more than 3 months old; or ✓recent bank or credit card statement - not more than 3 months old; or (i)recent reference or letter of introduction from a financial institution that is regulated in Mauritius - not more than 3 months old; (ii)a regulated financial services business which is operating in a jurisdiction that complies with the FATF standards- not more than 3 months old; or (iii)a branch or subsidiary of a group headquartered in a well-regulated overseas country	2) Verificação do endereço residencial atual e permanente [26]: Original ou cópia autenticada de um dos seguintes documentos: ✓ recente [27]de serviços públicos (gás, água, eletricidade ou telefone fixo) – com menos de 3 meses; ou ✓ Extrato bancário ou de cartão de crédito recente - com menos de 3 meses; ou (i) Referência recente ou carta de apresentação de uma instituição financeira regulamentada nas Ilhas Maurícias - com menos de 3 meses de emissão; (ii) uma empresa de serviços financeiros regulamentada que

[25]Quando a empresa estiver convencida de que a autoridade de emissão de licenças de condução realiza uma verificação da identidade do titular antes de emitir a licença.
Where the Company is satisfied that the driving licensing authority carries out a check on the holder's identity before issuing the licence.

[26]Caso o endereço atual e o endereço permanente sejam diferentes, o cliente deverá fornecer uma conta de serviços públicos separada para cada endereço. Endereços de caixa postal não são aceitos.
If the current and permanent address differ, the client needs to provide a separate utility bill for each address. PO Box addresses are not acceptable.

[27]'Recente' significa emitido nos últimos 3 meses.
'Recent' means issued within the last 3 months.

		or territory which applies group standards to[27]			opera em uma jurisdição que cumpre os padrões da GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional) - com no máximo 3 meses de existência; ou (iii) Uma filial ou subsidiária de um grupo com sede em um país ou território estrangeiro bem regulamentado, que aplica padrões de grupo a subsidiárias e filiais em todo o mundo e testa a aplicação e a conformidade com tais padrões - com no máximo 3 meses de existência.
3)	Fit and proper requirement (for Individuals, Principals of companies, BOs, UBOs, Shareholders, Directors)	✓	3)	Requisito de adequação e adequação (Para pessoas físicas, sócios de empresas, beneficiários finais, beneficiários finais não efetivos, acionistas e diretores)	✓ Curriculum vitae

4)	✓ Source of funds	4) Fonte de financiamento	✓ Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta)
5)	Evidence of source of funds	5) Comprovação da origem dos fundos	Original ou cópia autenticada de: Exemplo: Extrato bancário, contracheque, aviso de dividendos, etc...
6)	For EDD purposes or other purposes:	6) Para fins de EDD ou outros fins:	Original ou cópia autenticada de um dos seguintes documentos: ✓ Referência bancária (com menos de 6 meses) Deve incluir: a data de abertura da conta, o comprovante de operações satisfatórias, o endereço, o nome completo, o nome e o cargo do signatário, o timbre do banco e a data do documento. ✓ Referência profissional (com menos de 6 meses) Deve incluir: a data de início da relação profissional, a natureza da relação profissional, o endereço, o nome completo, o nome do profissional, o título e o número de registro do profissional, a data do documento e o cabeçalho da folha. ✓ Certificado de Antecedentes Criminais/Certificado de Antecedentes Criminais

7)	✓	FATCA and CRS Due Diligence documents including the self-certification forms	7) Documentos de Due Diligence FATCA e CRS, incluindo os formulários de autocertificação.	✓ ✓	Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta) Outros (Diretor/Acionista/Executivo/Subexecutivo): A serem divulgados no Formulário de Declaração (Anexo 13)
8)	✓	For any public position held and, where appropriate, nature of employment (including self-employment) and name of employer	8) Para qualquer cargo público ocupado e, quando aplicável, a natureza do vínculo empregatício (incluindo o trabalho autônomo) e o nome do empregador.	✓	Uma carta ou outra confirmação escrita do estatuto do indivíduo emitida pelo organismo público em questão e/ou qualquer CDD reforçado; uma carta ou outra confirmação escrita de emprego.
9) Government issued personal identification number or other government issued	✓		9) Número de identificação pessoal emitido pelo governo ou outro identificador único	✓	O documento governamental relevante

	unique identifier		
10	LexisNexis Check reports	✓	
11)	Internet Check reports subsidiaries and branches worldwide, and tests the application of, and compliance with, such standards - not more than 3 months old. ✓Curriculum Vitae ✓Part of the Client (Account Opening) Questionnaire Original or certified true copy of: Example: Bank Statement, Salary	✓	

	emitido pelo governo		
10	Relatórios de verificação LexisNexis	✓	Interno
11)	Relatórios de verificação da Internet	✓	Interno

Slip, Dividend Notice, etc... Original or certified true copy of either a: ✓Bank Reference (not more than 6 months old) Should include: The date of account opening, satisfactory operations, address, full name, name of signatory and position, letterhead of bank, date of document. ✓Professional Reference (not more than 6 months old)

Should include: the date of start of professional relationship, nature of professional relationship, address, full name, name of professional, title and registration number of the professional, date of document, letterhead.
✓Certificate of Character/ Police Clearance Certificate ✓Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others

(Director /Shareholder/BO/ UBO): To be disclosed in Declaration Form (Appendix 13) ✓A letter or other written confirmation of the individual's status from the public body in question and or any enhanced CDD; a letter or other written confirmation of employment. ✓The relevant government document ✓Internal ✓Internal Information to be verified: Where the

customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall – (a) with respect to the customer, understand and document – (i) the nature of his business; and (ii) his ownership and control structure; (b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information – (i) name, legal form and proof of existence

; (ii) powers that regulate and bind the custome r; (iii) names of the relevant persons having a senior manage ment position in the legal person or arrange ment; and (iv) the address of the registere d office and, if different, a principal place of business.

identity of the individual using the same methods prescribed by the table above. In case of high-risk customers, further verification should take place. [For example by using a newly issued replacement for the

Quando um aspecto específico da identidade de um indivíduo se altera (como mudança de nome, nacionalidade ou quaisquer outras formas aprovadas), a Empresa tomará medidas razoáveis para reverificar esse aspecto específico da identidade do indivíduo, utilizando os mesmos métodos prescritos na tabela acima. No caso de clientes de alto risco, uma verificação adicional deverá ser realizada. [Por exemplo, utilizando um novo documento para substituir o documento vencido.

expired document.]

List B - Company[28]

Information to be verified: Where the customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall –

(a) with respect to the customer, understand and document –

(i) the nature of his business; and

(ii) his ownership and control structure;

(b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information –

71 AMLCFT Policy 2025 (i) name, legal form and proof of existence;

(ii) powers that regulate and bind the customer;

(iii) names of the relevant persons having a senior management position in the legal person or arrangement; and

(iv) the address of the registered office and, if different, a principal place of business.

Documents required	
1) Verification of existence:	✓ Original or certified true copy of the Certificate of Incorporation or Certificate of Registration as applicable; and ✓Details of the registered office address and principal place of business; ✓Company registry search, including confirmation that the person is not in the process of being dissolved, struck off, wound up or terminated; ✓Personal visit to

Lista B - Empresa

Informação a ser verificada [28]:

Quando o cliente for uma pessoa jurídica ou uma entidade jurídica, a pessoa responsável pela comunicação de informações deverá:

(a) Com relação ao cliente, compreender e documentar –

(i) a natureza de seus negócios; e

(ii) sua estrutura de propriedade e controle;

(b) identificar o cliente e verificar a sua identidade, obtendo as seguintes informações –

(i) nome, forma jurídica e comprovativo de existência;

(ii) poderes que regulamentam e vinculam o cliente;

(iii) nomes das pessoas relevantes que ocupam cargos de alta gerência na pessoa jurídica ou estrutura; e

(iv) o endereço da sede social e, se diferente, o endereço do principal local de negócios.

Documentos necessários	
1) Verificação de existência:	✓ Original ou cópia autenticada do Certificado de Incorporação ou do Certificado de Registro, conforme aplicável; e ✓ Detalhes do endereço da sede social e do principal local de negócios; ✓ Consulta ao registo da empresa, incluindo a confirmação de que a pessoa não está em processo de dissolução, baixa, liquidação ou extinção;

[28]Regulamentos 5 e 6 do Regulamento FIAML de 2018 e Seções 5.4 e 5.5 do Manual de AML e CFT da FSC
Regulation 5 and 6 of the FIAML Regulations 2018 and Section 5.4 and 5.5 of the FSC's AML and CFT Handbook

		principal place of business.			✓ Visita pessoal à sede principal da empresa.
2	Identification and verification of identity of underlying Principals:[29]	✓ Original or certified true copy of the register of directors; ✓Original or certified true copy of the register of shareholders/members; ✓Certified true copy of identity and address verification documents as listed in List A above for the directors and authorized signatories; and ✓Original or certified true copy of CDD documents on the natural persons who ultimately have a controlling ownership interest in the company as per Lists A, B, C, D, E or F (as applicable)[30]	2	Identificação e verificação da identidade dos principais envolvidos [29]:	✓ Original ou cópia autenticada do registro de diretores; ✓ Original ou cópia autenticada do registro de acionistas/membros; ✓ Cópia autenticada dos documentos de identidade e comprovante de endereço listados na Lista A acima, referentes aos diretores e signatários autorizados; e ✓ Documentos CDD originais ou cópia autenticada.[30] às pessoas físicas que, em última instância, detêm o controle acionário da empresa, conforme as Listas A, B, C, D, E ou F (conforme aplicável).
3	Identification and verification of senior managi	✓ Original or certified true copy of CDD documents on the senior managing official.	3	Identificação e verificação do alto executivo [31]da	✓ Documentos originais ou cópia autenticada dos documentos de CDD (Due Diligence do Cliente) do alto funcionário da administração.

[29] Nos casos em que a pessoa jurídica associada à pessoa física subjacente seja considerada de alto risco, ou quando uma classificação de alto risco for atribuída ao indivíduo principal, os métodos de verificação dependerão do grau de risco da relação, sendo necessário mais de um método.
Where the legal person with which the underlying natural person is associated is high risk, or where a high-risk rating would otherwise be attached to the individual principal, then the methods of verification will depend on the riskiness of the relationship and more than one method will be necessary.

[30]

[31] Diretor Executivo Sênior: Nos cenários a seguir, quando nenhuma pessoa física for identificada, indique a identidade da pessoa física que ocupa o cargo de Diretor Executivo Sênior:
Cenário A - A identidade de todas as pessoas físicas que, em última instância, detêm o controle acionário da pessoa jurídica.
Cenário B - Quando há dúvidas se a pessoa com participação majoritária na propriedade é o beneficiário efetivo.
Cenário C - Quando nenhuma pessoa física exerce controle por meio de participações societárias, a identidade da pessoa física que exerce controle efetivo sobre a pessoa jurídica.

	ng official of the Company:[31]			empresa:	
4	Identification and verification senior managing official of the Company:	✓ Original or certified true copy of CDD documents on the senior managing official.[32]	4	Verificação junto ao registo comercial competente de que a empresa continua a existir:	✓ Certificado de Regularidade recente [32]; ou ✓ Verificação no site do Registro de Empresas da jurisdição onde a empresa está constituída; ✓ Qualquer outra fonte de informação para verificar se o documento apresentado é autêntico.
5	Verification with the relevant companies registry that the Company continues to exist:	✓ Recent Certificate of Good Standing; or ✓Verification on the website of the Registrar of Companies in the jurisdiction where the Company is incorporated; ✓Any other source of information to verify that the document submitted is genuine.	5	Verificação dos poderes que regulamentam e vinculam a Empresa:	✓ Cópia autenticada da Constituição da Empresa; ou ✓ Cópia autenticada do Memorando e Estatuto Social (M&A) da Empresa; e ✓ Cópia autenticada da licença da empresa, caso esta seja uma entidade regulamentada.
6	Verification of the powers that regulate and bind the	✓ Certified true copy of the Constitution of the Company; or ✓Certified true copy of the Memorandum and Article of Association (M&A) of the Company; and	6	Verificação de que a(s) pessoa(s) que alegam agir em	✓ Certificado de Autoridade original assinado pelo(s) diretor(es) ou um extrato da ata da reunião do conselho/resoluções; ✓ Cópia autenticada de um passaporte válido,

Senior Managing Official: Where no natural person is identified in the following scenarios, the identity of the natural person who holds the position of Senior Managing Official: Scenario A - The identity of all the natural persons who ultimately have a controlling ownership interest in the legal person. Scenario B - Where there is doubt as to whether the person with the controlling ownership interest is the beneficial owner. Scenario C - Where no natural person exerts control through ownership interests, the identity of the natural person exercising effective control of the legal person.

[32]Obrigatório quando houver alteração na participação acionária de um cliente existente ou transferência de outra empresa de gestão.

Mandatory when there is a change in shareholding for an existing client or a transfer-in from another Management Company

	Company:	✓Certified true copy of the licence of the Company, where the latter is a regulated entity.
7	Verification of person(s) who purport to act on behalf of the Company is/are so authorized, and identifying the person(s):	✓ Original Certificate of Authority signed by the director(s) or an extract of the minutes of the board meeting/ resolutions; ✓Certified true copy of either valid passport, national identity card or driving licence of the authorized person(s); and ✓Original or certified true copy of recent utility bill of the authorized person(s).
8	Source of funds	✓ Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others (Director/Shareholder/BO/UBO): To be disclosed in Declaration Form (Appendix 13)
9	Evidence of source of funds	✓ Original or certified true copy of: ✓Example: Bank Statement, Dividend Notice, Audited Accounts etc...

	nome da Empresa estão devidamente autorizadas e identificação da(s) mesma(s):	carteira de identidade nacional ou carteira de habilitação da(s) pessoa(s) autorizada(s); e ✓ Original ou cópia autenticada de uma conta de serviços públicos recente da(s) pessoa(s) autorizada(s).
7	Perfil	✓ Último relatório e contas anuais auditados (se disponíveis); ou ✓ Perfil corporativo original assinado.
8	Fonte de financiamento	✓ Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta) ✓ Outros (Diretor/Acionista/Executivo/Subexecutivo): A serem divulgados no Formulário de Declaração (Anexo 13)
9	Comprovação da origem dos fundos	✓ Original ou cópia autenticada de: ✓ Exemplo: Extrato bancário, aviso de dividendos, demonstrações

10	Source of funds	✓	Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others (Director/Shareholder/BO/UBO): To be disclosed in Declaration Form (Appendix 13)	10	Documentos de Due Diligence FATCA e CRS, incluindo os formulários de autocertificação.	✓	Clientes: Informações divulgadas como parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta) ✓ Outros (Diretor/Acionista/ financeiras auditadas, etc.
11	LexisNexis Check reports	✓	Internal	11	Relatórios de verificação LexisNexis	✓	Interno
12	Internet Check reports	✓	Internal Information to be verified: Where the customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall – (a) with respect to the customer, understand and document – (i) the nature of his business; and (ii) his ownership and control structure; (b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information – (i) name, legal form and proof of existence; (ii) powers that regulate and bind the customer; (iii) names of the relevant persons having a senior management position in the legal person or arrangement; and (iv) the address of the	12	Relatórios de verificação da Internet	✓	Interno

	registered office and, if different, a principal place of business.

List C – Legal Arrangement / Trust

Information to be verified:[33]
Where the customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall –

(a) with respect to the customer, understand and document –
(i) the nature of his business; and
(ii) his ownership and control structure;
(b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information –
(i) name, legal form and proof of existence;

(ii) powers that regulate and bind the customer;
(iii) names of the relevant persons having a senior management position in the legal person or arrangement; and
(iv) the address of the registered office and, if different, a principal place of business.

Documents required		
1 Verification that the trust exists and identification of its Principals[34]	✓	**Original or certified true copy of the trust deed; or✓Original or certified true copy of the pertinent extracts thereof, containing the name of the trust, name of the settlor, name of the trustees, names of the protectors and enforcers (if any), beneficiaries (if identified) and powers**

Lista C – Acordo Legal / Fundo Fiduciário

Informação a ser verificada [33]:
Quando o cliente for uma pessoa jurídica ou uma entidade jurídica, a pessoa responsável pela comunicação de informações deverá:
(a) Com relação ao cliente, compreender e documentar –
(i) a natureza de seus negócios; e
(ii) sua estrutura de propriedade e controle;
(b) identificar o cliente e verificar a sua identidade, obtendo as seguintes informações –
(i) nome, forma jurídica e comprovativo de existência;
(ii) poderes que regulamentam e vinculam o cliente;
(iii) nomes das pessoas relevantes que ocupam cargos de alta gerência na pessoa jurídica ou estrutura; e
(iv) o endereço da sede social e, se diferente, o endereço do principal local de negócios.

Documentos necessários		
1 Verificação da existência do fundo fiduciário e identificação de seus	✓	**Original ou cópia autenticada da escritura de fideicomisso; ou**
	✓	**Original ou cópia autenticada dos extratos pertinentes, contendo o nome do fundo fiduciário, o nome do instituidor, o nome dos administradores fiduciários, os nomes dos protetores e**

[33]Regulamentos 5 e 7 do Regulamento FIAML de 2018 e Seções 5.6 e 5.7 do Manual de AML e CFT da FSC
Regulation 5 and 7 of the FIAML Regulations 2018 and and Section 5.6 and 5.7 of the FSC's AML and CFT Handbook

		that regulate and bind the trust.[35]			mandantes.[34] executores (se houver), os beneficiários [35](se identificados) e os poderes que regulamentam e vinculam o fundo.
2	Identifying and verifying the identity of the Principals	✓	Certified true copy of CDD documents as listed in List A or List B (as applicable) on the settlor, trustees, protectors, enforcers and the beneficiaries or class of beneficiaries, and any other natural person exercising ultimate effective control over the trust including through a chain on control or ownership- refer to Regulation 7 of the FIAMLR 2018	2 Identificar e verificar a identidade dos diretores.	✓	Cópia autenticada dos documentos de CDD (Due Diligence do Cliente) listados na Lista A ou Lista B (conforme aplicável) referentes ao instituidor, aos administradores fiduciários, aos protetores, aos executores e aos beneficiários ou classe de beneficiários, e a qualquer outra pessoa física que exerça o controle efetivo final sobre o trust, inclusive por meio de uma cadeia de controle ou propriedade - consulte o Regulamento 7 do FIAMLR 2018.
3	Identification and verification of	✓	Original or certified true copy of CDD documents on the senior managing official	3 Identificação e verificação de	✓	Documentos originais ou cópia autenticada dos CDD relativos ao diretor executivo sênior.

[34] **Nos casos em que a pessoa jurídica com a qual a pessoa física está associada seja considerada de alto risco, ou quando uma classificação de alto risco for atribuída ao indivíduo principal, os métodos de verificação dependerão do grau de risco da relação, sendo necessário mais de um método.**
Where the legal person with which the natural person is associated is high risk, or where a high risk rating would otherwise be attached to the individual principal, then the methods of verification will depend on the riskiness of the relationship and more than one method will be necessary.

[35]No caso de fundos fiduciários discricionários e/ou beneficiários menores de idade, a verificação da identidade dos beneficiários poderá ser adiada até antes da realização de qualquer distribuição. Para tanto, será necessário obter um termo de responsabilidade original assinado pelos administradores fiduciários.
In case of discretionary trusts and/or beneficiaries who are minors, verification of identity of the beneficiaries may be delayed until prior to the making of any distribution to them. An original signed undertaking from the trustees will have to be obtained to this effect.

	senior management official[36]			funcionários da alta administração[36]	
4	Verification that the trust is registered (where applicable)	✓ Certified true copy of Certificate of Registration ✓Where the above proves insufficient, any other document or other source of information on which it is reasonable to place reliance in the circumstances.	4	Verificação de que o fundo fiduciário está registrado (quando aplicável).	✓ Cópia autenticada do Certificado de Registro ✓ Caso o exposto acima se mostre insuficiente, qualquer outro documento ou outra fonte de informação em que seja razoável confiar nas circunstâncias.
5	Details of the registered office and place of business of the trustee	✓ Letter/Extract of File form Registry	5	Detalhes da sede social e do local de negócios do administrador fiduciário.	✓ Carta/Extrato do Formulário de Registro
6	Source of funds	✓ Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others (Shareholder/BO/UBO)	6	Fonte de financi	✓ Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta)

[36] Diretor Executivo Sênior: Nos cenários a seguir, quando nenhuma pessoa física for identificada, indique a identidade da pessoa física que ocupa o cargo de Diretor Executivo Sênior:
Cenário A - A identidade de todas as pessoas físicas que, em última instância, detêm o controle acionário da pessoa jurídica.
Cenário B - Quando há dúvidas se a pessoa com participação majoritária na propriedade é o beneficiário efetivo.
Cenário C - Quando nenhuma pessoa física exerce controle por meio de participações societárias, a identidade da pessoa física que exerce controle efetivo sobre a pessoa jurídica.
Senior Managing Official: Where no natural person is identified in the following scenarios, the identity of the natural person who holds the position of Senior Managing Official: Scenario A - The identity of all the natural persons who ultimately have a controlling ownership interest in the legal person. Scenario B - Where there is doubt as to whether the person with the controlling ownership interest is the beneficial owner. Scenario C - Where no natural person exerts control through ownership interests, the identity of the natural person exercising effective control of the legal person.

		: To be disclosed in SoF form		ament o	✓ Outros (Acionista/BO/UBO): A serem divulgados no formulário de Declaração de Fundos.
7	Evidence of source of funds	✓ Original or certified true copy of: ✓Example: Bank Statement, Dividend Notice, Audited Accounts etc...	7	Comprovação da origem dos fundos	✓ Original ou cópia autenticada de: ✓ Exemplo: Extrato bancário, aviso de dividendos, demonstrações financeiras auditadas, etc.
8	FATCA and CRS Due Diligence documents including the self-certification forms	✓ Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others (Director/Shareholder/BO/UBO): To be disclosed in Declaration Form (Appendix 13)	8	Documentos de Due Diligence FATCA e CRS, incluindo os formulários de autocertificação.	✓ Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta) ✓ Outros (Diretor/Acionista/Executivo/Subexecutivo): A serem divulgados no Formulário de Declaração (Anexo 13)
9	LexisNexis Check reports	✓ Internal	9	Relatórios de verificação LexisNexis	✓ Interno
1	Internet Check reports	✓ Internal Information to be verified: Where the customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall – (a) with respect to the customer, understand and document – (i) the nature of his business; and (ii) his ownership	1	Relatórios de verificação da Internet	✓ Interno

and control structure; (b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information – (i) name, legal form and proof of existence; (ii) powers that regulate and bind the customer; (iii) names of the relevant persons having a senior management position in the legal person or arrangement; and (iv) the address of the registered office and, if different, a principal place of business.	
The Company shall seek and obtain assurances from the trustee/s (or controlling individual/s) that all of the data requested under the above process has been provided, and that the individual(s) will notify The **Company in the event of any subsequent changes.**	A Empresa deverá buscar e obter garantias do(s) administrador(es) fiduciário(s) (ou pessoa(s) controladora(s)) de que todos os dados solicitados no âmbito do processo acima foram fornecidos e de que a(s) pessoa(s) notificará(ão) a Empresa em caso de quaisquer alterações subsequentes. **Lista D – Parceria**
List D – Partnership[37] *Information to be verified: Where the customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall –* *(a) with respect to the customer, understand and document –* *(i) the nature of his business; and* *(ii) his ownership and control structure;* *(b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information –* *(i) name, legal form and proof of existence;*	**Informação a ser verificada [37]:** *Quando o cliente for uma pessoa jurídica ou uma entidade jurídica, a pessoa responsável pela comunicação de informações deverá:* *(a) Com relação ao cliente, compreender e documentar –* *(i) a natureza de seus negócios; e* *(ii) sua estrutura de propriedade e controle;* *(b) identificar o cliente e verificar a sua identidade, obtendo as seguintes informações –* *(i) nome, forma jurídica e comprovativo de existência;*

[37]Regulamentos 5 e 6 do Regulamento FIAML de 2018 e Seções 5.4 e 5.5 do Manual de AML e CFT da FSC
Regulation 5 and 6 of the FIAML Regulations 2018 and Section 5.4 and 5.5 of the FSC's AML and CFT Handbook

(ii) powers that regulate and bind the customer; *(iii) names of the relevant persons having a senior management position in the legal person or arrangement; and* *(iv) the address of the registered office and, if different, a principal place of business.*			*(ii) poderes que regulamentam e vinculam o cliente;* *(iii) nomes das pessoas relevantes que ocupam cargos de alta gerência na pessoa jurídica ou estrutura; e* *(iv) o endereço da sede social e, se diferente, o endereço do principal local de negócios.*		
	Documents required			**Documentos necessários**	
1	**Verification of existence, nature of business and powers that regulate and bind the business**	**✓ An original or certified true copy of the partnership deed; and ✓A certified true copy of the Certificate of Registration (if registered); ✓Personal visit to principal place of business; ✓Reputable and satisfactory third party data, such as a business information service; ✓Any other source of information to verify that the document submitted is genuine.**	**1**	**Verificação da existência, natureza do negócio e poderes que o regulamentam e vinculam.**	**✓ Uma cópia original ou autenticada do contrato de sociedade; e ✓ Uma cópia autenticada do Certificado de Registro (se houver registro); ✓ Visita pessoal à sede principal da empresa; ✓ Dados de terceiros confiáveis e satisfatórios, como um serviço de informações comerciais; ✓ Qualquer outra fonte de informação para verificar se o documento apresentado é autêntico.**
2	**Identification and verification of the identity of the Principals[38]**	**✓ Certified true copy of CDD documents as listed in Lists A, B, C, D, E or F (as applicable) on the General Partner and the Limited Partners.**	**2**	**Identificação e verificação da identidade dos mandantes.[38]**	**✓ Cópia autenticada dos documentos de CDD (Due Diligence do Cliente) listados nas Listas A, B, C, D, E ou F (conforme aplicável) referentes ao Sócio**

[38] **Nos casos em que a pessoa jurídica com a qual a pessoa física está associada seja considerada de alto risco, ou quando uma classificação de alto risco for atribuída ao indivíduo principal, os métodos de verificação dependerão do grau de risco da relação, sendo necessário mais de um método.**

3	Verification of person(s) who purports to act on behalf of the partnership is/are so authorized and identification of the person(s)	✓	Original Certificate of Authority signed by the General Partner(s) and proof of identity of the authorized persons as outlined in List A or List B above.	3	Verificação de que a(s) pessoa(s) que alega(m) agir em nome da sociedade está(ão) devidamente autorizada(s) e identificação da(s) mesma(s).	✓	Certificado de Autorização original assinado pelo(s) Sócio(s) Geral(is) e comprovante de identidade das pessoas autorizadas, conforme descrito na Lista A ou Lista B acima.
4	Identification and verification of senior management official of the Partnership [39]	✓	Original or certified true copy of CDD documents on the senior managing official	4	Identificação e verificação de executivos seniores [39]da parceria.	✓	Documentos originais ou cópia autenticada dos CDD relativos ao diretor executivo sênior.
5	Source of funds	✓	Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others (Shareholder/BO/UBO): To be disclosed in SoF form	5	Fonte de financiamento	✓	Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta) ✓ Outros (Acionista/BO/UBO): A serem divulgados no formulário de Declaração de Fundos.

Where the legal person with which the natural person is associated is high risk, or where a high risk rating would otherwise be attached to the individual principal, then the methods of verification will depend on the riskiness of the relationship and more than one method will be necessary.

[39]É necessário identificar o principal executivo quando não for possível identificar a pessoa física que detém o controle acionário da empresa.

The senior managing official need to be identified when the natural person who ultimately has controlling ownership interest in the company cannot be identified

6	Evidence of source of funds	✓ Original or certified true copy of: ✓Example: Bank Statement, Dividend Notice, Audited Accounts etc...
7	FATCA and CRS Due Diligence documents including the self-certification forms	✓ Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others (Director/Shareholder /BO/UBO): To be disclosed in Declaration Form (Appendix 13)
8	LexisNexis Check reports	✓ Internal
9	Internet Check reports	✓ Internal Information to be verified: Where the customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall – (a) with respect to the customer, understand and document – (i) the nature of his business; and (ii) his ownership and control structure; (b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information – (i) name, legal form and proof of existence; (ii) powers that regulate and bind the customer; (iii) names

6	Comprovação da origem dos fundos	✓ Original ou cópia autenticada de: ✓ Exemplo: Extrato bancário, aviso de dividendos, demonstrações financeiras auditadas, etc.
7	Documentos de Due Diligence FATCA e CRS, incluindo os formulários de autocertificação.	✓ Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta) ✓ Outros (Diretor/Acionista/Executivo/Subexecutivo): A serem divulgados no Formulário de Declaração (Anexo 13)
8	Relatórios de verificação LexisNexis	✓ Interno
9	Relatórios de verificação da Internet	✓ Interno

	of the relevant persons having a senior management position in the legal person or arrangement; and (iv) the address of the registered office and, if different, a principal place of business.	

List D – Société

Lista D – Sociedade

Information to be verified:[40] *Where the customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall –*	**Informação a ser verificada [40]:** *Quando o cliente for uma pessoa jurídica ou uma entidade jurídica, a pessoa responsável pela comunicação de informações deverá:*
(a) with respect to the customer, understand and document – *(i) the nature of his business; and* *(ii) his ownership and control structure;* *(b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information –* *(i) name, legal form and proof of existence;*	*(a) Com relação ao cliente, compreender e documentar –* *(i) a natureza de seus negócios; e* *(ii) sua estrutura de propriedade e controle;* *(b) identificar o cliente e verificar a sua identidade, obtendo as seguintes informações –* *(i) nome, forma jurídica e comprovativo de existência;*
(ii) powers that regulate and bind the customer; *(iii) names of the relevant persons having a senior management position in the legal person or arrangement; and* *(iv) the address of the registered office and, if different, a principal place of business.*	*(ii) poderes que regulamentam e vinculam o cliente;* *(iii) nomes das pessoas relevantes que ocupam cargos de alta gerência na pessoa jurídica ou estrutura; e* *(iv) o endereço da sede social e, se diferente, o endereço do principal local de negócios.*
Documents required **1 Verification of existence**	**Documentos necessários** **1 Verificação de existência**
✓ Original or certified true copy of an acte de société, including profile of the société; ✓In the case of Mauritian sociétés, verify with the Registrar of Companies if the société	**✓ Original ou cópia autenticada de um ato de sociedade, incluindo perfil da sociedade;** **✓ No caso das sociedades mauricianas, verifique junto ao Registo**

[40]Regulamentos 5 e 6 do Regulamento FIAML de 2018 e Seções 5.4 e 5.5 do Manual de AML e CFT da FSC
Regulation 5 and 6 of the FIAML Regulations 2018 and Section 5.4 and 5.5 of the FSC's AML and CFT Handbook

	is registered and continues to exist; ✓In the case of foreign sociétés, obtain a Certificate of Good Standing; ✓Personal visit to principal place of business; ✓Reputable and satisfactory third party data, such as a business information service; ✓Any other source of information to verify that the document submitted is genuine.		Comercial se a sociedade está registada e continua a existir; ✓ No caso de sociedades estrangeiras, obtenha um Certificado de Regularidade; ✓ Visita pessoal à sede principal da empresa; ✓ Dados de terceiros confiáveis e satisfatórios, como um serviço de informações comerciais; ✓ Qualquer outra fonte de informação para verificar se o documento apresentado é autêntico.
2	Verification of the identity of the Principals, administrators or gérants [41]	✓ Certified true copy of CDD documents as listed in List A, B, C, D, E or F (as applicable).	2 Verificação da identidade dos mandantes [41], administradores ou gestores. ✓ Cópia autenticada dos documentos CDD listados nas Listas A, B, C, D, E ou F (conforme aplicável).
3	Verification of person(s) who purports to act on behalf of the société is/are	✓ Original Certificate of Authority signed by the Administrator(s) or Gérant(s) and proof of identity of the authorized persons as outlined in List A or List B above.	3 Verificação de que a(s) pessoa(s) que alega(m) agir em nome da socieda ✓ Certificado de Autorização original assinado pelo(s) Administrador(es) ou Gerente(s) e comprovante de identidade das pessoas autorizadas, conforme descrito na Lista A ou Lista B acima.

[41] Nos casos em que a pessoa jurídica com a qual a pessoa física está associada seja considerada de alto risco, ou quando uma classificação de alto risco for atribuída ao indivíduo principal, os métodos de verificação dependerão do grau de risco da relação, sendo necessário mais de um método.
Where the legal person with which the natural person is associated is high risk, or where a high risk rating would otherwise be attached to the individual principal, then the methods of verification will depend on the riskiness of the relationship and more than one method will be necessary.

	so authorized and identification of the person(s)			de está(ão) devidamente autorizada(s) e identificação da(s) mesma(s).	
4	Identification and verification of senior management officials:[42]	✓ Original or certified true copy of CDD documents on the senior managing official	4	Identificação e verificação de altos funcionários da administração[42]:	✓ Documentos originais ou cópia autenticada dos CDD relativos ao diretor executivo sênior.
5	Source of funds	✓ Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others (Shareholder/BO/UBO): To be disclosed in SoF form	5	Fonte de financiamento	✓ Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta) ✓ Outros (Acionista/BO/UBO): A serem divulgados no formulário de Declaração de Fundos.
6	Evidence of source of funds	✓ Original or certified true copy of: ✓Example: Bank Statement, Dividend Notice, Audited Accounts etc...	6	Comprovação da origem dos fundos	✓ Original ou cópia autenticada de: ✓ Exemplo: Extrato bancário, aviso de dividendos, demonstrações financeiras auditadas, etc.
7	FATCA and CRS Due	✓ Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others	7	Documentos de Due	✓ Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta)

[42]É necessário identificar o principal executivo quando não for possível identificar a pessoa física que detém o controle acionário da empresa.
The senior managing official need to be identified when the natural person who ultimately has controlling ownership interest in the company cannot be identified

	Diligence documents including the self-certification forms	(Director/Shareholder/BO/UBO): To be disclosed in Declaration Form (Appendix 13)
✓	LexisNexis Check reports	Internal

✓	Internet Check reports	Internal Information to be verified: Where the customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall – (a) with respect to the customer, understand and document – (i) the nature of his business; and (ii) his ownership and control structure; (b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information – (i) name, legal form and proof of existence; (ii) powers that regulate and bind the customer; (iii) names of the relevant persons having a senior management position in the legal person or arrangement; and (iv) the address of the registered office and, if different, a principal place of business.

List F – Foundations

	Diligence FATCA e CRS, incluindo os formulários de autocertificação.	✓ Outros (Diretor/Acionista/Executivo/Subexecutivo): A serem divulgados no Formulário de Declaração (Anexo 13)
✓	Relatórios de verificação LexisNexis	Interno

✓	Relatórios de verificação da Internet	Interno

Lista F – Fundamentos

Information to be verified:[43]	**Informação a ser verificada [43]:**
Where the customer is a legal person or legal arrangement, a reporting person shall –	*Quando o cliente for uma pessoa jurídica ou uma entidade jurídica, a pessoa responsável pela comunicação de informações deverá:*
(a) with respect to the customer, understand and document – *(i) the nature of his business; and* *(ii) his ownership and control structure;* *(b) identify the customer and verify his identity by obtaining the following information –*	*(a) Com relação ao cliente, compreender e documentar –* *(i) a natureza de seus negócios; e* *(ii) sua estrutura de propriedade e controle;* *(b) identificar o cliente e verificar a sua identidade, obtendo as seguintes informações –*
(i) name, legal form and proof of existence;	*(i) nome, forma jurídica e comprovativo de existência;*
(ii) powers that regulate and bind the customer; *(iii) names of the relevant persons having a senior management position in the legal person or arrangement; and* *(iv) the address of the registered office and, if different, a principal place of business.*	*(ii) poderes que regulamentam e vinculam o cliente;* *(iii) nomes das pessoas relevantes que ocupam cargos de alta gerência na pessoa jurídica ou estrutura; e* *(iv) o endereço da sede social e, se diferente, o endereço do principal local de negócios.*
Documents required	**Documentos necessários**
(1) Verification of existence: ✓ **Certified true copy of legal document establishing the Foundation/Foundation Charter; ✓Certified true copy of the Certificate of Registration or its extract from the public register (if registered); ✓Personal visit to principal place of business; ✓Reputable and satisfactory third-party data, such as a business information service; ✓Any other source of information to verify that the**	**(1) Verificação de existência:** ✓ **Cópia autenticada do documento legal que estabelece a Fundação/Estatuto da Fundação;** ✓ **Cópia autenticada do Certificado de Registro ou seu extrato do registro público (se registrado);** ✓ **Visita pessoal à sede principal da empresa;** ✓ **Dados de terceiros confiáveis e satisfatórios, como um serviço de informações comerciais;** ✓ **Qualquer outra fonte de informação para**

[43]Regulamentos 5 e 6 do Regulamento FIAML de 2018 e Seções 5.4 e 5.5 do Manual de AML e CFT da FSC
Regulation 5 and 6 of the FIAML Regulations 2018 and Section 5.4 and 5.5 of the FSC's AML and CFT Handbook

		document submitted is genuine.			**verificar se o documento apresentado é autêntico.**
(2)	**Identification and verification of identity of the Principals[44]**	✓ **Certified true copy of CDD documents as per Lists A, B, C, D, E or F as applicable on the Founder(s), members of the Council and beneficiaries.**	(2)	**Identificação e verificação da identidade dos mandantes.[44]**	✓ **Cópia autenticada dos documentos CDD, conforme as Listas A, B, C, D, E ou F, conforme aplicável, referentes ao(s) fundador(es), membros do Conselho e beneficiários.**
(3)	**Identification and verification of senior management official[45]**	✓ **Original or certified true copy of CDD documents on the senior managing official**	(3)	**Identificação e verificação de funcionários da alta administração[45]**	✓ **Documentos originais ou cópia autenticada dos CDD relativos ao diretor executivo sênior.**
(5)	**Profile**	✓ **Copy of the latest report and accounts of the Foundation**	(5)	**Perfil**	✓ **Cópia do relatório e das contas mais recentes da Fundação.**
(6)	**Source of funds**	✓ **Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others (Shareholder/BO/UBO): To be disclosed in SoF form**	(6)	**Fonte de financiamento**	✓ **Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta)** ✓ **Outros (Acionista/BO/UBO): A serem divulgados no formulário de Declaração de Fundos.**
(7)	**Evidence of source of funds**	✓ **Original or certified true copy of: ✓Example: Bank Statement, Dividend Notice, Audited Accounts etc...**	(7)	**Comprovação da origem dos fundos**	✓ **Original ou cópia autenticada de:** ✓ **Exemplo: Extrato bancário, aviso de dividendos,**

[44] **Nos casos em que a pessoa jurídica com a qual a pessoa física está associada seja considerada de alto risco, ou quando uma classificação de alto risco for atribuída ao indivíduo principal, os métodos de verificação dependerão do grau de risco da relação, sendo necessário mais de um método.**
Where the legal person with which the natural person is associated is high risk, or where a high risk rating would otherwise be attached to the individual principal, then the methods of verification will depend on the riskiness of the relationship and more than one method will be necessary.

[45] É necessário identificar o principal executivo quando não for possível identificar a pessoa física que detém o controle acionário da empresa.
The senior managing official need to be identified when the natural person who ultimately has controlling ownership interest in the company cannot be identified

(8)	FATCA and CRS Due Diligence documents including the self-certification forms	✓ Client: Part of the Client (Account Opening) Questionnaire ✓Others (Director/Shareholder/ BO/UBO): To be disclosed in Declaration Form (Appendix 13)
(9)	LexisNexis Check reports	Internal
(10)	Internet Check reports	Internal

List G – Reduced or Simplified CDD44 Regulated financial services business based in Mauritius or in an equivalent jurisdiction[46]

	Documents required	
(1)	**Proof of existence of the financial services business**	
(2)	**Proof of regulated status of the financial services business**	
(3)	**FATCA and CRS Due Diligence documents including self-certification forms**	

demonstrações financeiras auditadas, etc.

(8)	Documentos de Due Diligence FATCA e CRS, incluindo os formulários de autocertificação.	✓ Cliente: Parte do Questionário do Cliente (Abertura de Conta) ✓ Outros (Diretor/Acionista/Executivo/Subexecutivo): A serem divulgados no Formulário de Declaração (Anexo 13)
(9)	Relatórios de verificação LexisNexis	Interno
(10)	Relatórios de verificação da Internet	Interno

Lista G – CDD reduzida ou simplificada[46]

Empresa de serviços financeiros regulamentada com sede em Maurício ou em jurisdição equivalente.

	Documentos necessários	
(1)	**Comprovação da existência da empresa de serviços financeiros**	
(2)	**Comprovação do estatuto regulamentado da empresa de serviços financeiros**	
(3)	**Documentos de Due Diligence FATCA e CRS, incluindo formulários de autocertificação.**	

[46] Capítulo 7 do Manual de AML e CFT da FSC. A Equipe de Risco e Conformidade da Empresa pode ser consultada para obter orientações sobre a condução de CDD reduzida ou simplificada.
Chapter 7 of the FSC's AML and CFT Handbook. The Company's Risk and Compliance Team may be consulted for advice on conducting Reduced or Simplified CDD.

The Company needs to be satisfied that the applicant is not acting on behalf of underlying principals. Public companies listed on Recognised Stock / Investment Exchanges

Documents required

(1) **Proof of existence**

(2) **Proof of listed status**

(3) **Latest annual reports and accounts**

(4) **Verifying that the person(s) who purport(s) to act on behalf of the public listed company is/are so authorized and identify the person(s): ▪ Original Certificate of Authority signed by the directors or an extract of the minutes of the board meeting/ resolutions and proof of identity of the authorized persons as outlined in List A**

(5) **FATCA and CRS Due Diligence documents including self-certification forms**

Government administrations or enterprises and statutory body

Documents required

(1) **Certified true copy of the Charter Or Constitutive Document or Enactment which established the body**

(2) **Verifying that any person(s) that purport(s) to act on behalf of the government body is/are so authorized and identify the person(s): ▪ Original Certificate of Authority signed by the directors or an extract of the minutes of**

A empresa precisa se certificar de que o candidato não está agindo em nome de terceiros.

Empresas públicas listadas em bolsas de valores/investimentos reconhecidas

Documentos necessários

(1) **Prova de existência**

(2) **Comprovante de status listado**

(3) **Últimos relatórios e contas anuais**

(4) **Verificar se a(s) pessoa(s) que alega(m) agir em nome da empresa de capital aberto está(ão) devidamente autorizada(s) e identificar essa(s) pessoa(s):**

- **Certificado de Autorização original assinado pelos diretores ou extrato da ata da reunião do conselho/resoluções e comprovante de identidade das pessoas autorizadas, conforme descrito na Lista A.**

(5) **Documentos de Due Diligence FATCA e CRS, incluindo formulários de autocertificação.**

Administrações ou empresas governamentais e órgãos estatutários

Documentos necessários

(1) **Cópia autenticada da Carta Constitutiva ou do Documento Constitutivo ou Decreto que estabeleceu o órgão**

(2) **Verificar se a(s) pessoa(s) que alega(m) agir em nome do órgão governamental está(ão) devidamente autorizada(s) e identificar a(s) mesma(s):**

the board meeting/ resolutions and proof of identity of the authorized person(s) as outlined in List A above.	▪ Certificado de Autorização original assinado pelos diretores ou um extrato da ata da reunião do conselho/resoluções e comprovante de identidade da(s) pessoa(s) autorizada(s), conforme descrito na Lista A acima.
A pension, superannuation or similar scheme which provides retirement benefits to employees where contributions are made by way of deduction from wages and the scheme rules do not permit the assignment of a member's interest under the scheme	**Um plano de pensão, previdência complementar ou similar que oferece benefícios de aposentadoria aos funcionários, no qual as contribuições são feitas por meio de desconto em folha de pagamento e as regras do plano não permitem a cessão da participação do membro.**
Documents required (1) In all transactions undertaken on behalf of an employer-sponsored scheme, Licensees must at a minimum identify and verify the identity by requesting CDD on the: (i) employer (where applicable); and (ii) trustees of the scheme (where applicable). Individual 1.Bank reference Individual 2.Verify source of funds and source of wealth Individual 3.Bank statements for last 6 months Individual 4.Close monitoring of transactions Individual 5.Ensure supporting documents for transactions, such as invoices and agreements are obtained Individual 6.Criminal records checks and internet checks at time of client acceptance process (CAP) and thereafter quarterly Individual 7.Consider more than one form of verification of ID Corporate 8.Certificate of Good Standing Corporate 9.Copy of latest audited financial statements Corporate 10.Verify source of funds and source of wealth of UBO Corporate 11.Bank reference on UBO Corporate 12.Close monitoring of transactions Corporate 13.Obtain supporting	Documentos necessários (1) Em todas as transações realizadas em nome de um plano patrocinado pelo empregador, os Licenciados devem, no mínimo, identificar e verificar a identidade, solicitando a Due Diligence do Cliente (CDD) nos seguintes locais: (i) empregador (quando aplicável); e (ii) administradores do plano (quando aplicável).

documents for transactions, such as invoices and agreements Corporate 14.Criminal records checks and internet checks at time of CAP and thereafter quarterly Trust 15.Bank reference on settlor Trust 16.CV of settlor Trust 17.Verify source of funds and source of wealth of settlor Trust 18.Check regulated status, where applicable Trust 19.Close monitoring of transactions Trust 20.Criminal records checks and internet checks on CAP and thereafter quarterly Partnership 21.CV of general partner/controlling partner Partnership 22.Bank reference on general partner/controlling partner Partnership 23.Verify source of funds and source of wealth Partnership 24.Latest audited accounts Partnership 25.Close monitoring of transactions Partnership 26.Criminal records checks and internet checks on CAP and thereafter quarterly Société 27.Certificate of good standing (for foreign Société) Société 28.Latest audited accounts Société 29.CV on Gérants /UBO Société 30.Close monitoring of transactions Société 31.Criminal records checks and internet checks on CAP and thereafter quarterly Société 32.Latest audited accounts Société 33.Check regulated status Foundation 34.CV on the founder Foundation 35.Bank reference on the founder Foundation 36.Close monitoring of transactions Foundation 37.Check regulated status Foundation 38.Criminal records checks and internet checks on CAP and thereafter quarterly Risk level Frequency to confirm validity of the Address Frequency to seek updated Proof of Address Low risk Annually Every Three Years Medium risk Annually Every Two Years High risk Bi-Annually Annually ■ The confirmation

of the validity of the Address shall be in the form of email.

List H – Enhanced Due Diligence (EDD)

The EDD measures applicable are as defined hereunder. The Company reserves the right to request additional information and documentation, including source of wealth, as part of its on-boarding process and prior to accepting the Client.

Individual	1. Bank reference
Individual	2. Verify source of funds and source of wealth
Individual	3. Bank statements for last 6 months
Individual	4. Close monitoring of transactions
Individual	5. Ensure supporting documents for transactions, such as invoices and agreements
Individual	6. Criminal records checks and internet checks at time of client acceptance process (CAP) and thereafter quarterly
Individual	7. Consider more than one form of verification of ID
Corporate	8. Certificate of Good Standing

Lista H – Due Diligence Reforçada (EDD)

As medidas de Due Diligence Reforçada (EDD) aplicáveis são definidas abaixo. A Empresa reserva-se o direito de solicitar informações e documentação adicionais, incluindo a origem dos recursos, como parte do processo de integração e antes de aceitar o Cliente.

Individual	1. Referência bancária
Individual	2. Verificar a origem dos fundos e a procedência da riqueza.
Individual	3. Extratos bancários dos últimos 6 meses
Individual	4. Acompanhamento rigoroso das transações
Individual	5. Garantir que os documentos comprobatórios das transações, como faturas e contratos, sejam obtidos.
Individual	6. Verificação de antecedentes criminais e consulta à internet no momento da aceitação do cliente. processo (CAP) e posteriormente trimestral
Individual	7. Considere mais de uma forma de verificação de identidade.
Corporativo	8. Certificado de Regularidade

Corporate	9. Copy of latest audited financial statements
Corporate	10. Verify source of funds and source of wealth of UBO
Corporate	11. Bank reference on UBO
Corporate	12. Close monitoring of transactions
Corporate	13. Obtain supporting documents for transactions, such as invoices and agreements
Corporate	14. Criminal records checks and internet checks at time of CAP and thereafter quarterly
Trust	15. Bank reference on settlor
Trust	16. CV of settlor
Trust	17. Verify source of funds and source of wealth of settlor
Trust	18. Check regulated status, where applicable
Trust	19. Close monitoring of transactions
Trust	20. Criminal records checks and internet checks on CAP and thereafter quarterly

Corporativo	9. Cópia das demonstrações financeiras auditadas mais recentes.
Corporativo	10. Verificar a origem dos fundos e a origem da riqueza do beneficiário efetivo.
Corporativo	11. Referência bancária do beneficiário final
Corporativo	12. Acompanhamento rigoroso das transações
Corporativo	13. Obtenha documentos comprobatórios para as transações, como faturas e contratos.
Corporativo	14. Verificações de antecedentes criminais e de internet no momento do CAP e, posteriormente, trimestralmente.
Confiar	15. Referência bancária do instituidor
Confiar	16. Currículo do fundador
Confiar	17. Verificar a origem dos fundos e a procedência do patrimônio do instituidor.
Confiar	18. Verifique o status de regulamentação, quando aplicável.
Confiar	19. Acompanhamento rigoroso das transações
Confiar	20. Verificações de antecedentes criminais e consultas à internet no CAP e, posteriormente, trimestralmente.

Partnership	21. CV of general partner/controlling partner	Parceria	21. Currículo do sócio-gerente/sócio controlador
Partnership	22. Bank reference on general partner/controlling partner	Parceria	22. Referência bancária do sócio-gerente/sócio controlador
Partnership	23. Verify source of funds and source of wealth	Parceria	23. Verificar a origem dos fundos e a procedência da riqueza.
Partnership	24. Latest audited accounts	Parceria	24. Últimas contas auditadas
Partnership	25. Close monitoring of transactions	Parceria	25. Acompanhamento rigoroso das transações
Partnership	26. Criminal records checks and internet checks on CAP and thereafter quarterly	Parceria	26. Verificações de antecedentes criminais e consultas à internet no CAP e, posteriormente, trimestralmente.
Société	27. Certificate of good standing (for foreign Société)	Sociedade	27. Certificado de regularidade (para empresas estrangeiras)
Société	28. Latest audited accounts	Sociedade	28. Últimas contas auditadas
Société	29. CV on Gérants /UBO	Sociedade	29. CV sobre Gerentes /UBO
Société	30. Close monitoring of transactions	Sociedade	30. Acompanhamento rigoroso das transações
Société	31. Criminal records checks and internet checks on CAP and thereafter quarterly	Sociedade	31. Verificações de antecedentes criminais e consultas à internet no CAP e, posteriormente, trimestralmente.
Société	32. Latest audited accounts	Sociedade	32. Últimas contas auditadas
Société	33. Check regulated status	Sociedade	33. Verifique o status regulamentado.

Foundation	34. CV on the founder
Foundation	35. Bank reference on the founder
Foundation	36. Close monitoring of transactions
Foundation	37. Check regulated status
Foundation	38. Criminal records checks and internet checks on CAP and thereafter quarterly

List I – Updated Due Diligence

As part of the ongoing monitoring of clients, the Company shall:

- Monitor the expiry of passports of clients and request for renewed passports as and when necessary, thus ensuring that copies of valid passports, incorporating photographic evidence of identity, are held by the Company at all times.
- Where it becomes aware of a particular aspect of the client's identity has changed (e.g., change of name, nationality, or any other forms as approved), gather relevant updated CDD documents.
- Request clients for updated proof of address under the following risk-based approach, i.e., request frequency shall be based on the risk classification of clients.

Fundação	34. Currículo do fundador
Fundação	35. Referência bancária sobre o fundador
Fundação	36. Acompanhamento rigoroso das transações
Fundação	37. Verifique o status regulamentado.
Fundação	38. Verificações de antecedentes criminais e consultas à internet no CAP e, posteriormente, trimestralmente.

Lista I – Due Diligence Atualizada

Como parte do monitoramento contínuo dos clientes, a Empresa deverá:

- Monitorar o vencimento dos passaportes dos clientes e solicitar a renovação sempre que necessário, garantindo que a empresa mantenha cópias de passaportes válidos, contendo foto e documento de identidade, em todos os momentos.
- Quando se toma conhecimento de que algum aspecto específico da identidade do cliente foi alterado (por exemplo, mudança de nome, nacionalidade ou quaisquer outras formas aprovadas), devem ser reunidos os documentos CDD atualizados relevantes.
- Solicitar aos clientes comprovante de endereço atualizado, seguindo a seguinte abordagem baseada em risco, ou seja, a frequência da solicitação deve ser determinada pela classificação de risco do cliente.

	Risk level	Frequency to confirm validity of the Address Frequency to seek updated Proof of Address
Low risk		Annually Every Three Years
Medium risk		Annually Every Two Years
High risk	Bi-Annually Annually	

- The confirmation of the validity of the Address shall be in the form of email.

Nível de risco	Frequência para confirmar a validade do endereço	Frequência para solicitar comprovante de endereço atualizado
Baixo risco	Anualmente	A cada três anos
Risco médio	Anualmente	A cada dois anos
Alto risco	Bienalmente	Anualmente

- A confirmação da validade do endereço será feita por e-mail.